



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Maria João Gonçalves

**A Primeira Infância no Uganda:  
o Projeto "A Boost for the Youngest"  
na promoção dos Direitos da Criança**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Maria João Gonçalves

**A Primeira Infância no Uganda:  
o Projeto "A Boost for the Youngest"  
na promoção dos Direitos da Criança**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Estudos da Criança  
Área de especialização em Sociologia da Infância  
e Direitos da Criança

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmento**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **Agradecimentos**

Durante esta minha caminhada tive a sorte de poder contar com pessoas espetaculares a quem tenho de agradecer o apoio que me deram. Agradeço à Cecília de Bustos, Nutrition Manager na UNICEF Uganda, pelo impulso e ajuda nos contatos que vim a estabelecer, e por ser hoje uma das grandes amigas que hoje tenho no Uganda. À Sophie Bruneau, na altura Head of Health no Save the Children e uma das responsáveis por este projeto que acompanhei (a determinada altura teve de deixar o país), a quem sou muito grata pela sua disponibilidade e simpatia.

Agradeço, neste caso ao Uganda, por ter colocado no meu caminho a Marta Correia, dos melhores seres humanos que já conheci. Advogada, Mestre em Leis Internacionais, Crime e Justiça (Especialização em tráfico de pessoas, requerentes de asilo e direito dos refugiados e missões de investigação de fatos com o exército italiano (forças de manutenção da paz da ONU). A ela agradeço os conselhos, as sugestões, o carinho e a amizade. Foram apenas 6 meses que convivemos, até a Marta deixar o Uganda e partir para o Gana para mais uma missão. Mas a nossa amizade ficou e ficará.

Agradeço à Rose Wilder pela gentileza na partilha de bibliografia sobre o Uganda.

Agradeço à Save the Children Uganda por me ter aberto as portas, à Doreen Kaliisa, ao Herbert Kalyesubula técnicos neste projeto, por sempre me terem incluído e me feito sentir incluída nos workshops realizados e nas sessões de intervenção, reuniões comunitárias em que estive presente, e pela partilha de conhecimentos.

E não podia deixar de agradecer à direção da Mota-Engil Uganda, em especial ao Eng.º Mauro Ventura, meu esposo e ao Fernando Magalhães, pelo apoio com o transporte nas minhas deslocações ao distrito do Wakiso, para a realização do meu trabalho de campo ou à sede da Save the Children em Kampala, para as reuniões com a equipa, e pelo apoio na formatação final da tese.

Ao Prof. Manuel Jacinto Sarmiento, a quem estou muito grata por todo o incentivo desde o início desta longa jornada. Muito obrigado pelas suas sábias orientações e conselhos.

Aos meus pais que estão ao meu lado em qualquer circunstância da minha vida.

Nada se conquista sozinho, e mesmo que um trabalho desta natureza necessite depois da sua fase solitária de concentração e isolamento, necessita também de todo “um mundo” de contatos e suporte. Porque todos aprendemos juntos!

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **A Primeira Infância no Uganda: o projeto “A Boost for the Youngest” na promoção dos Direitos da Criança**

### **Resumo**

Este estudo pretende, partindo daquilo que são os pressupostos da Sociologia da Infância, que olha a criança como uma construção social e como protagonista e não um mero objeto da sociedade e dos Direitos da Criança, investigar a Primeira Infância no Uganda através da ONG Save the Children e do seu projeto de ECD (Early Childhood Development – Desenvolvimento na Primeira Infância). Este projeto permite-nos perceber como são aqui assegurados alguns direitos essenciais para as crianças entre os 0 e os 3 anos de idade, garantindo-lhes um melhor começo de vida, não esquecendo a cultura em que se inserem e que é expressão do seu povo e da sua condição humana.

Este estudo realça a importância de um projeto que visa, através das suas intervenções favorecer os direitos da criança no Uganda, recusando práticas centradas numa visão eurocêntrica ou ocidentalizada, destacando as capacidades e as virtudes da cultura ugandesa e usando-a como ferramenta de envolvimento social para a intervenção com as famílias e os bebés/crianças.

Esta investigação visou igualmente conhecer as leis e processos políticos, sociais e culturais no Uganda que são promotores dos direitos da criança, na sua concretude e adequação local.

Tendo como porta de entrada a Save de Children, seguindo uma metodologia de investigação qualitativa, interpretativa, de natureza etnográfica, o estudo foca-se em perceber como se desenvolvem projetos desta natureza (ECD), quais as etapas, a quem se dirigem, quem intervém, que direitos estão consagrados, quais as entidades intervenientes e sobretudo, que diferença fazem na vida e no futuro das famílias e das crianças alvo do projeto.

Este estudo pretende realçar a importância destes dois campos, o da Sociologia da Infância e dos Direitos da Criança, e como uma maior aliança entre os mesmos pode ser determinante para que estes mesmos direitos não sejam esquecidos, pois nunca se soube tanto sobre o que é ser Criança e sobre a Infância e nunca como agora as crianças vivem situações tão significativas de violação da sua condição – a de SER Humano e de Ser Criança.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento na Primeira Infância; Direitos da Criança; Primeira Infância; Sociologia da Infância.

# **Early Childhood in Uganda: the "A Boost for the Youngest" project in promoting the Rights of the Child**

## **Abstract**

This study aims to investigate Early Childhood in Uganda through the NGO Save the Children and its Early Childhood Development (ECD) project, based on the assumptions of Childhood Sociology, which sees the child as a social construct and a protagonist and not merely an object of society, and the Rights of the Child. This project allows us to see how some essential rights are ensured here for children between 0 and 3 years of age, guaranteeing them a better start in life, not forgetting the culture in which they live and which is an expression of their people and their human condition.

This study highlights the importance of a project that aims, through its interventions, to promote the rights of the child in Uganda by refusing practices centered on a eurocentric or westernized vision, highlighting the capacities and virtues of ugandan culture and using it as a social engagement tool for intervention with families and babies/children.

This research also aimed at understanding the political, social and cultural laws and processes in Uganda that promote children's rights, in their local concreteness and adequacy.

With Save de Children as its gateway, following a qualitative, interpretative, ethnographic research methodology, the study focuses on understanding how projects of this nature (ECD) are developed, which stages, to whom they are addressed, who intervenes, what rights are enshrined, which entities are involved and above all, what difference they make in the life and future of the families and children targeted by the project.

This study aims to highlight the importance of these two fields, Sociology of Childhood and the Rights of the Child, and how a greater alliance between them can be determinant so that these same rights are not forgotten, because never before have <we known so much about what it is to be a Child and about Childhood and never before have children experienced such significant situations of violation of their condition - that of Being Human and of Being a Child.

Keywords: Early Childhood Development; Child Rights; Early Childhood Sociology.



## Índice:

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	v
Abstract .....	vi
Índice .....	vii
Índice de figuras, quadros, gráficos e fotografias .....	ix
Lista de siglas e abreviaturas .....	xi
Dedicatória .....	xii
Introdução.....	1
Capítulo 1. A Investigação sobre a Primeira Infância no Uganda: um encontro entre a Sociologia da Infância, a Cultura e os Direitos da Criança.....	6
1.1. A Sociologia da Infância, os Direitos da Criança e os Programas de Desenvolvimento e Apoio à Infância.....	7
1.1.1. Os Direitos da Criança e os Direitos da Criança no Uganda.....	11
1.1.2. As crianças “à margem” .....	15
1.1.3. Os programas de desenvolvimento e apoio à Primeira Infância.....	17
1.2. A Importância da primeira Infância no Desenvolvimento da Criança e a questão dos Direitos da Criança.....	23
1.3. O Desenvolvimento Individual e o Desenvolvimento Cultural – Cultura, Infância e Direitos.....	29
Concluindo.....	35
Capítulo 2: Caracterização do Contexto de Investigação: Contextualizando o país e a sua Infância .....	37
2.1. O Uganda.....	38
2.1.1. O contexto do país: os fatores sociais, económicos e demográficos.....	39
2.2. Um Olhar sobre a situação da Infância no Uganda.....	43
2.2.1. A Primeira Infância e os Direitos da Criança no Uganda.....	45
2.3. O distrito de Wakiso e a relevância do contexto de investigação.....	50
2.4. Save the Children – Enquadramento Geral.....	52
2.4.1. Save the Children no Uganda.....	57
2.4.2. O projeto “A Boost for the Youngest.....	59
2.4.3. O Toolkit “A Boost for the Youngest” .....	61

Concluindo.....	63
Capítulo 3: As Opções Metodológicas .....	65
3.1. A metodologia de natureza etnográfica .....	66
3.3.1. A investigação qualitativa, interpretativa de natureza etnográfica.....	66
3.2. A pesquisa: o projeto (objeto), objetivos e contexto.....	75
Concluindo.....	97
Capítulo 4: Conclusões finais e Reflexões .....	99
Referências Bibliográficas .....	114

## Índice de Figuras, quadros, gráficos e fotografias

Figura 1: Análise da situação da pobreza e privação infantil no Uganda (Situation analysis of child poverty and deprivation in Uganda) .....	14
Figura 2: Modelo da Ecologia de Desenvolvimento Humano de Brofenbrenner.....	30
Figura 3: Mapa político do Uganda.....	39
Figura 4: Disparidades da pobreza infantil no Uganda.....	41
Figura 5: Save the Children Integração temática do país.....	57
Figura 6: Imagem ilustrativa do flip chart para sessões de treino com os pais/cuidadores.....	62
Figura 7: Flip Chart para uma gravidez e bebé saudáveis.....	62
Figura 8: Imagem de flip chart de apoio para as atividades a desenvolver.....	63
Fotografia 1: Sessão para pais/cuidadores ao nível comunitário conduzida por um VHT.....	60
Fotografia 2: Mãe e bebé durante sessão de sensibilização.....	81
Fotografia 3: Sessão de grupo na divisão de Sabbagabo Makindye.....	82
Fotografia 4: Preparação para reunião comunitária em Wakiso Health center IV.....	83
Fotografia 5: Mulheres/mães participantes nas sessões de aprendizagem.....	95
Fotografia 6: Mulheres/mães participantes nas sessões de aprendizagem.....	95
Fotografia 7: Pai participante no projeto com o seu bebé.....	96
Gráfico 1: Percentagem de sessões ECCD nos diferentes departamentos nas unidades de Saúde.....	75
Gráfico 2: Percentagens relativas aos principais desafios enfrentados nas Unidades de saúde durante as sessões.....	76
Gráfico 3: Melhores formas de integrar o programa ECCD às rotinas das instalações existentes .....	77
Gráfico 4: Percentagem dos principais obstáculos à participação masculina nas sessões.....	77
Gráfico 5: Percentagem de sessões ECCD realizadas pelos VHT's .....	78
Gráfico 6: Desafios enfrentados pelos VHT's na sua rotina diária de trabalho.....	79
Gráfico 7: Suporte parental dos pais/ prestadores de cuidados.....	79
Gráfico 8: Atitudes e respostas masculinas perante o projeto.....	84

Gráfico 9: Lacuna de conhecimento dos VHT 's antes e após intervenções.....	85
Gráfico 10: Lacuna e aquisição de conhecimentos por parte dos pais/cuidadores.....	86
Gráfico 11: Causas de morte entre as crianças menores de 5 anos.....	90
Quadro 1: Alcance total do projeto no 3.º ano de implementação.....	82
Quadro 2: Alcance toral do projeto no seu 4º ano de intervenção.....	84
Quadro 3: Utilização do conhecimento adquirido por cuidadores, profissionais de saúde e VHT 's.....	89

## **Lista de siglas e abreviaturas**

IECD – Integrated Early Childhood Development

ECCD – Early Childhood Care and Development (sistema de cuidados e desenvolvimento na Primeira Infância).

ECE – Early Childhood Education

GoU – Government of Uganda

MDG – Millenium Development Goals

MES – Ministry of Education and Sports

MoFPED – Ministry of Finance, Planning and Economic Development

MoGLSD – Ministry of Gender, Labour and Social Development

MoH – Ministry of Health

NIECD – National Integrated Early Childhood Development Policy

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SC – Save the Children

TFR – Total Fertility Rate

UBOS – Uganda Bureau of Statistics

UNHS – Uganda National household Survey

UNICEF – United Nations International Children 's Emergency Fund

UPE – Universal Primary Education

VHT – Village Health Trainers

## Dedicatória:

Este trabalho é para todas as crianças, em especial às crianças do Uganda, que foram o propósito na minha busca de conhecimento. Acima de tudo, dedico-o aos meus filhos, Mariana e Gonçalo.

São a minha força e a minha inspiração.

## **Introdução**

**“A descoberta de um lugar exige a temporária morte do viajante”.**

**Mia Couto**

A frase de Mia Couto é o ponto de partida para esta descoberta. A descoberta da Sociologia da Infância, a descoberta de África e dos seus contextos e muito particularmente do Uganda e da sua Primeira Infância. Considero-me, sobretudo, uma “viajante” neste processo que procura antes de mais conhecer o lugar onde se encontra, observando, retendo, guardando, não interferindo, mas mostrando, depois ao mundo, num ressuscitar de viajante, a sua “história”.

Não procurei África, mas África chamou-me por diferentes circunstâncias e assim, desta forma, tornou-se numa oportunidade de conhecimento de diferentes contextos de vida. Não por ser um continente considerado à margem, não por tudo o que nos invade através da comunicação social, mas pelo tanto que tem para oferecer. Pela sua História, riqueza humana e cultural, pelos seus mundos de vida e pela forma como nos “agarra” e apaixona.

Não pretendo que este trabalho seja mais uma forma de mostrar o lado negro ou as adversidades de um país africano, mas pelo contrário, que seja uma forma de dar a conhecer um país que, apesar de todas as suas circunstâncias, teve e tem uma capacidade tremenda de as ultrapassar, crescer e continuar a lutar contra as adversidades atuais.

O Uganda é uma das poucas nações africanas que não foram colonizadas no sentido tradicional. O seu status de protetorado nunca foi transformado em colónia. Daggs (1970) afirmou: “os britânicos governam o Uganda mais livremente do que qualquer das suas possessões coloniais na África” e embora o protetorado fosse administrado por um governador britânico, havia uma representação africana no Conselho Executivo e no Legislativo do Uganda. Dowden (2009), em consonância com o que foi anteriormente exposto refere: “O Uganda tem sido um dos territórios britânicos mais pacíficos. A relação entre a Grã-Bretanha e o Uganda foi cordial”, com a Grã-Bretanha se referindo ao Uganda como “A Pérola de África”... serviu como modelo do domínio colonial indireto britânico na África, até meados do século XX (Foster, 2002).

Contudo, isto não implica que a presença colonial britânica não tenha interferido negativamente na formação do Uganda e do seu povo, antes pelo contrário. Os primeiros exploradores que se aventuraram no território ugandês na busca pela localização da fonte do rio Nilo distinguiram uma tribo como a mais sofisticada e colaborativa com a Grã-Bretanha na época. Dowden (2009) lembrou que os

britânicos designaram os Baganda como a tribo mais avançada, usando-os para governar outras partes do hoje designado Uganda. Quatro reinos principais definem o Uganda: os Baganda localizados principalmente na região central, os Bunyoro a norte e os Toro e Anchole a oeste.

Hornburger e Whitney (1981) reconheceram que “cada um dos reinos”, que permaneceu imperturbável até ao séc. XIX, tinha uma forma avançada e altamente organizada de governo, com chefes e subchefes encarregados das províncias”. Foi com a ajuda do sofisticado Baganda que o Uganda se tornou um protetorado britânico. O território Buganda (refere-se ao território, enquanto Baganda se refere ao povo e sua tribo) foi cedido e, 1894 e em 1914, o resto do Uganda ficou sob administração britânica.

Apesar do papel ativo do Uganda na esfera política e económica do país durante a Era colonial, MacGregor-Hastle (1967) referiu que a sua passagem à independência foi tempestuosa devido aos fortes desentendimentos entre Baganda e as outras tribos e mesmo dentro da própria tribo Baganda, que continua na independência. O inimigo dos nacionalistas sempre foi o Rei (Kabaka) que acreditavam, tentava dar à tribo Baganda uma posição permanentemente privilegiada.

Está para além do escopo deste estudo recontar toda a História política do Uganda, pelo contrário, procuro fornecer uma visão geral que permita melhor compreendê-lo e contextualizá-lo, na medida em que aquilo que é hoje a situação da Infância no país se deve em grande parte ao seu contexto social e político.

As primeiras eleições no país abriram as portas e dividiram o país segundo linhas étnicas e religiosas (Dowden, 2009), devido à improvável colaboração entre o “Rei Freddie” de Baganda e a coligação com o Congresso do Povo de Uganda liderado por Milton Obote, um membro da tribo Lango do norte (Daggs, 1970).

A 9 de outubro de 1962, a dupla levou o Uganda à independência e autogoverno, com Obote como Primeiro-ministro e Frederick Mutesa II simbolicamente como chefe de Estado. Em comparação com outras nações africanas, parecia que o futuro do Uganda na Independência estava talhado para o sucesso. Contudo, em vez disso, havia um problema subjacente de sectarismo e após a independência as divisões aumentaram.

As divisões e a subsequente falta de unidade nacional conduziram o país a uma história implacável de aquisições militares e políticas desde Obote a Idi Amim e por aqueles detiveram o poder pelo meio, por curtos períodos de tempo.

Só a partir de 1986, quando o Presidente Yoweri Museveni chegou ao poder, restaurou a ordem e iniciou um programa de reconstrução nacional baseado no liberalismo económico e na descentralização, que o Uganda começou a estabilizar (Richmond & Gestrin, 2009).



Desde a Era colonial até aos dias de hoje, a economia do Uganda tem sido amplamente baseada na agricultura, quer ao nível da exportação, quer de subsistência. Hornburger e Whitney (1981) referem que mais de 80% das pessoas no país vivem da agricultura. Rake (1999/2000) diz ainda que antes de Idi Amim chegar ao poder em 1971, o Uganda possuía uma das economias mais ricas da África tropical.

A sua agricultura, favorecida por um excelente clima e solos férteis, foi notavelmente produtiva. A produtividade agrícola e o sucesso económico aumentaram constantemente desde a década de 90. Mais de 50% do orçamento do Uganda vem agora de doadores ocidentais e não há sinal dessa diminuição (Dowden, 2009).

De acordo com a avaliação da pobreza (The World Bank, 2016), o Uganda conseguiu reduzir a pobreza monetária a uma taxa muito rápida. A proporção da população ugandesa que vive abaixo da linha da pobreza caiu de 31,1% em 2006 para 19,7% em 2013. O país foi também dos mais rápidos da África Subsaariana a reduzir a parcela da sua população que vive com cerca de US\$ 1,90 por dia ou menos, de 53,2% em 2006 para 34,6% em 2013.

Contudo, o país continua atrasado em várias áreas não monetárias importantes, como o saneamento melhorado, o acesso à eletricidade, à educação (conclusão e progressão) e desnutrição infantil.

A desigualdade de renda tem aumentado e o país enquadra-se no grupo de nações com baixo desenvolvimento humano (UNICEF, 2019a), quando são levados em consideração o ranking do índice de desenvolvimento humano (164º dos 187º países pesquisados em 2014) e o índice de pobreza multidimensional. O progresso na redução da pobreza tem sido mais lenta a norte e leste do Uganda, sendo a concentração da mesma maior nestas duas regiões, onde 80% vive abaixo da linha da pobreza (UNICEF, 2019).

As famílias nas regiões a norte, leste e oeste do Uganda têm níveis muito baixos de capital humano, menos ativos e o acesso mais limitado a serviços e infraestruturas do que as famílias da região central sendo, por exemplo, a eletricidade quase inexistente (The World Bank, 2016). As inundações, os deslizamentos de terra e surtos de doenças são, igualmente, fatores que ameaçam o sustento das famílias. A epidemia generalizada de HIV no Uganda continua a ser notória, tendo o número estimado de pessoas a viver com HIV aumentado de 1,2 milhões em 2007 para 1,6 milhões em 2013 (relatório do país sobre HIV e AIDS em 2013 no Uganda) (UNICEF, 2019a).

Mais de meio milhão de refugiados e requerentes de asilo (64% são crianças com menos de 18 anos) procuraram segurança no Uganda, sendo este o terceiro maior país anfitrião de África.

O Uganda é reconhecido pelas suas políticas de refugiados e de asilo progressistas e com visão de futuro. Os refugiados têm acesso aos mesmos serviços que os nacionais e têm o direito a trabalhar e a estabelecer os seus próprios negócios, mas na realidade, os serviços locais de atenção primária à saúde, os sistemas de água e saneamento e as escolas lutam todos os dias para lidar com esta difícil questão de população adicional (UNICEF, 2019a).

Assim, sendo os direitos da criança e as políticas que envolvem esses mesmos direitos o mote deste estudo de investigação, a Primeira Infância (no Uganda) com elementos altamente merecedores de serem aqui analisados e quem sabe mais aprofundados no futuro, são o objeto de estudo desta investigação, através do olhar, do trabalho de um projeto específico de Apoio ao Desenvolvimento na Primeira Infância que é também de intervenção precoce, com igual foco na saúde materna e infantil e na nutrição, o projeto “A Boost for the Youngest”.

Os objetivos desta investigação incidem: i) no conhecimento dos programas e políticas de apoio ao desenvolvimento na primeira infância no Uganda; ii) no conhecimento das entidades (governamentais e não governamentais) que apoiam o desenvolvimento da primeira infância no país; iii) na compreensão de como os Programas de Desenvolvimento e Apoio à Infância (ECCD programs) se processam/ desenvolvem no terreno; iv) na compreensão de como estes e este programa particularmente, influenciam a vida das famílias e das comunidades envolvidas; v) na compreensão de que forma estão acautelados os direitos da criança, de acordo com os 4 eixos ou categorias em que incide a CDC: a) os direitos à sobrevivência (ex: direito a cuidados adequados); b) direitos relativos ao desenvolvimento (ex: direito à educação); c) direitos relativos à proteção (ex: o direito da criança ser protegida contra a exploração); d) os direitos de participação (ex: o direito a exprimir a sua própria opinião) e vi) no entendimento de que forma a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) é tida em conta na prática das entidades ou instituições que tutelam as questões da infância no Uganda.

As páginas que se seguem pretendem fornecer a estrutura para a pesquisa em causa e para compreender o enquadramento do projeto de Desenvolvimento na Primeira Infância acompanhado na mesma.

Este presente estudo está organizado em 4 capítulos. No Capítulo 1 é apresentada uma descrição dos fundamentos teóricos subjacentes ao fenómeno em estudo e que fazem sentido para compreender o Olhar atual sobre a Infância e o sentido da existência dos projetos ECCD. Consequentemente a importância dos Direitos da Criança. O Capítulo 2 caracteriza o contexto de

investigação, contextualizando o país nas suas vertentes económica e social; contextualiza o distrito onde este estudo foi desenvolvido, assim como a ONG e o projeto seguido para a sua realização. O Capítulo 3 aborda as opções metodológicas usadas neste trabalho, assim como as técnicas utilizadas para a recolha de informação. Foca ainda o trabalho no terreno e como foi possível desenvolvê-lo. No Capítulo 4 farei uma reflexão sobre os resultados e as considerações finais retiradas deste estudo.

## **Capítulo 1**

### **A Investigação sobre a Primeira Infância no Uganda: um encontro entre a Sociologia da Infância, a Cultura e os Direitos da Criança.**

*There can be no keener revelation of a society's soul than the way it treats its children.*

Nelson Mandela

### **1.1. A Sociologia da Infância, os Direitos da Criança e os Programas de Desenvolvimento e Apoio à Infância.**

A imagem da criança e a forma de olhar a infância mudaram de forma profunda nas últimas décadas.

Abordar as questões da criança a partir da perspectiva dos direitos humanos é parte da mudança na percepção da criança, apoiada pelo processo de implementação mundial da Convenção das Nações Unidas (UN) sobre os Direitos da Criança (UN, 1989).

As pesquisas realizadas nos últimos 20 anos sobre os Direitos da Criança, ampliaram e qualificaram o conhecimento sobre os mesmos, em várias áreas da sociedade. Muitas dessas pesquisas envolveram o direito das crianças à participação na sociedade e suas instituições.

É importante aqui contextualizar as perspectivas sociológicas, na medida em que estas têm sido fundamentais, senão o motor que impulsionou as referidas mudanças na percepção no que toca à criança e à infância, em diferentes disciplinas científicas e também na sociedade civil.

A Sociologia da Infância, e mais alargadamente os estudos sociais da infância (Childhood Social Studies), emergiram em 1980/90 como uma reação contra as visões predominantes na psicologia do desenvolvimento e na teoria tradicional de socialização (James, Jenks and Prout; Corsaro 2005; Prout 2011).

A teorização da sociologia da infância veio apoiar o novo pensamento inovador sobre as crianças e a infância. E é possível até argumentar que essa teorização pode até ser descrita como um catalisador das perspectivas em mudança da criança e da infância. O surgimento e expansão da sociologia da infância foi simultâneo ao crescente interesse mundial pelos direitos humanos das crianças (Freeman 1998; Qvortrup, Corsaro and Honig 2009). A defesa dos direitos humanos das crianças e a nova teorização social sobre as crianças foram, conseqüentemente, parte do mesmo movimento, no qual, a situação das crianças como seres humanos e o lugar da infância na sociedade foram reconsiderados.

Vários estudiosos (Freeman 1998; Mayall 2000, 2003; Alanen 2010) apontaram que os dois campos – a sociologia da infância e os direitos da criança – podem complementar-se. Freeman argumenta que as investigações em sociologia da infância e em direitos da criança têm interesses sobrepostos e, em certa medida também visões comuns. Mayall salienta que a implementação dos

direitos das crianças requer uma compreensão das condições sociais da infância. Deve compreender também, a meu ver, um entendimento da cultura em que cada criança está inserida.

Alanen (2010) afirma que, apesar do campo comum e interesses, pouco diálogo e colaboração ocorreu entre as duas disciplinas de Sociologia da Infância e Direitos da Criança.

A Sociologia da Infância olha a infância como uma construção social, pois esta acontece dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico demarcado por categorias como a socialização, gênero, classe, cultura e geração. Ao mesmo tempo, esta (nova) abordagem vê a criança como protagonista e não como um mero objeto da sociedade.

Sarmiento (2005, p.18) reafirma que o sentido da Sociologia da Infância (SI) reside na compreensão da sociedade a partir do fenómeno social da infância, isto é, ao observar a infância como categoria geracional, a SI colabora na superação da sociologia como ciência “adultocêntrica”, desatenta do universo infantil e às crianças como sujeitos ativos, cujos pontos de vista eram ignorados e secundarizados nas pesquisas.

O século XX pode ser considerado como o século dos direitos da Criança. Foi importante na definição sistemática, por meio de diversos documentos legais, que tanto no plano internacional como nacional regulamentaram a vida das crianças e normalizaram os modos de relação entre Estado, Famílias e Crianças.

Assim se edificou um quadro jurídico-legal de proteção às crianças e surgiram as instituições e organizações de apoio à infância e seus direitos. Os diversos documentos legais globalizaram-se e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1989, tornou-se num dos marcos mais importantes da globalização política e cultural de um determinado modelo de infância. A CDC é o instrumento de direitos humanos mais ratificado à escala mundial.

Enquanto documento universal sobre os direitos da criança e que procura considerar as diferentes e complexas faces que a infância assume, este foi fruto de intensas negociações, originadas da complexidade que emerge das diferenças sociais, culturais e religiosas entre as diferentes nações (Fernandes, 2009). Essa arena tensa de negociações decorreu não somente do embate político entre Estados com diferentes interesses, desigual acesso a recursos e poder e, em especial, da diversidade de concepções de infância e de direitos da criança, mas, também, do contexto da Guerra Fria, que ampliou a complexidade (e tempo) das negociações (Rosemberg & Mariano, 2010).

A CDC é considerada hoje, contudo, como um “ponto de viragem” em relação a anteriores entendimentos sobre os direitos da criança, devido à sua natureza e conteúdo: o facto de, juridicamente,

adotar o formato de convenção, obriga os Estados signatários a aplicarem os seus princípios em leis e na ordem interna dos países, por forma a terem um maior impacto nos quotidianos das crianças e, no que toca ao conteúdo, apresenta-se como símbolo de uma nova perceção sobre a infância e os direitos da criança (Fernandes, 2009). Nessa nova perceção, inclui-se, por exemplo, o direito da criança à tomada de decisão e de voz ativa nos assuntos que lhe dizem respeito (os chamados direitos de participação ou direitos de “liberdade”), assim como o reconhecimento, que não era referido nas cartas anteriores, de que os direitos das crianças nem sempre coincidem com os dos seus pais (Fernandes, 2009).

Ao congregar o direito internacional referente às crianças e jovens, a CDC tem sido entendida, assim, como o resultado de muita pressão social à volta dos direitos internacionais das crianças e apontada como “o mais recente desenvolvimento político destinado a promover e proteger” esses direitos (Franklin, 1995, p.16).

Contudo, se a CDC foi especialmente bem recebida pela positividade que atribui à infância, com crianças e jovens a serem entendidos como atores sociais e seres humanos com direitos próprios, e como instrumento vinculativo que leva à defesa desses direitos a nível local, nacional e internacional, assegurando que o superior interesse da criança seja uma preocupação primordial, ela também sofreu, desde cedo, muitas críticas (Sgritta, 1997; Tisdall & Punch, 2012). Estas prendem-se, fundamentalmente, com o fato de existir um desequilíbrio entre aquilo que é a noção “universal” de direitos com ideias ou conceitos “particulares” sobre crianças e infância, o que leva a controvérsias no que respeita a contextos locais. Outra das críticas está relacionada com o fato de o documento prever os direitos de participação das crianças e, contudo, não as ter incluído, de forma considerável, na sua elaboração.

Para alguns críticos, declarações, estatutos ou convenções dos direitos das crianças, que não passem por uma análise das relações de dominação, inclusive as etárias, podem gerar dispositivos que contribuem na ampliação ou reforço do poder adulto sobre as crianças (Rosemberg & Mariano, 2010; Hanson & Nieuwenhuys, 2013).

De uma maneira geral, os críticos apontam para o fato de a elaboração da CDC ter sido dominada pelos países designados de “mundo minoritário” (Norte Global), tendo o seu foco nesses países, nas suas conceções de criança e de infância.

Esta é, portanto, outra importante questão a considerar neste trabalho. Se falamos de crianças e dos seus direitos, não podemos nunca excluir a sua cultura, pois esta é expressão da condição humana. A cultura compreende todos os comportamentos, ideias, leis, conhecimentos, costumes, padrões de conduta, crenças, etc., aprendidos, adquiridos e transmitidos pelos indivíduos numa determinada

sociedade. “Distintas culturas, bem como histórias individuais, constroem diferentes mundos de infância (Sarmiento & Pinto, 1997) que são medidas por variações como género, espaço geográfico, classe social, pertença étnica, nacionalidade, religião, nível de instrução, etc.” (Sarmiento, 2008<sup>a</sup>:29).

É importante salientar que a orientação normativa que norteia a declaração, não existe apenas na produção legislativa. “Um conjunto de assunções, formas de conhecimento, ideias, pressuposições e representações sociais, incorporam, no seu todo, modos dominantes de resposta às questões: o que é ser criança? Como agir em face das crianças?” (Marchi & Sarmiento, 2017). Estas manifestam-se em padrões de comportamento e condutas, hábitos e procedimentos dos adultos perante as crianças e que se constituem igualmente como representativos da normatividade da infância.

Assim, em cada momento histórico, o conjunto de orientações normativas, jurídicas e não jurídicas, explícitas e implícitas, constituem o chamado modo de “administração simbólica” da infância. (SARMENTO, 2004).

As bases ideológicas e culturais das normas legais e orientações implícitas que constituem a normatividade da infância tendem a excluir as crianças que escapam à “norma”, isto é, que escapam ao enquadramento no qual se fundam essas bases. “Fora da norma” ficam milhões de crianças. A grande maioria das crianças do Sul Global, as crianças indígenas, as crianças ciganas, as crianças de “rua”, em condições de inferioridade.

As crianças que “escapam” à norma da infância, ou a infância que não está adequada à própria norma, são uma consequência de que a ideia da infância, tal como foi modernamente construída, não se constitui como uma realidade possível para as classes económicas e politicamente subalternas. Assim sendo, a desigualdade de condições de vida, as oportunidades entre as diversas crianças, que são por norma vistas como “imperfeições” ou “deformações possíveis de serem “corrigidas” com a atribuição de “direitos”, são antes características integrantes do processo histórico e social do desenvolvimento do conceito moderno de infância. Isto é, as desiguais condições de viver a infância não são alheias ou externas ao desenvolvimento histórico da sua construção moderna, são antes, a sua consequência e, ao mesmo tempo, a sua condição (MARCHI, 2007).



### **1.1.1. Os Direitos da Criança e os Direitos da Criança no Uganda**

Desde os tempos mais antigos que as crianças sempre estiveram expostas aos mais variados tipos de exploração e abusos. Após a Primeira Guerra Mundial houve uma tomada de consciência relativamente a esta situação e a ONU concluiu que as crianças deveriam ser protegidas. E, 1989 a ONU adotou um acordo que propunha uma mudança de paradigma no que dizia respeito à Infância. Esta mudança foi assim efetivada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

Os Direitos da Criança ou os Direitos da Infância são os direitos humanos voltados para as crianças. A condição de criança como sujeito de direitos está vinculada à preocupação com o início da formação do indivíduo e desenvolvimento humano. A evolução do pensamento científico desde o séc. XIX, principalmente proveniente da Psicologia e da Pedagogia, ajudou a construir uma nova imagem da criança, associada à vulnerabilidade e conseqüente necessidade de Proteção.

De uma forma geral, os Direitos da Criança, são os princípios que norteiam os seus direitos e que incluem o tratamento não discriminatório, consideração da sua opinião e interesse, atenção à sua sobrevivência, desenvolvimento e proteção. Todos estes princípios se convertem em Direitos à Nacionalidade, Igualdade de Oportunidades, Educação, Habitação, Saúde, Recreação, Ambiente de Amor, Segurança e Compreensão dos pais e da sociedade, atendimento médico prioritário.

A elaboração da CDC foi resultado de um longo processo, desde o chamado Ano Internacional da Criança, em 1979, até à sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989. Simultaneamente, o mundo lidava com aquela que foi conhecida como a Primeira Crise do Petróleo em 1973, uma crise económica e comercial de grandes proporções, desencadeada pelos maiores países produtores de petróleo localizados, de um modo geral, no Médio Oriente.

A resposta a esta crise, a partir das grandes potências de ação regulatória e das instituições do designado consenso de Washington, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), propiciou uma “forma hegemónica de globalização, com desregulação dos mercados, expansão exponencial do capital financeiro e o aumento desmesurado das desigualdades sociais” (e.g. Fass, 2007; Wells, 2009; Punch, 2016). Os resultados dessa forma de dominação verificaram-se aos níveis social, político, cultural e ambiental, com as suas conseqüentes implicações para a infância. Para muitas crianças o seu local de nascimento tornou-se determinante nos seus direitos e oportunidades de vida.

Os direitos, tal como estão enunciados, apenas são estruturalmente garantidos às crianças dos países e de classes sociais que mais beneficiam com o modelo hegemónico da globalização. Mesmo que de uma ou outra forma, todas as crianças do mundo sejam afetadas por algumas das conseqüências da

desregulação social, introduzidas pelo capitalismo avançado: degradação ambiental e aumento, por consequência, das doenças originadas pela menor qualidade do ar e da água, exposição a conflitos causados pela guerra, (Costa & Louçã, 2003), da violência urbana, do declínio das relações de sociabilidade, incertezas face ao emprego e das perspectivas de futura inserção no mercado de trabalho, etc., são certamente, as crianças dos países e grupos sociais mais desfavorecidos, que na nova questão social introduzida pelo capitalismo globalizado, sofrem mais duramente com essas consequências.

O Injustificável reside, contudo, na existência de crianças miseráveis, cercadas pelos mais diversos problemas que as sociedades modernas já têm condições de controlar e de dar resposta e a mesma não se verifica. A existência de crianças limitadas na sua infância acontece num tempo social que não pode oferecer razões plausíveis para essa existência. A pobreza, tidos como uma abominação e um resquício da pré-modernidade a ser eliminado pelas conquistas da modernidade, não passa agora de um elemento na “infinita variedade” da existência (Bauman, 2006). Desde modo, as promessas da modernidade não foram só quebradas como também retiradas.

Pode dizer-se que a modernidade atingiu já hoje os territórios mais longínquos do planeta. Um bom exemplo disso é a grandiosidade da internet. Poucos devem ser os lugares onde esta não esteja presente. Contudo, esta triunfante modernidade não permite que se encontrem soluções globais para problemas locais e aqui poder-se-ia focar, tendo em conta Bauman, fatos tão revelantes como os genocídios ou “limpezas étnicas”, de povos considerados “primitivos”, em nome da expansão da moderna civilização ocidental.

No plano empírico, as crianças são o grupo geracional mais afetado pelo aumento das desigualdades sociais fruto da globalização. As Crianças, afinal, não têm à sua disposição ou alcance os meios mínimos de se constituírem como “crianças” no sentido moderno do termo (Marchi, 2007).

O que as realidades mais recentes nos mostram e de uma forma tão clara e inequívoca como nunca foram antes, é a grande contradição entre a idealizada conceção universal de infância, assente nos direitos – com as crianças protegidas face ao risco e providas das condições necessárias a uma vida digna no que se refere à alimentação, saúde, educação, habitação, acesso à cultura e ao lazer e, reconhecidas nos seus direitos de participação na vida social – e a atual realidade da infância, no plano global, que não é mais sustentável, o que obriga, desde logo, a um questionamento teórico da normatividade e da sua diversificação. Não será preferível considerar uma multiplicidade de conceções de infância, abrindo caminho à aceitação da diversidade dos modos de vida das crianças e das suas relações com os adultos, numa perspetiva crítica, cosmopolita e multicultural dos direitos da criança? – mas igualmente, considerar novas políticas de infância que sejam mais atentas aos fatores estruturais e

que privilegiem as crianças em condições subalternas (que considerem fatores de desigualdade social, cultural, étnico-racial, geográfica, de género ou de *disability*) (Sarmiento et al., 2018).

Nos dias de hoje temos por um lado, um superprotecionismo para com as crianças, que leva por vezes a um limitar da sua autonomia e, por outro lado, nunca como hoje tantas crianças tiveram necessidade de procurar refúgio noutra país, por razões tais como a guerra ou a pobreza extrema no seu país de origem. Nunca como nos dias de hoje tantas crianças migram sem os seus pais e estão abandonadas e entregues à sua própria sorte. Nunca como hoje as crianças encontram tantos obstáculos na procura, junto com as suas famílias (quando ainda as têm), de condições elementares de sobrevivência (cf. UNICEF, 2016).

E mais do que o significado de vivência de situações limite, a situação mundial da infância contemporânea evidencia claramente uma violação universal dos direitos humanos da criança.

Assim, a última década tem realçado a profunda contradição entre a normatividade infantil produzida pela modernidade (a partir da sua matriz ocidental cêntrica), e as condições de vida das crianças vítimas das profundas desigualdades originadas pela sociedade contemporânea, marcada pela globalização hegemónica do modelo de capitalismo financeiro.

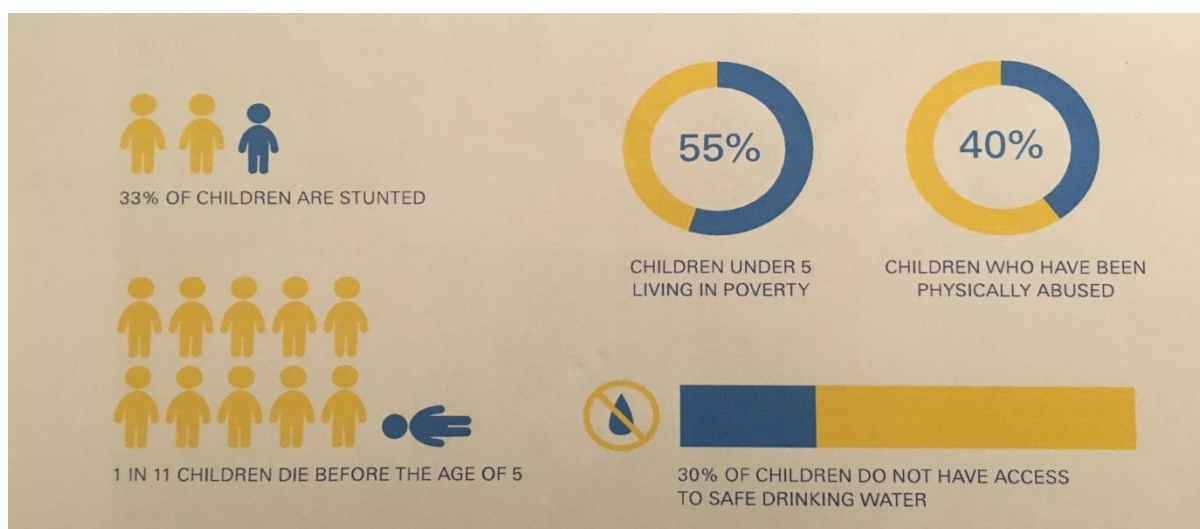
O Uganda também não escapa a esta dura realidade de violação universal dos direitos humanos da criança. Esta violação acontece em diferentes vertentes, contudo, esta não deixa de ser uma questão de enorme preocupação para as entidades responsáveis do país. Nesse sentido, um dos grandes passos dados para compreender e melhorar a situação da infância no Uganda foi o relatório *Situation Analysis of Children in Uganda*, elaborado em 2015, liderada por um Comité Diretor, co-presidido pelo Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico e a seção de Defesa Social da UNICEF Uganda, Os membros do Comité Diretor incluíram o Ministério de Género, Trabalho e Desenvolvimento Social (MoGLSD), o Ministério da Saúde, o Ministério da Água e Meio Ambiente, o Ministério da Educação, Ciência, Tecnologia e Desporto, o Setor de Direito e Ordem da Justiça, o Bureau de Serviços de Registro de Uganda, o National Council of Children, a Rede de ONG´s dos Direitos da Criança do Uganda e a Save the Children.

Este relatório de análise de situação concentrou-se inteiramente no cumprimento dos direitos da criança, consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Uganda em 1990. Para além disso, fornece recomendações para políticas e programas equitativas e amigas das crianças (UNICEF Uganda, 2015).

O Governo do Uganda introduziu muitas leis e políticas positivas que podem aumentar significativamente o progresso das crianças, mas estas não são eficientemente equipadas,

implementadas ou disseminadas. Contudo, Legislação como a Lei da Criança, a Política Nacional da Criança, a Estratégia Nacional de Participação Infantil e a Estratégia Nacional de Casamento Infantil e Gravidez na Adolescência, todos enfrentam desafios e têm poucos recursos (Save the Children, 2019).

Os Direitos das Crianças no Uganda estão consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC) e na Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança (ACRWC), da qual o Uganda é signatário, e também reconhecidos na Constituição do Uganda e na Lei



**Fig. 1:** Análise da situação da pobreza e privação infantil no Uganda. Fonte: UNICEF, Situation Analysis for Children in Uganda, 2015; Ministry of Gender, Labour and Social Development, Situation Analysis of Child Poverty and Deprivation in Uganda, 2014.

das Crianças (*Children Act*)<sup>1</sup>. Apesar das reduções sustentadas e substanciais na proporção de ugandeses a viver abaixo da linha da pobreza nas últimas duas décadas, não se verificando progressos significativos na vida das crianças, 55% delas com menos de 5 anos de idade estão privadas de pelo menos 2 ou mais dos seus direitos. Segundo os dados da UNICEF Uganda, as taxas de mortalidade infantil e de menores de 5 anos diminuíram desde 1990. A sobrevivência infantil continua a ser a maior prioridade para esta Organização e para outras que há anos estão presentes no país, como a Save the Children Uganda. A desnutrição persiste e é responsável por 40% das mortes abaixo dos 5 anos de idade, o atraso de crescimento é de 33%, o acesso limitado a água potável e saneamento (sendo que 30% das crianças não tem acesso a água potável) e práticas de higiene como lavar as mãos nem sempre são praticadas e, o HIV é a principal causa de mortalidade adolescente.

<sup>1</sup> *Children Act* ou Lei da Criança (capítulo 59) na tradução do inglês entrou em vigor no Uganda em Agosto de 1997 com o objetivo de reformar e consolidar a lei relativa às crianças, promover o cuidado, proteção e manutenção das crianças; prover apoio às autoridades locais para as crianças; estabelecer um tribunal familiar e infantil; provisão para crianças acusadas de infrações e outras finalidades relacionadas.

O quadro acima representado serve como um complemento à informação acima descrita. Os dados fornecidos referem de que forma os Direitos da Criança no Uganda ainda continuam a ser violados.

No respeitante à Educação, a matrícula no ensino primário é alta, mas a qualidade continua baixa e as taxas de absentismo no ensino primário e secundário são altas.

O direito das crianças à proteção continua a ser um desafio enorme, uma vez que 8% das crianças são extremamente vulneráveis e 43% são moderadamente vulneráveis (Ministry of Gender, Labour and Social Development (MoGLSD), 2011 e UBOS, 2014) e apenas 60% das crianças estão registadas no seu primeiro ano de nascimento (UNICEF Uganda, 2015).

Apesar dos muitos esforços para melhorar a vida dos cidadãos, o Uganda não conseguiu cumprir as várias metas dos MDG (Millennium Development Goals) em educação e saúde. Na parte mais subdesenvolvida do país, a região de Karamoja, 80% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Noutras partes do país, como as regiões Leste, Norte e Oeste, as inundações, os deslizamentos de terra e os surtos de doenças, ameaçam a sobrevivência e subsistência das famílias.

Tendo em conta o recente declínio do HIV na população em geral (medido como adulto entre os 15 e os 49 anos) de 7,3% em 2011 para 6% em 2017, o HIV continua a ser uma grande prioridade para o país (Fonte: Relatório preliminar da Avaliação do Impacto do HIV na população do Uganda de 2014 (UPHIA)).

### **1.1.2 As crianças “à margem”**

A maioria das crianças vive em regiões do mundo que são pobres economicamente, como é o caso do Uganda. Citando Punch, comparando amplamente mundos desenvolvidos e em desenvolvimento, o tipo mais comum de "infância" é, portanto, o das crianças do "Terceiro Mundo" (muitas das quais trabalham). Num contexto global, nos designados países de Terceiro Mundo ou Mundo Maioritário, quantitativamente é mais comum as crianças trabalharem e irem à escola, do que uma infância em que brinquem e vão à escola. É igualmente comum os irmãos mais velhos assumirem responsabilidades de cuidado e educação dos irmãos mais novos, situação esta muito comum em África e no Uganda não é diferente.

Um contraste fundamental entre os mundos de infância minoritária e maioritária é a pobreza. Os níveis mais extremos de pobreza absoluta existem no Mundo Maioritário (Punch et al., 2007), e os números que experimentam este tipo de pobreza são mais altos.

As crianças no Mundo Minoritário são mais propensas a sofrer de pobreza relativa do que de pobreza absoluta.

E, enquanto as desigualdades sociais globais aumentam, surgem grandes disparidades de riqueza entre a esmagadora maioria das pessoas que são pobres e a pequena minoria de pessoas ricas no Mundo Maioritário.

Outra questão muito significativa relacionada, mas não exclusiva, com a pobreza na infância, é a do trabalho infantil. Este tende a ser mais central para as infâncias do Mundo Maioritário (Punch, 2003).

Este é também um problema muito significativo quando falamos em infância no Uganda. De acordo com o governo ugandês, as crianças entre os 5 e os 17 anos de idade são as mais exploradas. Apesar da existência de leis que criminalizam o trabalho infantil, as mesmas não são aplicadas. Os dados que consegui e que se referem ao último relatório da OIT, em 2013, apontam que mais de 2 milhões de crianças são vítimas do trabalho infantil no Uganda., maioritariamente na zona rural. Nestes 2 milhões incluem-se 507 mil que desempenhavam trabalhos perigosos, como por exemplo, em indústrias, trabalhos noturnos, com jornadas superiores a 43 horas semanais.

As tentativas, por meio de mudanças legislativas e aplicação de novas políticas educacionais, levadas a cabo com o objetivo de reverter este cenário, abriram margem para um aumento do número de crianças a trabalhar de forma clandestina e em condições ainda mais precárias, inclusive na prostituição. Esta foi a conclusão, em 2015, de um relatório do departamento do trabalho dos Estados Unidos, sobre os avanços do Uganda no impedimento das designadas “piores formas de trabalho infantil”, pela Convenção n.º 182 da OIT, onde se incluem todas as práticas de escravidão análogas a ela, utilização de crianças para fins de prostituição ou produção pornográfica, o recrutamento de crianças para atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, bem como todo o tipo de trabalho que possa ser prejudicial à saúde, segurança ou moral da criança (Tironi, 2018).

Nesse mesmo ano, o Uganda havia aprovado uma legislação que proibia a prática de trabalhos penosos a crianças, vedando, simultaneamente, o trabalho a menores de 16 anos, e que de alguma forma se conjugava com o quadro de implementação do programa Universal Primary Education (UPE), referido adiante no ponto 2.1.1, a partir de 1997, referente à abolição das taxas de matrícula para as crianças entre os 6 e os 13 anos de idade, no ensino primário. Criou-se assim, no país, um cenário de avanço na garantia formal de direitos que, contrariamente, deixou adolescentes entre os 14 e os 16 anos especialmente vulneráveis às piores formas de trabalho infantil (Tironi, 2018).

O discurso dos direitos da infância que se deseja universal diz que o trabalho infantil deve ser abolido como forma de garantir a liberdade, a dignidade e o bem-estar das crianças e adolescentes de todo o mundo. Contudo, as crianças em busca do seu sustento próprio e familiar entendem que o trabalho é a única forma de conquistarem a sua liberdade, dignidade e bem-estar. As crianças no Uganda trabalham porque não têm dinheiro para as propinas e outras trabalham para continuarem a poder pagar as mesmas, porque as suas famílias não têm outra forma de o fazer. Há ainda as que não vão à escola e trabalham para pagar as propinas dos seus irmãos mais novos. Esta é ainda uma realidade muito presente neste país, nos dias de hoje.

Desde 1998, que o governo no Uganda permite que 3 crianças de cada família frequentem a escola primária, pagando apenas uma taxa mínima de ensino em determinadas escolas (as chamadas UPE – Universal Primary Education) em áreas mais remotas (Ejuu, 2012). Contudo, este *Universal* não é transversal a todas as crianças.

Este é um assunto que será melhor explorado no ponto 2.1.1, sobre a Primeira Infância no Uganda.

### **1.1.3. Os Programas de Desenvolvimento e Apoio à Primeira Infância**

Os Programas ECCD – Early Childhood Care and Development Programs

O que são então os Programas de Desenvolvimento e Apoio à Infância (os designados programas ECCD), no qual se inclui o Projeto *A Boost for the Youngest?*

Os Programas ECCD (Sistema de Cuidado e Desenvolvimento da Primeira Infância) referem-se a uma gama de programas de saúde, nutrição, educação infantil e serviços sociais que atendem às necessidades holísticas básicas das crianças desde o nascimento até aos 6 anos de idade, com a finalidade de promover o seu crescimento e desenvolvimento ideais (Save the Children, 2016).

Antes de as crianças pequenas começarem a aprender leitura, escrita ou matemática, precisam de desenvolver habilidades físicas, cognitivas, de linguagem e sociais que lhes permita usar um lápis, seguir uma história e ouvir um professor em silêncio.

A Save the Children não sendo a única, mas a ONG aqui em causa, coloca como prioridade alta, dar a crianças com menos de 5 anos uma vantagem, um melhor começo de vida.

Por meio de uma ampla variedade de abordagens, apoia famílias e crianças, de gestantes e bebés recém-nascidos a crianças em idade pré-escolar até a transição para a escola primária. Esse é um dos objetivos do projeto “A Boost for the Youngest” que falarei mais adiante neste trabalho.

Como se processam estes Programas no terreno?

Por todo o mundo, cerca de 200 milhões de crianças não estão prosperando, ou seja, não estão a atingir o seu potencial de desenvolvimento nos primeiros 5 anos de vida.

Os fatores de risco mais prevalentes incluem desnutrição e falta de estímulo. Em alguns países, como é o caso do Uganda, há também a questão emergente da desnutrição que não prejudica apenas a saúde física das crianças, mas também, a capacidade de se desenvolver e prosperar.

Quando temos em conta os caminhos pelos quais os nutrientes afetam a cognição e o comportamento das crianças podemos pensar em crianças que estão a crescer bem, pois são mais propensas a serem fisicamente ativas e conseqüentemente a explorar o ambiente que as rodeia; têm provavelmente mais curiosidade em descobrir como as coisas funcionam. Podem descobrir como abrir a tampa de uma garrafa, aprender a empilhar blocos. Todas essas coisas para uma criança pequena requerem reflexão e resolução de problemas. Uma criança que é menos ativa, que pode estar desnutrida, poderá não estar a explorar o seu ambiente como deveria e precisa de ajuda para o fazer. Outra forma segundo a qual a nutrição também pode afetar a aprendizagem são os micronutrientes e como estes suportam o funcionamento através do desenvolvimento do cérebro.

A relação entre nutrição e desenvolvimento mental tem recebido um amplo apoio de estudos transversais que mostram uma forte correlação entre altura e desenvolvimento mental (Barros et al. 2010, Hadley et al. 2008, Olney et al. 2008, Olney et al. 2009, Servili et al. 2010) e de vários estudos longitudinais (Grantham-McGregor et al. 2007). Nutrientes mais específicos, como ferro (particularmente importante no desenvolvimento cognitivo), iodo, zinco e ácidos graxos (ou ácidos gordos), também foram estudados devido aos seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e de linguagem.

E de que forma a estimulação ou falta dela afeta o desenvolvimento da aprendizagem?

As crianças que recebem, desde a Primeira Infância, oportunidades para explorar o seu ambiente, brincar, até com brinquedos feitos em casa, de baixo custo (não são necessários brinquedos caros); as crianças com as quais se conversa, com as quais se comunica e as quais os pais as envolvem de uma forma responsiva, serão capazes de aprender a linguagem de forma mais rápida e eficaz. É, por isso, importante orientar os pais que, mesmo antes de os seus filhos aprenderem a expressar as palavras, eles estão a aprender a entendê-las e através da comunicação poderemos promover uma aprendizagem saudável, linguagem e desenvolvimento comportamental.



De acordo com Aisha Yousafzai<sup>2</sup>, os programas e estudos de intervenção junto da Primeira Infância que ajudam a promover o desenvolvimento, concluem que a intervenção nutricional por si só não é suficiente para a promoção de bons resultados cognitivos (Yousafzai, 2018). São necessárias também intervenções de estimulação e, igualmente considerar, como estes dois tipos de intervenções (nutrição e estimulação) juntas, poderão funcionar como um benefício adicional. Para tal são necessários programas continuados e que sigam as crianças a longo prazo. O Programa “A Boost for the youngest” cumpre já o seu quarto ano de intervenção<sup>3</sup>, sendo portanto, um exemplo de continuidade e de avaliação a longo prazo da sua eficácia junto das famílias e comunidades. A cada ano de intervenção, a SC tem aprimorado este projeto consoante as necessidades do seu público-alvo e expandido a sua área de intervenção. Este é essencialmente um programa de desenvolvimento e intervenção precoce, com foco igualmente na saúde e na nutrição (como referido anteriormente, é um programa que conjuga estimulação e nutrição).

Existem muitas intervenções promotoras do desenvolvimento, mas analisar apenas a intervenção nutricional (embora útil), não é suficiente para promover resultados cognitivos desejados ou ideais. Quando entregamos essas intervenções às crianças e famílias mais desfavorecidas há maiores benefícios, e ao integrar esses dois tipos de intervenção há um potencial para benefícios adicionais (nunca descurando que estudos têm de ser feitos e a continuidade assegurada).

São diversas as vantagens na combinação de intervenções nutricionais e parentais (Yousafzai, 2018), pois ambas têm uma janela de oportunidade comum. Um profissional de saúde está na posição ideal para fornecer intervenção nutricional e de estimulação, especialmente nos primeiros dois anos de vida.

Conseguir ainda, posteriormente, procurar formas de integrar estas intervenções em ambiente escolar, seria muito mais fácil para os pais e cuidadores não procurarem diferentes prestadores de serviços e sim, num só local obterem todos os conselhos de que precisam para o bem-estar dos seus filhos. Em contextos como África isto faz todo o sentido e por diferentes razões. Desta forma é possível combater maiores riscos com vista a atingir o resultado de um crescimento e desenvolvimento saudáveis para as crianças pequenas. Um exemplo disso é a alimentação responsável. Isto beneficia não apenas

---

<sup>2</sup> Professora Associada de Saúde Global, Chan School of Public Health, Harvard University

<sup>3</sup> Grande parte das informações acerca deste projeto foram recolhidas junto da Save the Children Uganda (guardadas nas minhas notas de campo), nos workshops que fiz com a ONG ou em relatórios e outras informações que os responsáveis do projeto foram formalizando ao longo do tempo e tiveram a gentileza de me deixar consultar. Informações sobre este projeto não se encontram disponíveis para consulta online.

o crescimento e o desenvolvimento das crianças e orienta os familiares e outros cuidadores a refletir em como uma criança pode ser bem alimentada. Não são apenas os alimentos que damos às crianças que importam, mas também a postura e comportamento do cuidador durante a alimentação. Se conversa com a criança enquanto a alimenta, se lhe pergunta se deseja mais comida, se procura sinais de fome ou saciedade.

O objetivo tem de ser muito maior do que apenas alimentar a criança. Deve ser o de comunicar responsivamente e de forma correta durante o período de alimentação. Estudos têm demonstrado que isto pode resultar num aumento da quantidade de alimentos consumidos pela criança pequena (Yousafzai, 2018).

Igualmente, a estimulação também fornece um contexto ideal para orientar as famílias acerca do que implica ser um cuidador responsivo. Isto significa procurar sinais e pistas nos filhos, através do brincar que oferece uma variedade de oportunidades de comunicação. Assim, enquanto a mãe e o pai brincam com a criança, os técnicos de programas de intervenção podem treinar estes pais, orientá-los a pensar sobre o que o seu filho está a fazer, sobre o que é capaz de fazer, e que o seu filho pode necessitar de mais algum apoio e ajuda para explorar mais. E, de fato, isto ajuda os pais a experimentarem interações bem-sucedidas com os seus filhos pequenos, sendo este o ingrediente para relacionamentos saudáveis, seguros e protegidos.

Estudos e investigações em diferentes países demonstraram a eficácia das intervenções de estimulação na produção de desenvolvimento cognitivo e de linguagem. A importância das intervenções baseia-se na constatação bem estabelecida de que as crianças precisam de boas atividades de natureza motora, além de conversas com os adultos, com o fim de desenvolverem habilidades cognitivas e de linguagem nos primeiros anos de vida (Tamis-LeMonda et al. 2001).

A implementação de programas de estimulação requer um currículo manual, um formato de entrega e pessoal treinado, normalmente paraprofissionais<sup>4</sup> que precisam de supervisão.

São comuns três formatos de entrega: visitas domiciliares, sessões em grupo e consultas clínicas. O projeto “A Boost for the Youngest” é um exemplo que cumpre com estes 3 tipos de formatos. As visitas domiciliares são levadas a cabo por um paraprofissional treinado que visita as casas semanalmente ou mensalmente para conversar e brincar diretamente com a criança enquanto a mãe assiste. No caso do BFY, estas visitas domiciliares (assim como os outros tipos de formatos), são feitas pelos VHT’s, que são elementos da comunidade, muitas vezes das mesmas aldeias em que decorrem

---

<sup>4</sup> Paraprofissional é um título de trabalho dado a pessoas em vários campos ocupacionais, como educação, saúde, engenharia e direito, que são treinados para auxiliar profissionais, mas que não possuem licenciamento profissional. É o indivíduo que trabalha ao lado de um profissional.

as intervenções. São pessoas primeiramente treinadas e selecionadas pelo Ministério da saúde (MoH) do Uganda, para trabalharem diretamente com a população. São a primeira linha de acompanhamento e ajudam em tratamentos simples, como por exemplo, imunizações.

Nas sessões de grupo as mães são incentivadas a levar os seus filhos, bebés ou crianças pequenas.

Os manuais de atividades utilizados para as sessões podem incluir demonstrações de atividades de brincadeira, conversações relacionadas à criança, seguidas de mães praticando e sendo treinadas.

As crianças podem variar de idade, portanto o foco é o mostrar à mãe o que fornecer ao seu filho(a).

No projeto “A Boost for the Youngest” o manual utilizado para as sessões com as famílias é o Toolkit (sobre o qual falarei mais adiante), desenvolvido pela Save the Children e com o apoio do Ministry of Health (Ministério da saúde) (MoH) e do Ministry of Gender, Labour and Social Development (Ministério de Género, Trabalho e Desenvolvimento Social) (MoGLSG).

O terceiro modelo ou formato de intervenção são as visitas a clínicas, para acompanhamento às mães grávidas ou para seguimento dos bebés. Estas visitas são uma oportunidade para inquirir e perceber o que a mãe sabe sobre como estimular o filho com brinquedos e conversas e aconselhá-la sobre como melhorar essas práticas. Isto é normalmente levado a cabo por um profissional de saúde.

Por várias razões, as sessões de grupo, juntamente com algumas visitas domiciliare para superar desafios relativos à família, são o modelo mais promissor para futuros programas de estímulo: é menos trabalhoso do que depender apenas de visitas domiciliare, requer menos horas de contato, incentiva o apoio de colegas, e potencialmente modifica as normas de grupo para a educação dos filhos.

Regressando um pouco atrás e à conjugação de ambas as intervenções (nutrição e estimulação), é preciso garantir que as estratégias de treino e de supervisão estão alinhadas, para que a pessoa que realiza a intervenção perceba que é importante fornecer aos pais nutrição e estimulação juntas, pois caso contrário, por que razão o faria? É importante ter a noção que a informação que é fornecida aos VHT's, paraprofissionais deve ser clara e objetiva por forma a evitar equívocos.

Existem diversos exemplos por todo o mundo, África inclusive, onde existiram e existem entregas bem-sucedidas de programas integrados de nutrição e parentalidade.

A norte do Uganda, a estimulação foi integrada nos centros de alimentação de emergência existentes. Os pais, em particular as mães, receberam conselhos sobre as interações mãe-filho, como

melhorar o relacionamento com a criança, assim como brincar com ela. Aqui verificaram-se benefícios no ambiente de aprendizagem ao qual a criança foi exposta (Walakira et all, 2015).

## **1.2. A importância da Primeira Infância no Desenvolvimento da Criança e a questão dos direitos da criança.**

“The child should be fully prepared to live an individual life in society, and brought up in the spirit of the ideals proclaimed in the Charter of the United Nations, and in particular in the spirit of peace, dignity, tolerance, freedom, equality and solidarity.”

– Convention on the Rights of the Child, 1989

A Primeira Infância compreende o nascimento e os primeiros 6 anos de vida da criança. É uma etapa muito importante, senão a mais importante, para o desenvolvimento global da criança e as experiências desta etapa são a base para o resto da vida, como adolescente e como adulto. Até mesmo aquelas que acontecem durante a gestação ou enquanto bebê, quando ainda não sabe e nem tem a memória apurada dos fatos que acontecem à sua volta.

Crianças bem cuidadas e amadas podem viver bem e criar sociedades melhores para todos. Sendo que as crianças são o nosso futuro, investir nelas e no seu desenvolvimento global, é investir no desenvolvimento humano e económico de todos. Os alicerces de uma sociedade de sucesso começam, realmente, na Primeira Infância.

As crianças são o grupo social que provavelmente será sempre mais afetado pelas mudanças que ocorrem a todos os níveis, quer regional, nacional e global. São também a geração com a qual contaremos para criar as soluções para o futuro, mas somente se essas crianças e jovens atingirem o seu potencial de desenvolvimento. As nossas apostas enquanto geração precedente devem ser altas, pois não haverá desenvolvimento sustentável no futuro sem uma próxima geração para apoiá-lo.

Mas o que é então o Desenvolvimento na Primeira Infância? E como acontece este desenvolvimento nas diferentes sociedades e culturas?

O foco deste estudo e do Projeto acompanhado, “A Boost for the Youngest” é, precisamente este período tão crucial do desenvolvimento humano.

Em primeiro lugar, é importante entender que as fundações de uma sociedade de sucesso começam realmente na Primeira Infância. Todos os aspetos relativos do desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida criam realmente uma base para o futuro desempenho académico na escola, produtividade económica, cidadania responsável, saúde ao longo da vida, comunidades fortes e, até mesmo, a capacidade de ser pai e mãe da próxima geração.

Todas essas capacidades de extrema importância para a sociedade têm as suas origens nos primeiros anos da infância, e o que se tem vindo a aprender no passado recente e hoje, com os avanços da ciência, é que poderíamos estar a usar estes novos *insights*, ou conhecimentos, de como a experiência entra no corpo e como afeta o desenvolvimento do cérebro a ser mais eficaz, mais criativo, mais inovador e em como podemos construir uma base muito mais forte para uma vida humana bem-sucedida e, igualmente para sociedades sustentáveis bem-sucedidas e que funcionem bem.

Portanto, é importante que todos entendam que as primeiras experiências moldam literalmente a “arquitetura” do cérebro em desenvolvimento<sup>5</sup>. Os genes fornecem um modelo (“blueprint”) para o momento em que os circuitos cerebrais são desenvolvidos, o tempo de diferentes circuitos, mas como esses circuitos são realmente formados, é moldado pelos ambientes e experiências vividas pelas crianças no decurso do seu crescimento. Em última análise, genes e experiência trabalham juntos para construir a arquitetura cerebral (Center on the Developing Child, 2007).

Mas o que queremos dizer com meio ambiente? E o que significa experiência?

Décadas de pesquisas em humanos e também com animais demonstrou que são as interações que as crianças e jovens têm com os adultos relevantes das suas vidas, que realmente constituem a essência do impacto do meio ambiente no seu desenvolvimento. E a parte mais relevante disso é em que medida as relações entre os adultos e as crianças são mutuamente interativas. Segundo Shonkoff (1998), isso designa-se *Serve and Return Interaction* (servir e retribuir) a natureza da interação entre as crianças e os seus pais e outros cuidadores, na família ou na comunidade. À medida que os adultos entendem como o bebé se sente e o que está a fazer, a criança faz um som ou diz qualquer coisa, o adulto responde ou faz uma expressão facial, envolve a criança e esta responde. É esse *Serve and Return*, essa interação mútua, que molda literalmente o circuito do cérebro.

Biologicamente, o cérebro espera interações responsivas, estáveis e previsíveis. Na ausência destas, ou se as respostas não são confiáveis ou são inadequadas, a arquitetura do cérebro não se forma como seria esperado, ou pode levar a disparidades nas aprendizagens e no comportamento.

Entender a importância do envolvimento responsivo, interativo, o compromisso e a envolvimento do dar e receber entre bebés/crianças pequenas e os adultos, ajuda-nos a entender que as crianças se desenvolvem, verdadeiramente, em ambientes de relações que começam com a sua família, com os seus pais e outros elementos próximos, mas não pára aí. Inclui também outros adultos importantes na

---

<sup>5</sup> Prof. Jack Shonkoff: Fundador e Diretor do centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard. Pediatra e especialista em investigação na primeira infância.

vida de uma criança: família extensa, vizinhos, amigos, funcionários em programas de infância, professores, treinadores. Todos estes indivíduos e a natureza das suas relações com as crianças, o quão responsivas e interativas são criam, literalmente, o ambiente no qual a arquitetura do cérebro se desenvolve para o melhor, ou para o pior.

Há um provérbio africano que nos transmite um pensamento muito sábio no que respeita ao desenvolvimento de uma criança: “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, o que significa que todos, enquanto membros de uma sociedade, partilhamos a responsabilidade pelo seu cuidado e desenvolvimento. Os bons cuidados na Primeira Infância estão associados a níveis mais elevados de bem-estar físico, cognitivo e emocional e ao aumento de aprendizagens e ganhos ao longo da vida (Lusk e O’Gara, 2002). Em oposição, o stresse e a adversidade nestes primeiros anos podem afetar permanentemente o desenvolvimento das capacidades físicas e mentais ao longo da idade adulta (Shonkoff et al, 2012).

Quando se pensa em desenvolvimento na Primeira Infância, pensamos em diferentes categorias de desenvolvimento, como o desenvolvimento social, o desenvolvimento da linguagem, o desenvolvimento emocional. Contudo, o que a biologia que estuda o desenvolvimento do cérebro nos diz, é que este é um órgão altamente integrado e que, embora existam áreas de especialização para essas diferentes funções de desenvolvimento, o circuito subjacente a essas habilidades é primorosamente interrelacionado, não se podendo, por isso separar essas diferentes funções no cérebro. Elas estão altamente conectadas, inseparavelmente interligadas.

Se quisermos pensar na melhor forma de promovermos o desenvolvimento saudável e equilibrado de crianças pequenas, se o nosso principal interesse está no seu desenvolvimento social, ou no seu bem-estar emocional, ou na sua linguagem, na sua cognição, como pensam, é necessário ter em consideração todas essas funções em simultâneo, pois o cérebro jamais as separa.

O cérebro está completamente integrado e todos esses circuitos se afetam uns aos outros. Ter todas estas considerações tem as suas implicações ao pensarmos como estruturamos e avaliamos as primeiras experiências e programas para crianças pequenas. Não se pode separar a cognição e a linguagem do desenvolvimento social e emocional. Isto não tem qualquer sentido no que respeita à arquitetura do cérebro em desenvolvimento.

Uma propriedade básica muito importante da neurobiologia e do desenvolvimento do cérebro e do sistema nervoso é a plasticidade. A plasticidade refere-se à adaptabilidade, à flexibilidade do circuito cerebral à medida que este se desenvolve. E períodos de grande plasticidade significam que o cérebro tem uma maior facilidade de adaptação a uma ampla gama de circunstâncias.

A plasticidade do nosso cérebro vai diminuindo à medida que envelhecemos. Está ao seu nível mais alto no nascimento e na Primeira Infância e continua a diminuir, mais lentamente, ao longo da vida do indivíduo. Esta questão da plasticidade cerebral é determinante quando pensamos na Primeira Infância e no seu desenvolvimento. Quando pensamos em intervenção, em programas, em políticas, e no melhor ambiente que seja promotor desse desenvolvimento equilibrado. Quanto mais cedo se intervir, melhores serão os resultados.

É pois importante aqui ter a clara noção de como o cérebro humano se desenvolve, principalmente no seu início de vida. Usando melhor esse conhecimento poderemos fornecer ambientes nos quais o desenvolvimento de bebês e crianças possa prosperar.

Sabe-se, por exemplo, que o cérebro humano se vai construindo ao longo do tempo. No nascimento, o cérebro humano tem a maioria dos bilhões de células, os neurónios (cerca de 16 bilhões) que terá ao longo de toda a vida, mas relativamente poucas conexões entre essas células, que é basicamente a essência da função cerebral.

O cérebro vai-se construindo (crescendo) ao longo do tempo e “de baixo para cima, os centros superiores desenvolvem-se como elaborações das partes inferiores, mais antigas<sup>6</sup>.” No início, experiências iniciais simples afetam e moldam o desenvolvimento de circuitos simples para habilidades simples. À medida que o tempo passa, e as crianças têm a capacidade de um comportamento mais complexo, o cérebro constrói circuitos mais complexos sobre uma base de circuitos simples, e esse circuito, que envolve trilhões e trilhões de conexões, é construído muito rapidamente nos primeiros anos.

Na infância e nos primeiros anos em que a criança está a aprender a andar, o cérebro humano está, efetivamente, a produzir 700 novas conexões a cada segundo.

Essas conexões são as sinapses e um cérebro maduro tem trilhões e trilhões de conexões, logo precisa de construí-las muito rapidamente. Quando o cérebro é muito imaturo, no início da infância e tem apenas circuitos simples há uma enorme flexibilidade sobre onde esses circuitos podem ir e como se podem desenvolver.

O cérebro constrói camadas cada vez mais complexas de circuitos em cima de circuitos simples. E como esses circuitos são desenvolvidos é determinado pela genética. O *timing* é geneticamente programado, mas como os circuitos são feitos é influenciado pela experiência. Quando os circuitos estão sendo feitos, eles são feitos em áreas específicas, pois o cérebro não desenvolve os seus circuitos em todos os lugares ao mesmo tempo. Diferentes áreas amadurecem em diferentes períodos de tempo.

---

<sup>6</sup> Daniel Goleman in Inteligência Emocional. *The Triune Brain in Evolution*.



Os primeiros circuitos são fenômenos sensoriais básicos como a visão e a audição e depois o cérebro. Um pouco mais tarde, tudo isto ainda está no primeiro ano, é construído o circuito básico para a linguagem, entendendo sons e sendo capaz de reproduzi-los. Os circuitos para funcionamento cognitivo de alto nível e pensamento e resolução de problemas virão muito mais tarde.

Este período no qual os circuitos estão sendo feitos, geneticamente programado em termos de tempo constitui os chamados períodos críticos e sensíveis no desenvolvimento humano. Tomemos como exemplo os circuitos que permitem diferenciar sons e reconhecer os sons da linguagem falada ao seu redor. Ao nascer, o cérebro de cada bebê tem a capacidade de falar fluentemente todas as línguas existentes para a espécie humana, saber diferenciá-las e reproduzi-las. Ao estarem expostas às conversas que os adultos mantêm com elas e à sua volta, o cérebro começa a diferenciar as distinções entre sons que podem parecer similares e este é o seu período sensível, o que significa que é otimamente responsivo a informações (inputs) ambientais. Esta é a fase de formação dos circuitos e, quando essa fase sensível de formação do circuito termina, essa parte do cérebro é menos responsiva às influências ambientais.

O circuito é formado, estabilizado e terminado e o cérebro passa para o próximo nível de circuitos. Um dos princípios deste processo biológico é quando os circuitos estão sendo formados. Segundo o Professor Shonkoff, é este o momento crucial em que sua formação mais poderá ser afetada, para o bem ou para o mal (Shonkoff, 2018). Uma vez estabilizado, não é possível voltar a ligar e se o que foi feito em termos de desenvolvimento humano, não tiver sido feito corretamente, os circuitos de nível mais alto terão de fazer adaptações. Se o circuito foi bem feito e é robusto e foi igualmente estabilizado, essa é a base do indivíduo para o resto da vida para essa função específica.

A noção de períodos críticos e sensíveis é muito importante no desenvolvimento na Primeira Infância, foco deste projeto e, por consequência deste estudo, na medida em que significa que estes são os “tempos” para partes particulares do cérebro em que este é otimamente plástico e flexível e, por conseguinte, mais sensível às informações ambientais. Este é o momento certo em que precisamos ter a certeza de que o ambiente de relacionamentos, que os recursos disponíveis para as famílias, que os cuidados prestados por pessoas que não sejam pais, são os adequados e que este é o retorno de que o cérebro espera e necessita. E assim, à medida que vão construindo circuitos mais complexos, perde muita plasticidade nesses circuitos mais simples, onde se torna mais tarde difícil a mudança. É por isso que o tempo é tão importante, para diferentes partes do cérebro em diferentes momentos. Se algo falhar no desenvolvimento da Primeira Infância, e tivermos de pensar em como oferecer educação a crianças que não têm uma base sólida de aprendizagem, podemos intervir na idade em questão, mas para o fazer bem vai custar mais, teremos mais trabalho e não conseguiremos um resultado tão bom quanto teríamos

conseguido, pois alguns dos circuitos que são necessários como base já foram construídos e estabilizados.

Conclui-se assim, que estudos e evidências estabelecidas e emergentes acerca do desenvolvimento do cérebro, indicam que os primeiros anos de vida são cruciais não apenas para a saúde individual e desenvolvimento físico, mas também para o desenvolvimento cognitivo e socio emocional (Walakira et all., 2015).

O ambiente e as experiências de uma criança – começando no útero – afetam, não apenas o desenvolvimento do cérebro, mas também a saúde física e mental, as aprendizagens e o comportamento ao longo do tempo.

### **1.3. O Desenvolvimento Individual e o Desenvolvimento Cultural – Cultura, Infância e Direitos**

Compreender os direitos da criança não é indissociável de compreender o desenvolvimento humano e compreender este, pressupõe entender detalhadamente as situações nas quais as pessoas se desenvolvem – as situações imediatas, assim como os processos culturais menos imediatos que as envolvem e nos quais as crianças e os seus parceiros (e os seus ancestrais) fazem parte.

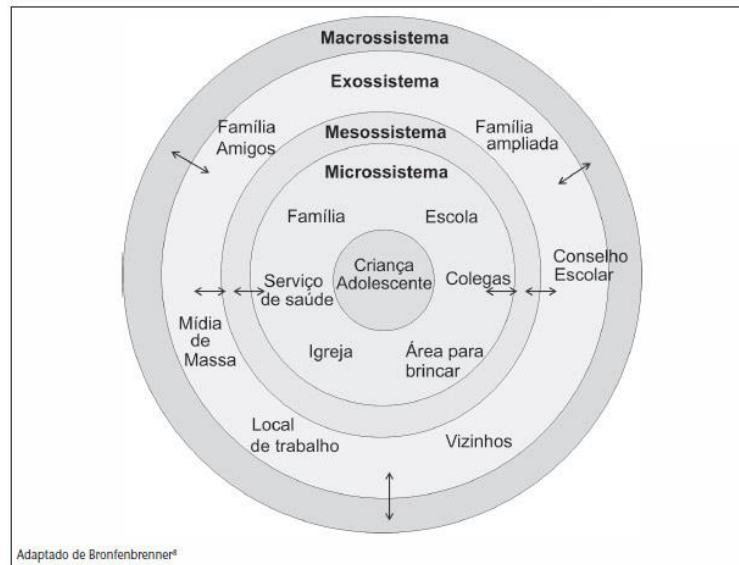
E compreender como um país entende, se questiona e como atua perante as questões da criança e da infância, não pode ser dissociado da sua cultura, do seu ambiente e da sua História. Daí que seja importante considerar o contributo de alguns estudiosos, de forma a entender esta simbiose entre o indivíduo (e o seu desenvolvimento) e a cultura em que este se insere, pois os direitos da criança não estão dissociados desta realidade.

Começemos então por compreender o que é e como se processa o desenvolvimento humano, tendo em conta algumas das teorias que contribuíram para a sua compreensão.

O desenvolvimento é a interação entre processos biológicos neurológicos e o meio ambiente, e as influências ambientais mais poderosas no período pré-natal e até aos 3 anos de idade, são as relações que os bebés estabelecem com os seus pais, cuidadores e outros adultos no ambiente que os rodeia. Também os apoios básicos de saúde e os riscos, tais como nutrição, água, saneamento e doenças são influências chave no desenvolvimento. Igualmente, o ambiente mais amplo, como a cultura, a economia local e a infraestrutura do ambiente infantil, são determinantes no desenvolvimento.

Urie Bronfenbrenner fez contribuições decisivas no que respeita ao desenvolvimento do indivíduo no contexto ambiental (Tamis Le-Monda, 2018). Bronfenbrenner com o seu Modelo Ecológico de desenvolvimento, situou a criança no centro e depois em torno desta as muitas influências que afetam o seu desenvolvimento. Segundo ele, as mudanças que ocorrem na vida do indivíduo são influência do ambiente. Referiu-se, assim, a níveis ou sistemas de influência ambiental a que designou: biosistema, microsistema, o mesossistema e o macrossistema.

O microsistema de desenvolvimento refere-se ao ambiente imediato em que o bebé cresce e isso inclui o ambiente uterino. As rotinas quotidianas e as interações regulares que o bebé tem com outras pessoas são as influências que moldam o curso do desenvolvimento dessa criança. Os milhares de interações diárias com o ambiente físico e social da vida de um bebé moldam o curso do seu desenvolvimento e fontes imediatas de nutrição, alimentação, interação social, inputs de linguagem, fazem parte deste microsistema.



**Fig. 2:** “Modelo da Ecologia de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner” in Bronfenbrenner U. The ecology of human development: experiments by nature and design. Cambridge, MA: Harvard University Press; 1979.

O mesossistema refere-se às relações entre diferentes microssistemas. Por exemplo, se o prestador de cuidados na creche espera que o bebê/ criança seja muito quieta e obediente, enquanto os cuidadores em casa querem que a criança explore e faça à sua vontade, aqui criar-se-á um conflito de sistemas de valores e o mesossistema, relação entre os dois sistemas, afetaria, por sua vez, o desenvolvimento infantil.

O macrossistema refere-se aos valores mais amplos e aos objetivos de socialização num contexto maior. Diz assim respeito aos valores, às normas, às expectativas de uma comunidade cultural, às políticas de uma sociedade. Pode referir-se às mudanças económicas e sociais de larga escala de uma comunidade. Mudanças históricas também podem afetar as crianças: a urbanização, a industrialização, ou historicamente ter nascido num tempo de guerra em vez de um tempo de paz, podem ter uma tremenda influência nos microssistemas de crianças pequenas e no seu desenvolvimento.

Segundo Whiting (Rogoff, 2005), o conjunto de personagens e ambientes nos quais as crianças agem é extremamente influente para determinar o rumo do seu desenvolvimento. O “modelo psicocultural” de Whiting e Whiting apresentava o desenvolvimento humano como o produto de uma cadeia de circunstâncias sociais e culturais, nas quais a criança se insere.

Para Rogoff (2005), o desenvolvimento humano tem necessariamente como base a bagagem histórica com a qual os seres humanos nascem, tanto na condição de membros da sua espécie, quando de membros das suas comunidades. Os bebés vêm ao mundo equipados com padrões de ação, assim

como preferências e vieses na aprendizagem, com base nos seus genes individuais e de espécie, e na sua experiência pré-natal. Vêm igualmente equipados com cuidadores que estruturam os seus mundos biológicos e sociais de formas derivadas da sua própria história filogenética e cultural, bem como da dos seus ancestrais (Hatano e Inagaki, 2000; Rogoff, 1990; Trevathan e McKenna, 1994). Ao mesmo tempo, novas gerações transformam as instituições e as práticas culturais e contribuem para a evolução biológica.

Quando pensamos em Primeira Infância e consequentemente no desenvolvimento da criança no seu todo, não podemos dissociá-lo de todo o contexto em que esta está inserida. Não somos indiferentes a nada do que nos rodeia e aquilo que experienciamos com o mundo à nossa volta é determinante na nossa construção enquanto seres humanos. A teoria de Lev Vygotsky ajuda a compreender e a alicerçar o desenvolvimento individual num contexto social, cultural e histórico.

A abordagem sociocultural ou sócio histórica ou cultural-histórica (que considera a mente humana como social e cultural desde o nascimento), nascida a partir da forte influência das concepções de Vygotsky (1978, 1987, 2001), parte de um pressuposto de que o desenvolvimento individual deve ser entendido no seu contexto social e cultural-histórico e não separado deste. De acordo com Vygotsky, os esforços dos indivíduos não são separados dos tipos de atividades nos quais estes se envolvem e dos tipos de instituições das quais fazem parte.

Todo o ato da criança é concebido como ocorrendo num ambiente típico da espécie humana, que é culturalmente construído através da História da Humanidade (Tomasello, 1999). Pode assim dizer-se que desde o nascimento, as manifestações da criança são direcionadas a um Outro (social).

O desenvolvimento no decorrer da vida está inerentemente ligado ao desenvolvimento histórico das espécies e das comunidades culturais, que ocorre nas oportunidades de aprendizagem a cada momento do dia-a-dia. O desenvolvimento dá-se em ritmos distintos – à velocidade da mudança das espécies, da transformação histórica das comunidades, das vidas individuais e dos momentos de aprendizagem individual (Scriber, 1985; Wertsch, 1985).

Barbara Rogoff e Jaan Valsiner, que se complementam nas suas teorias dão-nos também contributos extremamente relevantes para compreender esta questão.

Com a proposta sociocultural de Barbara Rogoff (2005), o foco de análise incide no meio social e cultural como um fator indispensável e constituinte de um sujeito que mantém uma relação de mútua constituição com este meio. Para Rogoff, é necessária uma unidade de análise que não privilegie nem o sujeito, nem o meio social e cultural, isto é, uma unidade de análise que mantenha a função de um

sistema indivisível que represente o todo que se quer analisar, tal como Vygotsky ressalva: “ A unidade é uma parte vital e irredutível do todo” (Vygotsky, 1987, p.46).

No seu trabalho, Rogoff (1990, 1998), enfatiza que o desenvolvimento humano é um processo de participação variável das pessoas nas atividades socioculturais das suas comunidades. As pessoas contribuem para os processos envolvidos nas atividades socioculturais, ao mesmo tempo em que herdaram práticas inventadas por outros.

Em vez de o desenvolvimento individual ser influenciado pela cultura (e influenciá-la), na perspectiva da autora, as pessoas desenvolvem-se à medida que participam e contribuem para as atividades culturais que se desenvolvem, elas próprias, a partir do envolvimento das pessoas em sucessivas gerações. As pessoas de cada geração, à medida que desenvolvem empreendimentos socioculturais com outras, fazem uso e ampliam instrumentos e práticas culturais herdadas das gerações anteriores. Ao se desenvolverem mediante o uso compartilhado de instrumentos e práticas culturais herdadas das gerações anteriores, simultaneamente contribuem para a transformação dos instrumentos, das práticas e das instituições culturais.

Valsiner (1997) assume a centralidade de uma pessoa como um agente autónomo, dentro de um mundo organizado culturalmente. A autonomia pessoal e a individualização são, elas próprias, culturalmente constituídas (através do processo de internalização/externalização). Disto resulta que as pessoas e o contexto sociocultural no qual elas participam são culturais, embora diferentes (Budwig, Valsiner & Bamberg, 1998, p.8).

Para Valsiner (1997, 2000), o sujeito é concebido como uma realidade axiomática. O contexto cultural assume um papel determinante, contudo relativizado. O contexto e o sujeito são culturais, e está na natureza da relação entre ambos a compreensão do processo de desenvolvimento desta autonomia do sujeito.

A mediação semiótica representa o papel-chave na troca de informações entre o sujeito e o meio (ambos culturais), através do processo constante de internalização/ externalização. Este processo possibilita, ao mesmo tempo, momentos onde se destaca uma marcada diferenciação do sujeito (e da cultura), bem como momentos de indiferenciação.

Assim, o papel do contexto e da cultura é relativizado no trabalho de Valsiner (1995, 2000) através do conceito de *separação inclusiva*, na qual a atividade semiótica desempenha um papel, tanto na diferenciação, como na autonomia do sujeito imerso nesta cultura. A questão da subsistência e autonomia do sujeito, na sua relação com a cultura, é resultante desta atividade semiótica que possibilita

o ato criativo e transformador do sujeito e da cultura, marcado o sujeito por uma constante relação de internalização/ externalização.

Esta perspectiva de Valsiner prima pela participação ativa do sujeito no processo de apropriação da cultura, oferecendo a este respeito, a noção de *cultura pessoal* para tratar as possibilidades de resistência individual às influências da *cultura coletiva* (Vasconcelos e Valsiner, 1994).

Em resumo, nesta sua proposta Valsiner resgata a singularidade do sujeito, a sua autonomia, sobretudo no que toca à sua proposta acerca do processo de desenvolvimento como envolvendo um limite entre o sujeito e a cultura, que não é uma fusão, nem um limite intransponível, mas sim uma *separação inclusiva*, onde a singularidade do sujeito pode emergir e se desenvolver, no meio do emaranhado das relações socioculturais.

Michael Freeman<sup>7</sup> tem debruçado os seus interesses e investigações na temática dos direitos da criança. Em 1998, Freeman publicou um artigo onde examinava a relação entre cultura e os direitos da criança. Tinha ainda em consideração as implicações do modelo de pluralismo cultural à luz da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC – *United Nations Convention on the Rights of the Child*).

O artigo 3 da UNCRC é indeterminado. Diferentes sociedades e diferentes períodos históricos não concordarão quanto ao que é o melhor interesse da criança.

Sob o modelo do pluralismo cultural, algumas práticas culturais podem ser conciliadas com o princípio dos melhores interesses, contudo, há outras que caem fora de qualquer margem de apreciação (como por exemplo, a escravidão, a escravidão sexual, a mutilação genital feminina).

Existem, igualmente, outros conceitos presentes na Convenção, cuja interpretação será influenciada por normas culturais. Por exemplo, enquanto alguns poderão argumentar que a circuncisão genital masculina (ritual judaico) é abuso infantil, outros argumentam que é abusivo privar um bebé da sua identidade cultural e religiosa.

De facto, não é clara a forma de resolver esta tensão entre o artigo 24 (ponto 3) da Convenção, que intima que sejam tomadas medidas eficazes que eliminem práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde das crianças, e o artigo 30, que refere que os Estados Partes não deverão negar a crianças que pertençam as minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, ou populações autóctones, o direito a ter a sua própria cultura, professar ou praticar a sua própria religião ou utilizar o seu próprio idioma em comunidade com os demais membros do seu grupo.

---

<sup>7</sup> Professor de Direito e Leis Britânicas.

Este artigo argumenta ainda que tais conflitos podem ser entendidos como um conflito entre diferentes comunidades de julgamento.

Em disputas sobre os direitos das crianças, o que vemos são comunidades oponentes alegando que elas fornecem a estrutura apropriada para o julgamento.

Quanto maior a capacidade de estabelecer vínculos entre estruturas opostas, maior a possibilidade de reivindicar a validade entre comunidades (Freeman, 1998).

Assim, para que a nossa visão dos direitos das crianças prevaleça nas comunidades que têm julgamentos diferentes dos nossos, algumas das quais atualmente ainda não aceitam nossos direitos, precisamos envolver-nos no diálogo. O nosso objetivo deve ser a ampliação de um senso comum compartilhado (Freeman, 1998). O discurso dos direitos da criança (como também o discurso dos direitos humanos) não deve ser visto (como costuma ser), como uma imposição estrangeira, mas como um elemento de um senso comum compartilhado.

A tentativa de criar um senso comum compartilhado pode começar por levarmos de forma séria o direito da criança a participar, que é protegido pelo artigo 12 da Convenção.

Diferentes sociedades têm diferentes entendimentos da infância. Como Ncube (1998) reconhece, a universalidade normativa alcançada na definição e formulação dos direitos da criança tem de enfrentar as diversas e variadas concepções culturais e tradicionais da infância, o seu papel, os seus direitos e obrigações.

Ncube descreve alguns aspetos das concepções tradicionais africanas da infância que são muito diferentes do modelo encontrado no mundo desenvolvido:

num contexto cultural africano, a infância não é percebida e conceptualizada em termos de idade, mas em termos de obrigações intergeracionais de apoio e reciprocidade. Neste sentido, uma “criança” africana é sempre uma “criança” em relação aos seus pais, que esperam que, tradicionalmente, tenham direito a todas as formas de apoio em tempos de necessidade e na velhice.

Poderão também haver dificuldades relativamente à ênfase que a Convenção (no artigo 12) dá à participação, uma vez que “a família tradicional africana “espera que a infância... seja um período contínuo de obediência discreta à autoridade tradicional.”



## **Concluindo**

Este trabalho tem como principal objetivo um olhar à Primeira Infância no Uganda, realizado através da ONG Save the Children, e conhecer neste contexto específico como se desenvolvem os Programas de Apoio e Desenvolvimento à Primeira Infância (ECCD programs).

É um estudo exploratório que visa de alguma forma proporcionar uma visão sobre a primeira infância neste país, que programas, que leis existem para que esta infância tenha um melhor início de vida. Pretende igualmente despertar a curiosidade sobre o Uganda e abrir caminhos a novos estudos na área da Sociologia da Infância e dos Direitos da Criança.

Este trabalho pretende ser um contributo para olhar a Sociologia da Infância de uma perspetiva mais renovada e igualmente os Direitos da Criança, como dois campos complementares (Freeman, 1998, Mayall 200/2003, Alanen, 2010) com interesses comuns e que podem, cada vez mais, trabalhar no sentido de um maior diálogo e união.

A forma como a Sociologia nos ajuda hoje a olhar a infância, como uma construção social (Sarmiento, 2005), a criança como protagonista e não como um mero objeto da sociedade, é um impulso fundamental para compreender as formas subtis e, ao mesmo tempo complexas e profundas em que as vidas das pessoas refletem os contextos das suas experiências sociais (Colonna, 2012). Esta deve ser capaz de praticar a “rutura” com o senso comum (Ferrarotti; Santos Silva, 1986), para um melhor apoio ao pleno desenvolvimento infantil e conseqüentemente para um maior respeito pelos Direitos das Crianças.

E compreender e priorizar estes direitos é também não esquecer a sua cultura. A cultura de um país define-nos enquanto pessoas, pois esta é a expressão da condição humana. A cultura é indissociável da realidade social. É uma construção histórica e produto coletivo da vida humana [Guerra, 2012?]. E distintas culturas, bem como histórias individuais, constroem diferentes mundos de infância (...) (Sarmiento & Pinto, 1997). Projetos como nunca podem esquecer o contexto cultural onde vão intervir.

O tipo mais comum de “infância” é o das crianças do “Terceiro Mundo” (Punch, 2007), e as crianças do Uganda inserem-se nesta realidade, a de um dos países mais pobres do mundo, economicamente. Programas de intervenção como o “A Boost for the Youngest” pretendem de alguma forma quebrar este ciclo de pobreza, colocando como prioridade elevada as crianças com menos de 5 anos proporcionando-lhes um melhor começo de vida.

A saúde, as aprendizagens e o comportamento das crianças durante os primeiros anos são a base não apenas para o sucesso e conclusão posterior da escola, mas também para sua capacidade de participar da comunidade, local de trabalho e sociedade.

Investir nas crianças e no seu desenvolvimento global, é investir no desenvolvimento humano e económico de todos, porque a base de uma sociedade de sucesso começa na Primeira Infância.

As crianças são uma base comum para todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Nenhum avanço no desenvolvimento sustentável ocorrerá nas próximas décadas sem que várias gerações contribuam para a melhoria da sociedade (Chan, 20013). Mais ainda, além da pura sobrevivência, as crianças têm o direito de prosperar, desenvolver todo o seu potencial e viver num mundo sustentável.

De forma a enfrentar os crescentes desafios de crises ambientais, pobreza e desigualdade e conflitos domésticos e armados, é necessária uma abordagem transformadora do desenvolvimento da primeira infância.

Os serviços ECD que incluem abordagens comprovadas à saúde, educação, proteção social e proteção à criança, são algumas das intervenções mais económicas para uma série de resultados de longo prazo importantes para a sociedade, incluindo escolaridade completa, ganhos mais altos ao longo da vida e redução da criminalidade (Duncan & Magnuson, 2013).

Assim, a nossa responsabilidade enquanto geração precedente é enorme e as nossas apostas num desenvolvimento pleno e sustentável devem ser altas.

## Capítulo 2

### Caracterização do Contexto de Investigação: Contextualizando o país e a sua Infância

Oh Uganda! May God uphold thee,  
We lay our future in thy hand.  
United, free,  
For liberty  
Together we'll always stand.  
Oh Uganda! The land of freedom.  
Our love and labour we give,  
And with neighbors all  
At our country's call  
In peace and friendship we'll live.  
Oh Uganda! the land that feeds us  
By sun and fertile soil grown.  
For our own dear land,  
We'll always stand,  
The Pearl of Africa's Crown.

Hino do Uganda

## **2.1. O Uganda**

Falar sobre algo que não se conhece não é de toda tarefa simples, e quando esse algo se trata de um país, essa dificuldade aumenta profundamente. Contudo, quando passamos a gostar e a admirar esse “algo”, tudo se torna mais fácil.

O meu primeiro contato com este país foi em 2016, quando vim passar um mês de férias com o meu marido, que trabalha cá e com os nossos filhos (e falo no presente, pois à data, resido no país) e foi “amor à primeira vista”. Não é a minha primeira experiência de vida em África, pois já vivi 5 anos em Luanda, Angola, mas a beleza do Uganda conquistou-me de imediato. Este país é, sem qualquer dúvida, a Pérola de África, expressão utilizada por Winston Churchill aquando a sua visita ao país em 1908. E, de fato, ele sabia do que falava. O Uganda tem a mais alta cordilheira de montanhas de África, as Rwenzori, é o “berço do Nilo”, pois aqui nasce este que é o maior rio do mundo, tem o maior lago do continente, o Lago Victoria, tem das maiores populações de primatas. A sua vegetação luxuriante, os campos de chá a perder de vista, a beleza dos parques naturais com a sua vida selvagem, são parte das atrações deste país, algumas das quais já tive a felicidade de visitar e de vivenciar maravilhosas experiências em família.

O Uganda, ou República do Uganda, é um país sem ligação ao mar, no leste de África (África Oriental), do outro lado do Equador. A leste faz fronteira com o Quênia, a norte com o Sudão do Sul, a oeste com a República Democrática do Congo, a sudoeste com o Ruanda e a Sul com a Tanzânia.

É o segundo país sem litoral mais populoso deste continente, onde a sul, uma grande parcela do Lago Victoria é compartilhado com o Quênia e com a Tanzânia, situando assim o país na região dos Grandes Lagos Africanos.

O Uganda também se encontra dentro da bacia do Nilo. Tem, aproximadamente, o tamanho de Inglaterra, cobrindo uma área total de 241,037 km<sup>2</sup> e com uma população de cerca de 42,86 milhões de pessoas (dados de 2017). O país está dividido em 134 distritos (dados atualizados em 2019).



**Fig. 3:** Mapa político do Uganda. Fonte: (<https://pt.depositphotos.com/>)

Estes distritos foram posteriormente divididos em 200 municípios, 1.378 submunicípios e 6.495 freguesias, por forma a facilitar a administração e melhorar a prestação de serviços.

### **2.1.1. O contexto do país: Os fatores sociais, económicos e demográficos**

A fim de melhor contextualizar a situação da infância no país e de compreender os fatores que sustentam os direitos da criança no Uganda, procurarei descrever de uma forma objetiva e sintetizada o desenvolvimento dos fatores sociais, económicos e demográficos, tendo como referência os últimos 10 anos, na medida em que a bibliografia disponível remete, sobretudo, para este espaço temporal.

#### **Crescimento económico**

O Uganda teve um progresso económico significativo nas últimas duas décadas, apresentando uma taxa de crescimento do PIB, entre 1992 e 2011 de 7,1%. Contudo, entre 2011 e 2012, este caiu para 3,2%, devido ao elevado crescimento da população, devido à queda no desempenho das exportações e à alta inflação (AfDB et al., 2013). Entre 2014 e 2015, o crescimento foi de 6,2%, requerendo um investimento público forte por parte do Governo (Banco Mundial, 2015).

O crescimento económico enfrenta ainda desafios como os fatores demográficos e populações improdutivas. Mais de metade da população do país (56%) tem menos de 18 anos e a larga percentagem deste grupo tem entre 0 e 4 anos de idade. Destes 0-4 anos de idade, 55% são privados em pelo menos duas dimensões (considerar “privação e pobreza infantil”) da pobreza, enquanto 38% dos que têm entre 6 e 17 anos vivem em pobreza. De acordo com uma análise da Situação da Pobreza Infantil e Privação,

24% das crianças com idade entre os 0 e os 4 anos e 18% das crianças entre os 6 a 18 anos podem ser caracterizadas como vivendo em extrema pobreza, experimentando uma extrema privação (Ministry of Gender, Labour and Social Development (MoGLSD) et al., 2014).

A percentagem de pessoas a viver abaixo da linha da pobreza diminuiu de 44% em 1997/98 para 19,7% em 2012/13, atingindo assim a meta de reduzir para metade a proporção da população que vive em extrema pobreza até 2015 (Banco Mundial, 2015).

### **Privação e Pobreza Infantil**

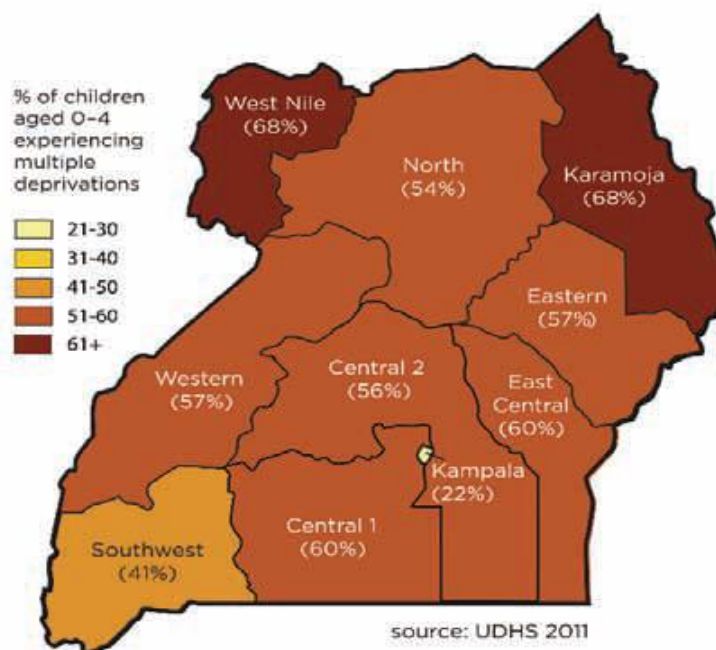
A pobreza é diferente para crianças e para adultos. A importância de medir efetivamente a pobreza infantil é sublinhada pelo fato de os seus impactos serem particularmente devastadores para as crianças, podendo a pobreza durar a vida toda. Os impactos da má nutrição, falta de educação ou falta de saúde infantil não podem ser facilmente remediados e mudarão as oportunidades de vida de uma criança para sempre. Além disso, onde a pobreza infantil é generalizada, ela pode impactar toda a sociedade e a sua economia (Uganda, MoGLSD 2018).

As análises tradicionais da pobreza concentram-se sobretudo em abordagens monetárias com foco na renda ou na despesa. No entanto, há um reconhecimento de que as crianças experimentam a pobreza como um ambiente que é prejudicial ao seu desenvolvimento mental, físico, emocional e espiritual (Uganda, MoGLSD 2018), de forma que isto torna particularmente importante ampliar a definição de pobreza infantil além das abordagens tradicionais. O relatório *Situation Analysis of Child Poverty and Deprivation in Uganda 2018*, conduzido pelo Ministry of Gender, Labour and Social development (MoGLSD) adaptou a abordagem multidimensional de Bristol<sup>8</sup> para medir a privação infantil no contexto do Uganda. As dimensões de privação são: i) nutrição; ii) água; iii) saneamento; iv) saúde; v) abrigo; vi) educação e vii) acesso a informação. A pobreza infantil é definida como crianças privadas em duas ou mais destas dimensões e a extrema pobreza infantil como crianças extremamente carentes em duas ou mais dimensões.

O aumento da desigualdade de rendimentos é uma realidade bem presente e cerca de 22% das crianças (4,4 milhões) vivem ainda em famílias pobres em renda. Avaliações do período de 2009-2011 revelam uma crescente vulnerabilidade à pobreza, com cerca de 10% dos domicílios caracterizados em pobreza crónica (ou seja, o tipo de pobreza que se prolonga por gerações). Além disso, 70% daqueles que escaparam à pobreza foram substituídos por famílias que caíram na pobreza.

---

<sup>8</sup> A abordagem multidimensional pressupõe que para realizar a identificação da pobreza, há que considerar um conjunto de necessidades básicas mínimas.



**Fig.4:** Disparidades da Pobreza infantil no Uganda. Fonte: UBOS and ICF International, 2012 in “Situation Analysis of Children in Uganda UNICEF, 2015.

Apesar da pobreza se verificar por todo o país, há grandes disparidades entre as regiões. Neste trabalho o foco é na região central do país, mais concretamente no distrito de Wakiso, o 2.º maior do país, e onde o projeto em estudo tem vindo a ser implementado.

A **Fig. 4** mostra-nos essas disparidades na pobreza infantil baseada na privação, em todo o país.

A pobreza de rendimentos contribui para algumas das privações que as crianças enfrentam. No entanto, uma criança pode sofrer privações mesmo quando a sua renda familiar se encontra acima da linha da pobreza. O Relatório sobre A Situação de Análise da Pobreza Infantil no Uganda (*Situation Analysis of Children in Uganda, 2015 Report*), levado a cabo por ministérios de diferentes áreas do Governo do Uganda e pela Unicef Uganda, mede a pobreza multidimensional e deteta-a em sete dimensões: nutrição, saúde, água, educação, abrigo, saneamento e informação (Ministry of Gender, Labour and Social Development (MoGLSD) et al., 2014). Segundo este relatório, 55% das crianças (3,7 milhões) menores de 5 anos e 38% dos jovens dos 6 aos 17 anos estão privados em, pelo menos, duas dimensões de pobreza. As crianças entre os 0 e os 4 anos cuja mãe não teve qualquer oportunidade de acesso à educação são cinco vezes mais propensas a viver em extrema pobreza do que aquelas cujo chefe de família tem educação secundária.

Em Kampala, a pobreza infantil afeta cerca de um quinto das crianças menores de 5 anos de idade.

As privações mais comuns para os menores de 5 anos estão nas áreas da nutrição (38%), saúde (34%) e acesso a fontes melhoradas de água (30%). Com a desnutrição a representar a forma mais comum de privação no Uganda, e tendo em conta que 85% da formação da estrutura cerebral central da criança tem o seu expoente máximo por volta dos 3 anos de idade, a desnutrição no início de vida pode levar a um comprometimento significativo do desenvolvimento das células cerebrais, com consequências para toda a vida da criança. Além disso, existem hoje evidências de que estas privações criam um “círculo vicioso de pobreza”, em que as crianças que sofrem privações na infância crescem e se tornam pais que “produzem” crianças que sofrem o mesmo tipo de privações.

A maioria da população do Uganda vive em várias áreas rurais e está empregada na agricultura familiar. A agricultura é responsável por um quarto (25,3%) do PIB do país e emprega cerca de 72% do total da força de trabalho, formal e informal (Government of Uganda (GoU), 2015).

De acordo com o UNHS (Uganda National Household Survey), que realizou um inquérito nacional familiar em 2012/13, cerca de 1/3 das comunidades têm pelo menos uma escola primária do Governo. A distância média até uma instalação de saúde são 3,2Km e 22% das comunidades têm acesso a grandes extensões de trabalho agrícolas.

A taxa de alfabetização foi de 71% em 2012/13, enquanto a expectativa de vida foi de 54.5 anos em 2011/12 (Government of Uganda (GoU), 2015).

Um dos grandes desafios para este país continua a ser o desenvolvimento do capital humano, apesar de todos os investimentos em saúde, educação e desenvolvimento de capacidades/ habilidades. Cerca de 9% da população é desempregada e 32% das pessoas que tem um emprego remunerado, este é insuficientemente pago (Uganda Bureau of Statistics (UBOS), 2014a). Uma grande proporção da população enfrenta vulnerabilidades associadas a características demográficas como a idade, o sexo, a deficiência e outros fenómenos como a pobreza e os desastres (naturais, por exemplo).

Grupos mais vulneráveis, como é o caso das crianças, continuam a ser vítimas da violação dos direitos humanos, apesar da legislação existente. Segundo o Ministry of Gender and Social Development (MGLSD, 2016), isto acontece porque os titulares de direitos e os portadores de deveres não possuem o conhecimento adequado sobre as leis existentes e as infraestruturas adequadas à promoção dos direitos humanos dos grupos mais vulneráveis são fracas, quer ao nível local (das comunidades), quer ao nível governamental.



## 2.2. Um olhar sobre a situação da Infância no Uganda

De acordo com o relatório *The State of the Ugandan Child: An Analytical Overview* (2016), resultados provisórios dos dados dos censos de 2014 mostraram que cerca de metade da população ugandesa (34,9 milhões), era composta por crianças menores de 15 anos de idade, enquanto 17,1 milhões de crianças (mais de 56%) têm menos de 18 anos (Uganda Bureau of Statistics (UBOS), 2014).

Uma população infantil tão grande tem várias implicações no que respeita à alocação de recursos e à prestação de serviços quando comparados com outras categorias populacionais (Government of Uganda (GoU), 2015). Uma tão elevada população reflete ainda uma enorme exigência de instalações adequadas para crianças, contra serviços sobrecarregados e com um funcionamento deficiente. Por exemplo, com 23% da população entre os 6 e os 12 anos de idade (cerca de 7.3 milhões de crianças), necessitam de uma educação primária subsidiada ou gratuita. Se o mesmo grupo passar com sucesso para o ensino secundário e lhe for oferecida uma educação subsidiada, o governo teria de dobrar os recursos educacionais para esse grupo populacional. No entanto, as prioridades para a população jovem necessitam, inevitavelmente, de incluir a saúde e a nutrição, a proteção social e o apoio aos meios de subsistência e acesso a outros serviços básicos.

De facto a tendência dos indicadores de educação mostram uma dupla imagem no que respeita à criança ugandesa. Por um lado são visíveis notáveis progressos no que respeita ao acesso à educação primária e secundária, principalmente devido à introdução do Universal Primary Education (UPE) em 1997 e do Universal Secondary Education (USE), em 2007. Contudo, a transição escolar e a transição para o secundário são ainda um enorme problema, mais particularmente no que respeita às raparigas. As condições de aprendizagem e a qualidade da educação permanecem também como áreas críticas e de preocupação.

Os indicadores de saúde para a infância mostram um progresso muito lento nos últimos 10 anos. Enquanto o Uganda fez alguns progressos para reduzir a mortalidade de menores de 5 anos de 137 por cada 1000 nascimentos vivos em 2005/06, para 90 por 1000 nascimentos vivos em 2011/12, a criança e as condições de saúde materna continuam a impor a maior carga total de doenças com condições perinatais e maternas representando 20,4% (Ministry of Health (MoH), 2010). Em 2011, o Uganda ficou em 26.º lugar entre os países com o maior número de mortes de crianças com menos de

---

º O UPE e o USE são duas das principais ferramentas políticas do governo do Uganda para alcançar a redução da pobreza e o desenvolvimento humano.

5 anos de idade em todo o mundo (UNICEF, 2012). O progresso na redução da mortalidade materna, um fator subjacente na mortalidade infantil, tem sido muito lento, tendo passado dos 438 por 100.000 nascidos vivos para 320 em 2011 (Ministry of Finance, Planning and Economic Development (MoFPED), 2013).

Mais de 8 milhões, 51% da população infantil, são moderadamente (cerca de 43%) ou criticamente vulneráveis (cerca de 8%). A proteção infantil é ainda um grande desafio, sendo que muitas crianças enfrentam abusos e negligência, apesar da existência de um elaborado plano legal de proteção à infância. O desafio da proteção infantil é demonstrado pelo enorme número de crianças vulneráveis que, sem uma intervenção imediata, enfrentam o risco de exposição a diferentes formas de violência, tratamento negligente e exploração. As crianças que aqui se incluem vivem em pobreza extrema, órfãos, crianças em lares que são chefiados por outras crianças, crianças que residem em instituições de acolhimento infantil mal geridas, crianças que vivem na rua sem qualquer cuidado ou supervisão de um adulto, crianças vítimas de tráfico, crianças envolvidas em trabalhos perigosos, crianças assassinadas devido à prática de rituais e aquelas que se encontram sobre servidão.

Gostaria de realçar um ponto de grande importância que tem também o seu foco neste relatório *The state of the Ugandan Child: An Analytical Overview*, e que se refere à situação do ser menina no Uganda.

As meninas no Uganda estão mais em risco de viverem na pobreza, estão mais expostas ao abuso sexual e enfrentam também, um maior risco de contrair infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/ AIDS, comparativamente aos meninos. Um cálculo do índice de vulnerabilidade das meninas ressalta o alto nível de vulnerabilidade de meninas adolescentes em Uganda (Amin et al, 2013).

Também mais de 10% casam antes dos 15 anos de idade.

De uma maneira geral, há uma necessidade urgente de mobilizar recursos e esforços que sejam encaminhados para intervenções que possam trabalhar de uma forma mais eficaz, para lidar com a desafiante e difícil situação das crianças ugandesas acima referidas.

O trabalho infantil já referido anteriormente neste trabalho é outra grande preocupação a não esquecer, limitadora do futuro destas crianças.

### **2.2.1. A Primeira Infância e os Direitos da Criança no Uganda.**

Como já anteriormente referido, a ciência e as pesquisas em torno do desenvolvimento na Primeira Infância, dizem-nos que esta é, sem dúvida, uma das etapas mais importantes, senão a mais importante, da vida de um indivíduo.

O investimento na Primeira Infância produz retornos extraordinários que excedem em muito os retornos da maioria dos investimentos, tanto privados quanto públicos (Rolnick & Grunewald, 2003). E mais, o investimento em ECD (DPI – Desenvolvimento na Primeira Infância), é o investimento em capital humano (Heckman & Masterov, 2004), que gera sucesso económico geral para as famílias, comunidades e nação (Calman e Tarr-Whelan, 2005).

O ECD no Uganda varia entre jardins-de-infância particulares e outros centros de cuidados diários a salas de aula de crianças mais velhas em idade escolar e atividades mais informais em ambiente domiciliar (Okuni, 2003). Há também uma ampla variedade de programas para Cuidadores, Professores e Pais geridos por indivíduos com pouco treino formal em ECD Ocidental, mas que baseiam as suas atividades no conhecimento indígena e cultural (Ejuu, 2012).

Os intervenientes neste processo procuram sistematicamente conciliar os conhecimentos de desenvolvimento na Primeira Infância indígenas com os conhecimentos ocidentais, de forma a obter um bom resultado que seja útil para ambas as perspetivas. Isto acontece porque as práticas e crenças indígenas de educação e criar crianças são importantes para o ECD (Evans & Myers, 1994). Além disso, investigadores verificaram que as intervenções em ECD em África são melhor sucedidas quando construídas com base no conhecimento local (Hyde & Karibu, 2003). Temos aqui a clara importância das circunstâncias sociais e culturais em que a criança se insere, já anteriormente abordadas no ponto 1.3 deste trabalho, que nunca podem ser ignoradas quando planeamos programas de apoio, não importa a faixa etária das crianças ou jovens.

No Uganda, Educação Infantil (assim designada) foi introduzida pelos colonialistas britânicos e remonta a 1930. Foi iniciada pelos administradores coloniais europeus e por goianos (Índia). Estes consideravam os programas de Educação Infantil importantes para preparar as crianças para uma educação formal (Malinga, 2000). As escolas maternas (os berçários no nosso contexto português ou “nursery” schools no contexto britânico), eram privadas e criadas exclusivamente para o uso de comunidades privadas. O principal objetivo destas escolas maternas europeias era o de preparar as crianças para a escola quando retornassem à Europa (Obua-Otoa, 1996).

O currículo da escola maternal, os seus métodos e materiais escolares eram estrangeiros, com pouca referência ao Uganda. Mais tarde, alguns ugandeses interessaram-se e envolveram-se na educação infantil, abriram as suas próprias escolas para atender crianças ugandesas em centros urbanos. Estas escolas eram de baixa qualidade em comparação com as dos europeus (Malinga, 2000).

O governo colonial do Uganda (independência alcançada em 1962) demorou a responder aos desafios da educação infantil. Depois de alguma pressão por parte de privados e de proprietários de creches para a obtenção de assistência do governo para formação, o governo identificou vários professores, os quais patrocinou para se especializarem em métodos infantis, no Reino Unido em 1960.

Embora o governo tivesse interesse na educação infantil e a apoiasse deste o início dos anos 60, nunca implementou um controlo ou a regulamentou, estando esta a ser levada a cabo exclusivamente por particulares. Este controlo direto só se começou a verificar a partir de 1973, quando o governo aprovou o estatuto que conferia ao Centro Nacional de Desenvolvimento Curricular o mandato para o desenvolvimento do currículo e o suporte com materiais de apoio para todos os níveis de educação, incluindo pré-escolas e creches (Malinga, 2000). Após este esforço, pouco envolvimento existiu por parte do governo na educação infantil, devido à guerra civil que assolou o país entre 1972 e 1979 (Mushemeza, 2005).

O governo que assumiu o poder em 1980 mudou a responsabilidade pelas creches, que passou a ser designada de educação pré-primária, do então Ministério da Cultura e Serviços para o Ministério da Educação e Desportos (Ministry of Education and Sports (MES). Ainda nesse ano este ministério reconheceu os anos pré-primários como um período que se estende até aos 8 anos de idade. Recomendou igualmente que a idade de ingresso na escola pré-primária fosse os 3 anos (Malinga, 2000).

Entre 1989 e 1986 o país entra noutra guerra civil, impossibilitando novos desenvolvimentos de políticas (Mushemeza, 2005). Com esta crise política, o ensino pré-primário sofreu tendências indesejáveis em relação ao conteúdo e qualidade do currículo, métodos de ensino, instalações, idade de ingresso, qualidade dos professores, taxas escolares e a violação generalizada dos princípios pedagógicos e sociológicos do desenvolvimento infantil (Ministry of Education and Sports (MES), 2005).

Cada setor como educação, saúde, nutrição, trabalho, género e governo local, possuía políticas diferenciadas para as crianças, não existindo uma política ou órgão integrado para coordenar as atividades de educação pré-primária no país (Muheirwe, 2003).

Contudo, de 1989 a 1990, houve um enorme patrocínio internacional para o ECD (Pence, 2004). Isto levou a uma enorme mudança, fazendo com que as pessoas passassem a se interessar mais pelo

ensino pré-primário e procurarem escolas onde os filhos obtivessem uma base educativa melhor (Obua-Otoa, 1996).

Depois deste “boost” no desenvolvimento em Primeira Infância, mais creches foram estabelecidas, havendo uma enorme escassez de professores treinados capazes de preencher esta lacuna. O governo respondeu a isto introduzindo um curso de diploma em educação pré-primária para professores, conhecido como ECE – Early Childhood Education, em Universidades, em 1982. Estas foram intervenções esporádicas, no entanto, as mesmas não eram apoiadas pelo desenvolvimento de políticas (Ministry of Education and Sports (MES), 2007).

As políticas de intervenção mais sérias tiveram lugar em 1987 quando o governo nomeou uma comissão para rever o *status* da educação no Uganda. Esta comissão recomendou, entre outras coisas, que o governo do Uganda assegurasse que todas as escolas pré-primárias fossem registadas e gradualmente inspeccionadas e supervisionadas (Kajubi, 1987).

Após a Conferência de Jomtien<sup>10</sup>, em 1990, a delegação da conferência no Uganda impulsionou as atividades de ECE a entrarem em ação e com isto um esboço do plano de estudos da ECE para berçários/creches foi desenvolvido, o treino de pessoal de ECE (Early Childhood Education) nas universidades foi igualmente incentivado, levando à criação de um Conselho Nacional da Criança e novas políticas de ECD foram levadas a cabo (Early Childhood Development Taskforce, 1997).

Um maior reconhecimento da situação da infância veio com a promulgação da Nova Constituição da República do Uganda (Republic of Uganda, 1995). Esta Nova Constituição garantiu os direitos das crianças à educação básica (artigo 34º), fornecida pelo Estado e pelos pais/cuidadores. Lançou também as bases para outras estruturas políticas e legais que foram, desde então, usadas para apoiar reformas que abordam questões relacionadas à criança (National Council for Children, 1999).

Ainda de acordo com a constituição, o governo decidiu aprovar a política de Educação Primária Universal (UPE – Universal Primary Education), em 1997. Esta política previa que o governo cobrisse as mensalidades de todas as crianças em idade escolar, independentemente do sexo, tribo capacidade, do 1.º ao 7.º ano.

A implementação desta política elevou o número de matrículas nas escolas primárias de 2,5 milhões para mais de 7,2 milhões em 1997 (Mushemeza, 2005).

Em 1997, devido à promulgação da Lei do Governo Local, para todos os sectores do governo, os serviços de educação pré-primária, primária e secundária foram transferidos para os governos locais.

---

<sup>10</sup> Realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, esta Conferência foi designada de Conferência Mundial de Educação para Todos. Tinha como objetivo estabelecer compromissos mundiais que garantissem a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, com vista a uma sociedade mais humana e justa.

Junto com a Lei do Governo Local em 1997, a Lei da Criança (*Children's Act*) foi aprovada no ano 2000. Essa promulgação tornou possível reformar e consolidar leis relativas às crianças (Uganda Child Rights NGO Network, 2008). A lei previa o cuidado, a proteção e a manutenção das crianças; apoio da autoridade local para crianças; o estabelecimento de um tribunal de família e criança; crianças acusadas de crimes; e outros propósitos relacionados (Ministry of Gender, Labour and Social Development, 2000).

A implementação destas políticas e leis tornou-se, no entanto, um enorme desafio, na medida em que as mesmas vinham com custos. Os recursos tornaram-se mais escassos, especialmente com a introdução do Ensino primário Universal, em 1997.

Com o surgimento de diferentes inovações em ECD, em África ganhando forma, e no Uganda em particular, o país teve o privilégio de em 1999, receber a primeira conferência internacional em Kampala. A conferência de ECD (Early Childhood Development) foi concebida como uma oportunidade para compartilhar a riqueza e a inovação das experiências de ECD em toda a África. Esta conferência atraiu profissionais de ECD de aproximadamente 20 países, para discutir forma de avançar com o ECD por meio de inovações nos cuidados e desenvolvimento na primeira infância em África (Pence, 2004, 2008).

Uma divisão para a educação pré-primária foi criada no Departamento de Educação Pré-Primária e Primária do Ministério da Educação e Desportos, em 2000 de acordo com a revisão ESIP (Education Strategic Investment Plan 1998-2003). A criação desta divisão ajudou a separar o ECD do ensino fundamental, focando-se apenas nas questões de desenvolvimento na primeira Infância (Ministry of Education and Sports (MES, 2006).

Com o entusiasmo por reformas no país ganhando cada vez mais força, foi realizada em 2005 uma conferência nacional, em Kampala. Esta conferência teve como objetivo analisar o progresso nacional em diferentes setores, a fim de construir uma visão holística. Daqui resultou o *Uganda Vision 2025*, que entre outras coisas, focou-se em fornecer educação e treino especializados a crianças desfavorecidas, vulneráveis e sobredotadas. O ECD foi identificado nesta categoria como um pilar de erradicação da pobreza e sendo incluído no Plano de Ação para a erradicação da mesma.

Todas as novas estratégias de investimento não foram suficientes para cobrir todas as questões educacionais, especialmente a formação de professores de ECD. Em 2006 foi desenvolvido um roteiro de política de reforma de professores, por forma a orientar reformas em todos os setores de educação do país.

O ECD teve uma experiência de desenvolvimento desigual, com muitos atrasos, mas também ímpetos de atividade. Um envolvimento governamental maior e mais consistente é agora visível, com esforços para fornecer orientação em muitas áreas. O investimento público em ECD é ainda baixo, contudo, com a maioria dos programas sendo iniciados ou privados de forma privada (Ejuu, 2012). Talvez um próximo e importante passo seja o desenvolvimento de uma estrutura política transversal favorável e o aumento do investimento público para melhorar os serviços de prestação de cuidados/serviços em desenvolvimento na Primeira Infância (ECD).

### **2.3. O Distrito de Wakiso e a relevância do contexto de investigação**

O Uganda está entre os 10 principais países do mundo em que a população mais cresce, com uma taxa de 3,4%, e está classificado em 5.º lugar no mundo em fertilidade, com uma taxa total de 5,97 filhos nascidos por mulher. O Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social do Uganda (Ministry of Gender, Labour and Social Development (MoGLSD), liderou o desenvolvimento de uma Política Integrada de Desenvolvimento da Primeira Infância, de forma a garantir a provisão coordenada de serviços para esta etapa da vida da criança, com intervenções em todo o país, desde a gravidez até aos 8 anos de idade. Esta estrutura orienta e regula a prestação de serviços e atividades de diferentes setores do governo, que são responsáveis pelo desenvolvimento da Primeira Infância.

As crianças têm hoje melhores oportunidades de viver vidas saudáveis e realizarem o seu potencial, contudo, essas melhorias são ainda frágeis e, em alguns casos estão até a diminuir.

O distrito de Wakiso situa-se na região central do Uganda que circunda parcialmente a cidade de Kampala, capital do país, ficando a cerca de 20 km, por estrada, a noroeste da mesma (Save the Children, 2017).

É o segundo distrito mais populoso em Uganda com uma população de 2.007.700 de acordo com os censos de 2014 e abrange uma área total de 2.807,75 quilómetros quadrados. O distrito faz parte do famoso Triângulo Luwero, que foi devastado durante a Guerra dos Cinco anos, no início a meados da década de 1980, mas atualmente define-se como uma sociedade urbanizada, com metade da sua população vivendo em áreas urbanas.

Ainda segundo os censos de 2014, 53% da população eram crianças com menos de 18 anos e 17% da população era órfã.

As principais atividades económicas do distrito estão relacionadas com a pesca no Lago Vitória, a produção de alimentos para aves, a agricultura, com ênfase em culturas alimentares como a batata-doce, o feijão, a mandioca, as nozes G, as batatas irlandesas e os grãos de soja. As culturas de rendimento incluem o café e o algodão. As frutas e os vegetais são também amplamente cultivados e culturas como o tomate, a cebola e o repolho são, igualmente, das mais cultivadas (Wakiso District Local Government, 2018).

No que respeita aos serviços de educação, o distrito tem um total de 567 escolas primárias com 246 escolas públicas, 257 privadas e 64 escolas comunitárias. Relativamente ao ensino secundário, o distrito dispõe de mais de 139 escolas, 18 governamentais, 73 privadas e 48 comunitárias. Tem também uma Faculdade para Formação de Professores, 2 Institutos Técnicos, uma Universidade (Universidade de Nkumba), a Escola de Meteorologia e o Instituto de Formação das Pescas (Institutos Vocacionais).



Quanto aos Serviços de Saúde, o distrito conta com 19 dispensários do Governo, 12 Centros de Saúde (III), 5 Centros de Saúde (IV) e 2 Hospitais.<sup>11</sup> Tem também 20 dispensários privados de ONG's, 58 clínicas e 15 centros de saúde e 2 hospitais: Hospital Kisubi e o Hospital Geral de Entebbe com 100 camas. Há ainda o Hospital Mildmay, que é um hospital privado.

A Save the Children tem tido presença geográfica neste distrito há já alguns anos, implementando vários programas, como o programa educacional ECCD, implementado nos subdistritos de Kasanje, Namayumba, Sissa e Bussi (Save the Children, 2017).

O projeto *Boost for the youngest* foi concebido com base no fato de a Primeira Infância ser o período mais crítico de crescimento e desenvolvimento humanos, estabelecendo as bases para o sucesso escolar.

---

<sup>11</sup> Os centros de saúde em todo o país são caracterizados por centro de saúde II, III e IV. Esta designação ou categoria de instalação depende da zona administrativa atendida, ou seja, se é freguesia, subdistrito e subdistrito de saúde, e dos tipos de serviços que fornecem à população.

## 2.4. Save the Children – Enquadramento Geral

### História Geral

Aqui farei uma abordagem sobre a História desta grande Instituição, focando os marcos mais significativos ao longo das várias décadas, desde o seu início e até aos dias de hoje.

A Save the Children (ou *Internacional Save the Children Alliance*<sup>12</sup>), é uma organização não-governamental, de defesa dos direitos da criança no mundo, e que conta já com 100 anos de História (Save the Children, 2018).

### 1919 – *Every child deserves a future* – Toda a criança merece um futuro

A História desta organização começa com Eglantyne Jebb, que lança a Save the Children em Londres, no despertar da I Guerra Mundial. Rapidamente se transforma no primeiro Movimento Global pelas/ para as crianças.

**1924** – É Eglantyne Jebb quem elabora a histórica Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Liga das Nações (ou Sociedade das Nações, em 1924). Esta declaração foi a base da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989.

O trabalho e visão de Jebb inspiram outras pessoas por todo o mundo e, em 1932, no acoradar da Grande Depressão<sup>13</sup>, um grupo de norte-americanos, com visão de futuro, estabelecem a Save the Children nos E.U.A. que ajuda famílias em dificuldades, durante este período, através de programas de jardinagem doméstica. Fornecem roupas, sapatos, livros e brinquedos às crianças. Nas escolas servem almoços e constroem parques infantis (1923).

Na Europa asseguram que as crianças deslocadas pela 2.ª Guerra recebam toda a ajuda necessária, incluindo medicamentos, alimentos, roupas, cobertores.

**1940** – A Save the Children introduz o patrocínio à criança como resposta à situação das crianças “apanhadas” pelo fogo cruzado da 2.ª Guerra Mundial. Americanos unem-se para apoiar órfãos de guerra britânicos.

---

<sup>12</sup> *Internacional Save the Children Alliance* é hoje uma rede sem fins lucrativos que atua em mais de 120 países, em que cada um deles trabalha em prol das crianças do seu país, mas também em escala internacional.

<sup>13</sup> Depressão económica com início em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, tendo o seu término com a 2.ª Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e mais longo período de recessão económica do século XX.

A maioria do trabalho da Save the Children fora do Reino Unido, estava relacionado com o planeamento das necessidades das crianças na Europa após a guerra. O outono de 1946 ficou marcado pelo trabalho desta organização com crianças deslocadas, refugiadas e sobreviventes dos campos de concentração em áreas devastadas da França, Jugoslávia, Polónia e Grécia.

**1950** – Os anos 50 são marcados pelo trabalho na Ásia, com o início da Guerra na Coreia. Uma guerra que deixa muitas crianças desamparadas e a viver desacompanhadas nas ruas. As doenças são abundantes, assim como a desnutrição. Em 1952 chegam ao terreno os primeiros trabalhadores da SC e aí permanecem por mais de 20 anos.

Na Europa havia ainda muitas famílias deslocadas e, ao longo desta década, a Save the Children continuou o seu trabalho na Alemanha, Áustria, Itália e Grécia. Em 1956 enviou equipas extra para a Áustria para ajudar os refugiados húngaros que fugiam após a revolução fracassada.

A Save the Children é uma organização não-política e tem uma filosofia de cooperação internacional. Contudo, a política internacional afeta a organização.

A Guerra Fria entre o Ocidente e a União Soviética obrigou esta a retirar-se de algumas áreas da Europa Oriental do pós-guerra, como foi o caso da Polónia, Jugoslávia e Hungria. Foram igualmente forçados a deixar as áreas do Oriente Médio, após a crise do Suez em 1956.

**1960** – A década do desenvolvimento. Os governos ocidentais e o público estavam preparados para dar dinheiro e recursos para projetos de desenvolvimento.

Por esta altura, a Save the Children tinha equipas médicas e de assistência social completas em 17 países e o seu trabalho estendeu-se a 26 países na Europa, África e nas Índias Ocidentais.

Em 1969 abre o seu primeiro escritório de campo africano, na Tanzânia.

Na Malásia e na Somália, a organização entrega projetos para a gestão local e iniciam novos trabalhos noutras áreas, como é o caso do projeto Mwanamugimu, no Hospital Mulago, no Uganda, que ensinou as mães sobre nutrição.

**1970** – Os anos 70 foram essencialmente marcados por colocar programas pioneiros em ação, em diferentes países.

A Sua Alteza Real, a Princesa Anne (única filha da rainha Isabel II do Reino Unido), tornou-se presidente da Save the Children em 1970 – a primeira grande instituição de caridade com a qual ela esteve inteiramente associada.

Em 1972, as organizações da Save the Children em vários países, incluindo a Noruega, a Suécia, a Dinamarca e os EUA, formaram a Aliança Internacional Save the Children.

**1980** – Os desastres dominaram a década de 80, sendo a emergência de maior destaque a fome na Etiópia em 1984. A cobertura televisiva dada a estes e a outros desastres, chamou a atenção do público e possibilitou o aumento de doações a esta ONG que assim pôde continuar a trabalhar mais amplamente por todo o mundo.

Por esta altura foram também iniciados novos programas destinados a proteger a dignidade das crianças e das suas famílias. De forma a combater o preconceito e o equivoco em torno da disseminação do HIV e AIDS, a SC montou projetos de educação, prevenção e tratamento.

Criaram projetos pioneiros com os filhos dos prisioneiros e trabalharam na busca de alternativas para a custódia de jovens infratores. Na educação, concentraram-se em dar a todas as crianças a mesmas oportunidades.

**1989** – A Convenção sobre os Direitos da Criança (baseada na visão de Eglantyne Jebb para as crianças), torna-se o tratado de Direitos Humanos mais universalmente aceite na História, e é adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

### **1990 – Respondendo ao conflito**

Durante os anos 90 a SC continuou o seu trabalho com as crianças afetadas pela guerra no Iraque, Sudão, Somália, Moçambique, Nicarágua, Colômbia, Sri Lanka, Serra Leoa, Angola e nos Balcãs.

Em 1994, após o genocídio do Ruanda, um grande número de crianças refugiadas retornam, separadas das suas famílias. A SC ajuda através da criação de um programa de reunificação familiar, para ajudar as crianças desacompanhadas a encontrarem os seus pais ou outros parentes que pudessem cuidar delas.

### **2000 – Uma Nova Ambição**

O novo milénio viu uma nova ambição para enfrentar os problemas globais. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio decretaram que, até 2015, a mortalidade infantil deveria ser reduzida em 2/3, que a pobreza extrema e a fome seriam reduzidas para metade e que todas as crianças poderiam ir à escola.

A SC tornou-se uma parte importante do esforço global para alcançar esses objetivos e, o seu progresso em muitas áreas têm sido realmente impressionante. Entre 1990 e 2011, o número de crianças que morrem antes dos 5 anos caiu de quase 12 milhões, para menos de 7 milhões.

A resposta de 5 anos da Save the Children ao tsunami asiático (conhecido como o terremoto de Sumatra-Andaman) em 2004, foi uma das maiores da História da organização, beneficiando cerca de um milhão de pessoas. Durante o conflito em Darfur, no Sudão, a SC chegou até junto de crianças em ambientes intensamente hostis. Em 2005, no Paquistão, no rescaldo do terremoto, encontrara, crianças cujas comunidades foram completamente isoladas.

Em 2008, o ciclone Nargis devastou o Irrawaddy Delta de Mianmar. A SC ajudou mais de 600.000 pessoas afetadas, incluindo pelo menos 300.000 crianças.

O dia 19 de maio de 2009 marca o 90º aniversário do movimento da Save the Children.

### **2010 – Nenhuma criança nasce para morrer**

A SC continua a expandir o seu alcance e impacto. Em 2016, a Save the Children atingiu os 22,1 milhões de crianças, através do seu trabalho no terreno (mais do dobro do número de crianças em 2010). Respondeu a um grande número de desastres devastadores, desde conflitos britais na Síria até crises alimentares devastadoras na África Oriental e Ocidental, e o pior surto do mortal vírus Ébola.

De entre tantos outros investimentos e programas, trabalho com governos e comunidades locais, da criação de uma Academia de Liderança Humanitária, com o propósito de preparar as gerações seguintes de humanitários que intervieram, principalmente, nos países afetados por crises.

Em 2011, a Save the Children lançou a sua campanha de 5 anos, *No Child Born to Die*, Nenhuma Criança Nasce para Morrer, com a finalidade de envolver e comprometer um amplo apoio público em torno desta causa. Através da consciencialização e a mobilização de líderes mundiais, esta campanha ajudou a criar inovações na vacinação, na nutrição e saúde do recém-nascido, para salvar milhões de vidas de crianças.

Em 2017, a SC começou a procurar por mudanças transformadoras nas principais áreas de proteção das crianças em conflitos, como na luta contra a pneumonia, o maior assassino infantil do mundo e nos primeiros anos de educação, em todo o mundo.

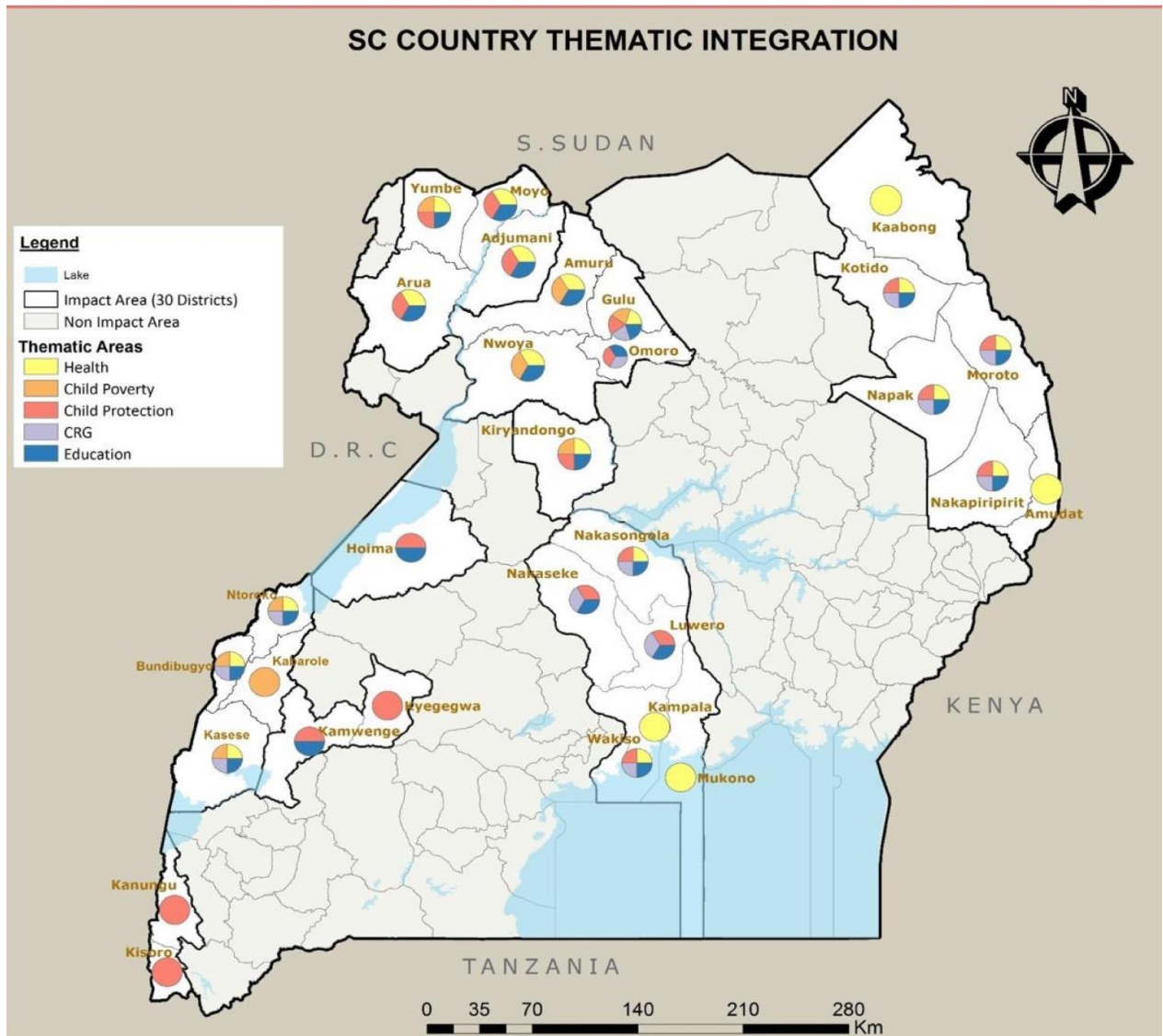
Concentrando-se nestas questões, bem como em todo o trabalho contínuo em emergências, planeou desempenhar um papel integral para ajudar o mundo a alcançar os *Sustainable Development Goals (SDGs)*.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> *Sustainable Development Goals (SDGs)*, em português, Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definem as prioridades e aspirações do desenvolvimento global sustentável para 2030.

### 2.4.1. A Save the Children no Uganda

A Save the Children acredita que cada criança merece um futuro. Este é o seu lema e é com este foco permanente que desenvolve o seu trabalho. No Uganda, assim como noutros lugares do mundo, trabalha todos os dias para dar às crianças um começo de vida saudável, a oportunidade de aprender e a proteção contra danos (Save the Children, 2017).



**Fig.5:** Save the Children Integração temática do país Fonte: Save the Children Annual Report 2017

No Uganda trabalha em 31 distritos por todo o país (**Fig.5**), a norte: Adjumani, Amuru, Arua, Gulu, Kiryandongo, Moyo, Nwoya, Omoro e Yumbe; a Oeste: Bundibugyo, Fort Portal, Hoima, Kabarole, Kamwenge, Kanungu, Kasese, Kisoro, Kyegegwa e Ntoroko; zona central: kampala, Luwero, Mukono, nakaseke, Nakasongola, Wakiso, em ambos os contextos de desenvolvimento e humanitário. Intervém através de 5 áreas temáticas: Educação; Saúde e Nutrição; Proteção à Infância; Pobreza Infantil;

Regulação dos Direitos da Criança para ajudar as mais vulneráveis e as mais necessitadas. Trabalha a par com o Governo do Uganda, aos níveis nacional e local, com outras ONG's, agências das Nações Unidas (UN), instituições académicas, com o setor privado, os média e outras entidades da sociedade civil. A SC implementa programas e advoga por mudança política e implementação que beneficie as crianças.

A Save the Children opera no Uganda há cerca de 60 anos. O seu trabalho é guiado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (National Development Plan) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (United Nations Sustainable Development Goals).

A organização trabalha com as principais partes interessadas que incluem crianças, organizações da sociedade civil, com as comunidades, doadores, com o Governo e a comunicação social, contribuindo, desta forma, para a realização dos Direitos das Crianças. Esforça-se por criar impacto para as crianças, oferecendo programas por meio de parcerias, procurando a inovação, sendo a voz das crianças e dando voz às crianças (Save the Children Uganda, 2018).

A sua visão é a de um mundo em que toda a criança alcance o direito à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação.

Como missão a SC Uganda procura inspirar avanços na forma como o mundo trata as crianças, de forma a conseguir uma mudança imediata e duradoura nas suas vidas. Procura que:

- Nenhuma criança morra de causas evitáveis antes dos 5 anos;
- Que todas as crianças tenham oportunidade de aprender com uma educação básica de qualidade;
- Que as crianças sejam protegidas. Que a violência contra as crianças não seja mais tolerada.

A Save the Children no Uganda tem os seus escritórios de campo nos seguintes locais:

- Nordeste do Uganda: nos distritos de Moroto, Nakapiripirit e Kotido;
- Norte do Uganda: nos distritos de Gulu, Arua, Adjumani, Kiryandongo e Yumbe;
- Uganda Ocidental: nos distritos de Kasese, Bundibugyo, Ntoroko, Kisoro, Kamwenge e Hoima;
- Uganda Central: Luwero, Nakasongola, Nakaseke e **Wakiso**<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> O distrito onde se desenvolve este projeto: *A Boost for the youngest*.



#### **2.4.2. O Projeto *A Boost for the Youngest***

“A Boost for the Youngest” é um projeto muito significativo para a Save the Children e que tem merecido muito investimento desta organização no Uganda. É um projeto do presente, mas também, um projeto com os olhos postos no futuro. É essencialmente um projeto de intervenção precoce com foco, igualmente, na área da saúde e da nutrição.

Este projeto foi concebido tendo em consideração de que a Primeira Infância é o período mais crítico do crescimento e desenvolvimento infantis, estabelecendo as bases para o sucesso escolar. E, contudo, mais de 200 milhões de crianças, principalmente em África e na Ásia, não atingirão o seu potencial de desenvolvimento devido à pobreza, saúde precária, nutrição insuficiente, atendimento inadequado e falta de oportunidades de aprendizagem. E são estes riscos que projetos como estes pretendem minimizar com as suas intervenções (Save the Children, 2017).

O objetivo geral do projeto *A Boost for the Youngest* é o de apoiar crianças de tenra idade, entre os 0 e os 3 anos, num melhor começo de vida, que lhes permita obter um potencial para o bem-estar físico, emocional, intelectual e social.

Como objetivo estratégico, este pretende reforçar o papel dos pais e cuidadores como âncoras de apoio às crianças que vivem em ambientes pobres em recursos.

Os seus objetivos específicos são:

1. Desenvolver um conjunto de ferramentas com qualidade, abrangente e enriquecido para intervenções efetivas de ECCD, como parte dos programas de saúde materno-infantil, que possam chegar até às mulheres grávidas e às crianças até 3 anos (Foco para o 1.º ano);
2. Pilotar e demonstrar a viabilidade e eficácia do uso do *toolkit* (Kit de ferramentas) no treino e apoio aos VHT's (pessoas da comunidade) de forma a fornecerem intervenções ECCD como parte dos cuidados comunitários de saúde materna, neonatal e infantil, nos contextos do Uganda (Foco 2.º ano);
3. Construir a evidência e validação do *toolkit* no Uganda (Foco 3.º Ano);
4. Fortalecer o envolvimento masculino na educação dos pais. Formação de grupos masculinos separados.

Os beneficiários deste projeto incluem: cuidadores, pais (homens e mulheres) de crianças dos 0 aos 3 anos, gestantes, VHT (voluntários das aldeias, normalmente 2 pessoas por cada comunidade/aldeia), os agentes das instalações de saúde e os colaboradores ou facilitadores ECCD.

Direcionando e acompanhando as famílias e as crianças nos primeiros anos de vida, a Save the Children oferece sessões familiares de estimulação precoce da criança em ambientes de grupo, que são

facilitadas por profissionais de saúde em nível de estabelecimento e por VHT's ao nível domiciliar e comunitário (Fotografia 1). Ao nível dos estabelecimentos ou unidades de saúde, os profissionais fornecem as sessões aos cuidadores, principalmente, durante as consultas pré-natais e de vacinação. Estes são fornecidos juntamente com outras palestras sobre educação em saúde, nutrição, malária, etc.. Por outro lado, ao nível comunitário, as equipas de saúde da aldeia (VHT 's) proporcionam competências de estimulação da Primeira Infância aos cuidadores, durante os períodos de sessões em grupo, ao nível da aldeia.

A Save the Children tem pilotado o “kit” de ferramentas (de que falarei mais concretamente a seguir), que tem vindo a ser implementado no distrito de Wakiso desde 2015, para demonstrar a sua viabilidade e eficácia no treino e apoio aos profissionais de saúde e aos VHT, favorecendo intervenções de estimulação e desenvolvimento da Primeira Infância. Estas intervenções têm vindo a ser implementadas como parte da saúde materna, neonatal e infantil da comunidade de 4 submunicipios de Namayumba, Kasanje, Makindye Sabagabo e Masulita (Save the Children, 2018).



**Fotografia 1:** Sessão para pais/cuidadores ao nível comunitário conduzida por um VHT.

Fonte: Save the Children, 2018.

Recuarei adiante, aos últimos anos de implementação desde projeto, fazendo um resumo das suas intervenções e resultados, focando-me essencialmente no 2.º, 3.º e 4.º ano, de acordo com os dados disponíveis que gentilmente me foram permitidos consultar.

### **2.4.3. O Toolkit “A Boost for the Youngest”**

Com o apoio financeiro da Commonwealth Foundation, a Save the Children desenvolveu um “Kit” de recursos/ ferramentas – *Toolkit* - de estimulação infantil “A Boost for the youngest” (que dá também nome ao projeto no seu todo). Este “Kit” tem vindo a ser melhorado e é usado para treinar os agentes comunitários de saúde e os Village Health Teams (VHT), a integrarem práticas positivas de estimulação infantil no seu trabalho de saúde comunitária. Desenvolveu também módulos de extensão familiar para apoiar os pais e cuidadores na ampliação de oportunidades de estimulação precoce em casa e nas suas comunidades, especialmente para as crianças e famílias mais vulneráveis. O passo final foi fornecer acesso ao “kit “de ferramentas a um público mais amplo em contextos de programas variados, para uso em programas para a primeira infância - especialmente em contextos de baixa renda.

O *Toolkit* é um instrumento de grande importância nas intervenções de sessões de grupo e na sua concretização teve também o apoio do Ministério da Saúde (Ministry of Health (MoH)) e do Ministério do Género, Trabalho e Segurança Social (Ministry of Gender, Labour, and Social Development (MoGLSD)).

Os pais/ cuidadores são assinalados e direcionados através de uma variedade de pontos de contato. Por exemplo, os facilitadores profissionais de saúde em instalações de saúde terão como alvo os pais/ cuidadores que comparecem às diferentes consultas nos diferentes centros de saúde em que o projeto intervém, enquanto os Village Health Teams (VHT) e outros facilitadores de grupos comunitários organizam sessões de aprendizagem em grupo a nível comunitário.

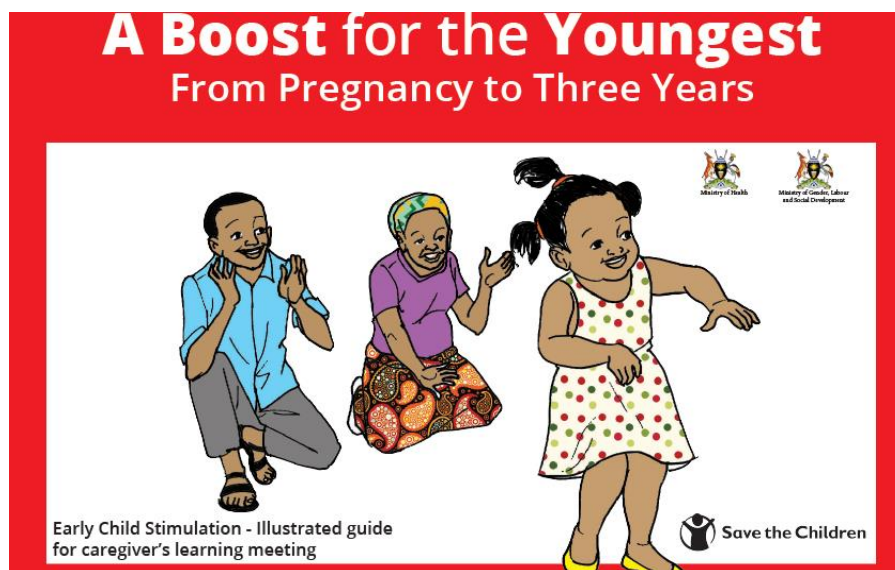
Os facilitadores fornecem informações relevantes aos pais/cuidadores, acompanhadas de ilustrações que ajudem a aprendizagem e na prática destes nas comunidades e em suas casas.

O foco está nos benefícios críticos da parentalidade responsável e na estimulação para o crescimento e desenvolvimento ideais em todos os domínios do desenvolvimento e a subsequente influência no funcionamento do cérebro das crianças, antes do nascimento e até aos 3 anos de idade.

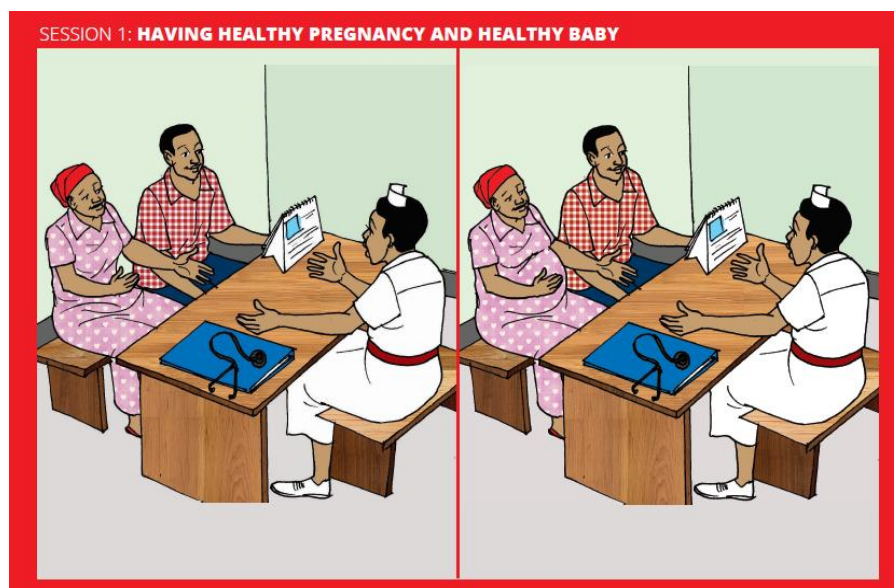
O *toolkit* constitui-se como uma suplementação de serviços de saúde já existentes nas unidades de saúde e nas comunidades, portanto, concentra-se na integração e não numa intervenção isolada (Save the Children, 2019b).

As atividades estratégicas de estimulação precoce sugeridas baseiam-se em práticas positivas como cantar, contar histórias, brincadeiras já praticadas pelas comunidades, ao mesmo tempo que explicam qual a sua relevância para a estimulação precoce e desenvolvimento do cérebro, que estabelecem as bases para as aprendizagens e realizações futuras.

O *toolkit* inclui os seguintes materiais: 1) Um profissional de saúde que dá formação/treino aos futuros formadores; 2) Um flip chart de modelo (s) de parentalidade para os VHT 's, como apoio para as sessões com os pais e cuidadores, (no sentido de educar para o cuidado responsável e para a estimulação precoce. Este flip chart tem por base o *Toolkit* (livro/ manual de apoio)); 3) Cartões de atividades para os pais e cuidadores levarem, com mensagens simples, mas importantes ações-chave, para praticarem em casa. As figuras seguintes são exemplos do toolkit e flip chart utilizados nas sessões de intervenção.




**Fig.6:** Ilustrativa do *flip chart* para sessões de treino com os pais/cuidadores. Fonte: Save the Children, 2019b



**Fig.7:** Flip chart para uma gravidez e bebé saudáveis. Fonte: Save the Children, 2019b.

**MODULE 1: MATERNAL CARE**  
**SESSION 1: HAVING HEALTHY PREGNANCY AND HEALTHY BABY**



**Methodology: Brainstorming**

- Start the session with a common practice of preparing the garden before the rainy season.
- Ask participants what they usually do in preparing their gardens before the planting season and why.
- What would happen if they planted seeds in a garden overgrown with bushes.
- Use their ideas to explain the importance of planning for pregnancy be it the first time or subsequent times.
- Wrap up by explaining that preparing settles the couples physically, mentally and emotionally to be able to welcome and support their baby to grow well.

**Discussion Questions**

- What do you see in picture?
- How many people are involved and why?
- Is what they are doing common in your community? Why or why not?
- How can this practice be encouraged within your community?

**Key Messages**

1. Both husband and wife need to visit a health center for medical check up before getting pregnant. (Hepatitis B, HIV, Sickle cell, etc)
2. Both parents have to be in agreement to have a baby
3. Sleep under a treated mosquito net
4. Minimize external stress
5. Treat all STIs and other infections early to prevent complications and negative effects on the baby
6. Think and talk positively to yourself and the unborn baby
7. Nutrition (eat a well balanced diet rich in vitamins, proteins, carbohydrates, fats, minerals, iron and water regularly)
8. Visit your doctor frequently particularly in the last trimester of your pregnancy
9. Have enough rest.
10. Take your folic acid daily, and fansidar as required
11. A pregnant woman should not;
  - Take medicines, unless prescribed by a qualified health worker
  - Take traditional herbs that can damage the baby or cause a miscarriage
  - Smoke cigarettes/tobacco or drink alcohol, or take recreational drugs because they affect the normal growth of the unborn baby and her own health
  - Drink too much caffeinated tea or coffee as they are not good for the unborn baby
  - Do hard, demanding and tiresome work which may bring physical and emotional stress
  - Have prolonged exposure to smoke

**Fig.8:** Imagem de flip chart de apoio para as atividades a desenvolver. Fonte: Save the Children, 2019b.

## Concluindo

Os efeitos da privação na infância podem ser irreversíveis e o impacto da pobreza infantil pode transcender gerações. Além disso, a pobreza é uma das principais causas da violência e da exploração, abuso e negligência de crianças, como trabalho infantil, tráfico, exploração sexual e casamento infantil.

Todos estes efeitos têm implicações importantes e duradouras, tanto para o futuro individual das crianças assim como no que toca a alcançar uma sociedade mais equitativa, inclusiva e próspera. As experiências de pobreza e privações múltiplas de uma criança, mesmo que por pouco tempo, podem ter consequências a longo prazo que se estendem até a idade adulta, continuando assim o ciclo de pobreza e aumentando ainda mais a desigualdade (UNICEF, 2019).

A pobreza severa ou extrema pode acarretar danos permanentes às crianças, quer físicos quer mentais, atrapalhar e distorcer o seu desenvolvimento, destruindo as suas oportunidades de atingirem os papéis que lhes espera no futuro. Para alcançar um bom nível educacional, não é necessário ter apenas acesso à escola, mas também segurança, num ambiente saudável e com uma boa alimentação. As crianças necessitam de acesso a água potável e saneamento, de modo a evitar doenças com risco para a vida.

Tudo isto são direitos das crianças, porque acima de tudo, todas as crianças têm direito a um começo justo na vida.

Ao longo dos seus 61 anos de trabalho no Uganda, a Save the Children tem procurado contribuir para quebrar este ciclo crónico de pobreza e dar às crianças ugandesas este justo começo de vida. O projeto “A Boost for the Youngest” é um dos projetos desta ONG que contribui para uma melhor Primeira Infância no Uganda.

Este projeto tem como alvo crianças dos 0 aos 3 anos. Também tem como alvo os pais desde o período da gravidez até os 3 anos de idade da criança. Este projeto trabalha em parceria com o governo do Uganda (GoU), com as unidades de saúde (health facilities) e com as equipas de saúde da aldeia (VHT'S) que são treinados para intervir junto das suas comunidades.

O contexto de investigação é determinante num estudo e as circunstâncias desse mesmo contexto fundamentais. As sessões de intervenção junto destas comunidades são realizadas no seu meio natural, nas aldeias e nas casas dos alvos do projeto ou nos centros de saúde, por membros da comunidade que todos conhecem e respeitam e que falam a sua Língua (muitos ugandeses não falam inglês, uma das línguas oficiais do país, apesar de esta ser uma língua ensinada na escola. Contudo, nem todos têm possibilidades de ir a escola. O Luganda é uma das principais línguas do Uganda, falada por mais de oito milhões de pessoas, principalmente no centro de Uganda e que existe essencialmente na oralidade e não na forma escrita.

As circunstâncias do contexto de intervenção pretendem, de alguma forma, ser facilitadoras de um maior à vontade e participação das pessoas.

## **Capítulo 3**

### **As Opções Metodológicas e Trabalho de Campo**

### **3.1. A Metodologia de natureza etnográfica**

Neste capítulo procuro explicar a metodologia de investigação usada ao longo do percurso de acompanhamento deste projeto, da equipa que o desenvolve, das famílias dos bebés/crianças e bebés/crianças para aos quais este projeto se dedica.

Este estudo foi realizado com as famílias e suas crianças, para as famílias e para as crianças e por estas, com o objetivo de contribuir para a reflexão do que se faz e do que se pode fazer melhor em benefício da Primeira Infância, seja no Uganda ou em qualquer outra parte do mundo. Que este possa ser um contributo para os Estudo da Infância e dos Direitos das Crianças, que estimule outros estudos, outras investigações e outros contributos.

Durante as minhas pesquisas bibliográficas para a realização deste trabalho verifiquei que, no que respeita à área da Sociologia da Infância, não existem ainda outros estudos que se tenham debruçado sobre este fenómeno de ECCD – Early Childhood Care and Development, o Sistema de Cuidados e Desenvolvimento na Primeira Infância, sobre a sua importância na vida destes bebés e crianças muito pequenas e os seus direitos. O fato de se tratar de um tema ainda não abordado do ponto de vista sociológico, faz com que o estudo apresente os desafios típicos da exploração de uma nova área, isto é, a necessidade de mapear o objeto de estudo e de procurar visualizá-lo em modo inovador (Richards & Morse, 2009).

#### 3.1.1. A investigação qualitativa, interpretativa de natureza etnográfica

Este estudo acompanhou o trabalho desenvolvido no terreno e fora deste, de um projeto (A Boost for the Youngest) de uma ONG, concretamente a Save the Children, em todas as suas fases (as possíveis e permitidas), desde a fase de preparação e discussão para a sua implementação, passando pelas sessões de formação aos especialistas intervenientes que operam no terreno, até às intervenções com as famílias e seus bebés/crianças.

Procurei aqui, tendo em conta as características deste projeto, apreender e compreender a multiplicidade de situações relativas aos Direitos das Crianças, e o que implica a colocação e o trabalho de projetos como este no terreno, considerando as 4 categorias ou eixos nos quais incide a CDC e que também considerei como pontos orientadores nesta pesquisa: os direitos à sobrevivência (políticas de saúde); direitos relativos ao desenvolvimento (políticas educativas); direitos relativos à proteção (proteção contra a exploração infantil e a outros níveis) e os direitos de participação. Assim sendo, a Primeira



Infância e os Direitos da Criança no Uganda são o Objeto de Estudo desta Investigação, realizada através do olhar, da dedicação deste projeto de Apoio ao Desenvolvimento na Primeira Infância (que é também de intervenção precoce, com igual foco na saúde materna e infantil e na nutrição).

O objetivo geral deste estudo foi conhecer e compreender, neste caso, através da Save the Children Uganda e do seu projeto, como se encontra a Primeira Infância no país, as abordagens a esta, os programas e as políticas de apoio que a sustentam, perceber os benefícios e resultados destas práticas e intervenções. É conhecer “o ser criança” num contexto específico, em situações da vida quotidiana (James, Jenks & Prout, 2002).

Os objetivos específicos estabelecidos aquando a elaboração do projeto de dissertação sofreram, contudo, algumas alterações para que se pudessem articular com os que são agora os objetivos gerais deste estudo, que sofreram igualmente alterações. Ao início perspetivei um estudo mais abrangente. Queria na minha “inocência” de recente investigadora contactar diferentes ONG’s e compreender qual o trabalho que desenvolviam junto da Primeira Infância no Uganda. Contudo, percebi e não logo, o que ainda me fez perder um certo tempo na elaboração do meu projeto, que nem todas as ONG’s estão disponíveis para nos abrir portas, prezas a burocracias e a aceitação de gente externa às mesmas.

Assim, o primeiro objetivo específico aqui foi o de compreender como se desenvolvem os Programas ECCD: 1) Quais as razões/ necessidades que levam a determinado projeto; 2) Quais as etapas que norteiam a implementação de um projeto desta natureza; 3) Quem é o público-alvo; 4) Quem são os intervenientes e qual a sua preparação; 5) De que forma estão consagrados os direitos das crianças; 6) Que entidades (governamentais e não governamentais).

O segundo objetivo específico prende-se com o prestar atenção aos recursos utilizados nas intervenções realizadas pelas equipas, que estratégias utilizam. Compreender os desafios e dificuldades com que as equipas que intervêm se deparam no decurso do seu trabalho. Por fim, o terceiro objetivo específico deste estudo está relacionado com compreender o que as famílias, mulheres mães pela primeira vez, pais de bebés e crianças de tenra idade, alvos deste projeto, sentem acerca do trabalho deste, o que mudou nas suas vidas e principalmente que benefícios verificam que estas intervenções tiveram na vida dos seus bebés/crianças.

Reformular os objetivos gerais e também os específicos permitiram-me ir melhor ao encontro das circunstâncias com que me deparei depois dos meus primeiros contactos com a Save the Children e de perceber por onde o seguimento do projeto “A Boost for the Youngest” me poderia levar.

Este é um Estudo de Caso Etnográfico como método de investigação qualitativa e interpretativa. Aprofundando um pouco mais o que isto significa, pesquisar é um mergulho no outro, que se faz a partir

de teorias estabelecidas – conhecimento produzido no passado, mas que pode ser revisto e atualizado – que, ao mesmo tempo, produzem um novo conhecimento (Minayo, 2000). É uma das formas de pesquisar em ciências sociais em geral e na Sociologia da Infância em particular, de cientificamente conhecer o outro, mergulhando e conhecendo em profundidade a sua realidade, é através do Estudo de Caso (Minayo, 2000).

Como refere André (1995), o Estudo de Caso Etnográfico surgiu mais recentemente, com uma concepção específica: a aplicação da abordagem etnográfica ao Estudo de caso, isto é, dentro da abordagem interpretativa de pesquisa e dentro da perspectiva etnográfica de pesquisa.

De uma maneira geral, os Estudos de Caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (Yin, 2005).

Gil (2007) considera o Estudo de Caso como um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno e que pode ser aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento.

Yin (2005), defende ainda a aplicabilidade do Estudo de Caso a fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados.

A sua natureza etnográfica permite conhecer a cultura, experiências e vivências quotidianas das famílias e das crianças, e de quem trabalha com elas. Permite-nos o *mergulho* na cultura envolvente.

Citando André (1995), a etnografia é a tentativa de descrição de uma cultura, e a sua principal preocupação é o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas, alguns diretamente expressos pela linguagem e outros transmitidos indiretamente por meio das ações.

A pesquisa de tipo etnográfico possui duas características essenciais: 1) um trabalho prolongado de campo onde o pesquisador se aproxima de pessoas, situações, locais, eventos, mantendo com estes um contato direto, permitindo reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência diária. O pesquisador é o principal instrumento na recolha de dados; 2) utiliza um conjunto de técnicas para a recolha de dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social (André, 1995), em especial a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos. A Observação participante exige a interação constante entre o pesquisador e a situação a pesquisar, as entrevistas são utilizadas com a finalidade de esclarecer ou aprofundar aspetos da situação observada, e os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno.

E a etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais, por se preocupar, em primeiro lugar, com uma análise holística e dialética da cultura, ou seja, a cultura que não é entendida como um mero reflexo das forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana; depois, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. O “objeto” de pesquisa, agora “sujeito” é considerado como uma “agência humana” imprescindível no ato de “fazer sentido” das contradições sociais (Mehan, 1992; Erickson, 1986). O “sujeito” contribui para significar o universo pesquisado, exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador.

A pesquisa qualitativa e interpretativa permite a análise e a descrição da Organização, dos Indivíduos e Comunidades envolvidas que se encontram no terreno e que dão o seu melhor para a melhoria das condições e direitos destas famílias e do desenvolvimento da Primeira Infância e, igualmente, as questões culturais e sociais em que as mesmas estão inseridas.

A finalidade da etnografia é apreender a vida, tal como ela sucede quotidianamente, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos seus contextos de ação.

Moreira (2002) refere que os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e as suas atividades, considerando-os não apenas agentes interpretativos dos seus mundos, mas também compartilham as suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre as suas experiências no curso das suas vidas quotidianas.

Como refere Winkim (1998), a etnografia é um processo guiado essencialmente pelo sentido questionador do etnógrafo. A utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue um padrão rígido ou predeterminado, mas o sentido que o etnógrafo desenvolve a partir do seu trabalho de campo, no contexto social da pesquisa.

Assim, as técnicas utilizadas têm, muitas vezes, que ser formuladas ou criadas para atenderem à realidade do trabalho de campo. Diria ainda que é saber-mo-nos “moldar” às circunstâncias em causa.

Este estudo implica a observação participante, mas também não participante como utensílios de recolha de dados e de tomadas de decisão (Evertson e Green, 1996).

Segundo Moreira (2002), a observação participante é considerada como sendo “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas e informais e análise documental”. De acordo com o autor, o principal produto dessa observação participante é o que se conhece por relato etnográfico, entendido

como “relatos detalhados do que acontece no dia-a-dia das vidas dos sujeitos e é derivado das notas de campo tomadas pelo pesquisador” (Moreira 2002, pág. 52).

Coulon (1995), expressa como papel ativo do observador participante: aquele que participa ativamente nas atividades do grupo e assume responsabilidades; comporta-se como colega em relação aos membros do grupo, (...) deve, de fato, pôr-se à espreita, pois um dos grandes traços da observação participante consiste em observar o maior número de situações possíveis no decorrer da pesquisa de campo, o que permite, (...) a participação nas conversações naturais, onde emergem as significações das rotinas dos participantes.

Evitando o formalismo e considerando, tal como refere Peter Woods, a expressão “conversação” é mais favorecedora da natureza da relação etnográfica onde se realiza esse “processo livre, aberto, democrático, bidirecional e informal, onde os indivíduos se podem manifestar tal como são, sem se sentir presos a papéis determinados” (Woods, 1987). O autor entende que as entrevistas são um elemento integrante da observação participante.

Citando Mattos (2001), o trabalho de campo envolve métodos e procedimentos nos quais temos de ser radicalmente indutivos para a seleção do que deve ser mais importante para a pesquisa. As categorias ou temas que escolhemos para observar não são necessariamente escolhidos previamente e, na maioria das vezes esta escolha se dá a partir do desenvolvimento do trabalho de campo. A esse movimento da pesquisa chamamos hipóteses progressivas (Hammersley, 1983), e de fato foi um pouco isto que se verificou neste meu estudo a partir do momento em que comecei a seguir a equipa da Save the Children e percebi para onde este caminho me iria levar, *pois a cada momento de reflexividade sobre o desempenho do trabalho, modifica-se o caminhar e cria-se um movimento próprio aos dados e como eles refletem as nossas questões*. Aquilo que inicialmente delineei no meu projeto de dissertação foi-se modificando, (não radicalmente, nem saindo dos objetivos principais do estudo) à medida que iniciei o meu contato direto com a ONG, e fui mergulhando na temática do projeto “A Boost for the Youngest” e deste estudo.

A participação tem por objetivo recolher dados (sobre ações, opiniões ou perspetivas) aos quais um observador exterior não teria acesso. A observação participante é uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que pretende compreender, num meio social, um fenómeno que lhe é exterior e que lhe vai permitir integra-se nas atividades/ vivências das pessoas que nele vivem.

A minha entrada no terreno, a minha observação participante ocorreu em diferentes ocasiões e circunstâncias durante este estudo. Iniciou-se desde logo com a participação numa reunião de equipa no dia 7 de setembro de 2018. Nesta fase encontrava-me ainda, para além de estabelecer os primeiros

contatos com as possíveis ONG's com quem pudesse vir a colaborar para este estudo, a preparar o meu novo projeto de Dissertação de Tese. Esta primeira reunião permitiu-me conhecer a equipa coordenadora do Projeto "A Boost for the Youngest", o qual viria a acompanhar e que à data desta reunião se encontrava em fase embrionária para o início do 4.º ano de implementação deste projeto.

Posteriormente:

- 19 de setembro 2018 participei no Workshop "The Boost for the Youngest end line meeting by Save the Children";

- Outubro: participação nas reuniões de equipa para a preparação do 4.º ano de implementação do projeto;

- 19 a 23 de Novembro de 2018: participação numa visita Vista/reuniões de equipa conduzida pela Caroline Dusabe (Especialista para África/ Assistência técnica do ECCD ao projeto "A Boost for the Youngest". A Caroline deslocou-se por diferentes ocasiões do Ruanda ao Uganda para apoiar este projeto).

- 28 de Novembro: reunião de equipa. *"O foco da reunião de hoje é de encontrar estratégias para envolver os pais. Percebo que este é um forte desafio para esta equipa e querem encontrar formas eficazes de captar o interesse dos homens para as sessões do projeto. Pretendem fazer primeiro uma introdução do projeto junto destes, referindo a sua importância para o desenvolvimento das crianças e convidá-los a participar no grupo de aprendizagem.*

*Outra questão importante que a Caroline foca é a de garantir que no final de cada sessão os pais praticam com os seus filhos e levam essas práticas para casa.*

*Próximos passos importantes: juntar outras pessoas fora do projeto, a tradução do toolkit para Luganda e o alargamento do projeto a outros distritos". Nota de campo de 28/11/2018*

- 17 de Janeiro de 2019: Reunião/ Encontro comunitário no Centro de Saúde IV (Health Center IV) de Wakiso.

*"Cheguei aqui ao centro de saúde IV, são 9h. aguardo pela Doreen e pelo Herbert que se encontram no escritório de Wakiso e me disseram que chegam em 30m. Este é um terreno grande, onde as várias unidades de assistência se distribuem.*

*Quando chegaram percebi que iríamos usar um espaço amplo, relvado para a montagem do cenário para a reunião comunitária (a fotografia 4, mais adiante ilustra este dia).*

*Estas reuniões comunitárias juntam muita gente entre diferentes membros da comunidade como líderes locais, profissionais de saúde, VHT's e permitem partilhar ideias, novidades e da parte da equipa dar a conhecer os objetivos para este novo ano de implementação.*

*Um dos líderes comunitários alerta os presentes para uma questão preocupante que está a ocorrer um pouco por todo o Uganda e que são raptos de crianças com o objetivo de pedir resgate. Aconselha e pede aos presentes para que passem as mensagens nas suas aldeias, para que não mandem as crianças sozinhas a lojas com dinheiro.*

*Esta foi uma experiência muito interessante, a vários níveis. Por norma os técnicos que trabalham neste tipo de projetos, em contato direto com as comunidades são locais e não estrangeiros e neste dia, (como posteriormente se repetiu) eu era a única estrangeira e branca. A reunião decorreu sempre em Luganda, mas tive sempre o apoio dos colegas que me iam explicando sobre o que falavam. Tive ainda a oportunidade de me apresentar, de explicar porque estava ali." Nota de campo de 17/01/2019*

- 11 a 15 de Fevereiro de 2019: Training of Trainers (participação no workshop Formação de formadores) com a Caroline Dusabe.

*"Este workshop/ treino de formação de formadores é dirigido ao staff da Save the Children que intervém neste projeto, com profissionais de saúde, membros do governo do Uganda e outras associações locais que trabalham a par com a SC. Este grupo está ao nível da supervisão, supervisionando o trabalho dos Village Health teams.*

*Iniciamos este dia com uma apresentação, onde devíamos apresentar o nosso colega do lado. Posteriormente cada um partilhou as suas expectativas para este novo ano de projeto.*

*As expectativas mais citadas pela maioria dos participantes referia-se à participação masculina no processo das sessões. Como implicá-los? Como fazê-los participar?*

*Seguiu-se a formação, focando temas diferentes a casa dia, ao longo desta semana, tais como: Marcos de desenvolvimento da Criança (Developmental milestones); Estimulação precoce; Introdução do novo projeto (manuais e materiais); Os princípios da programação para 0-3 anos (principles of programming for 0-3 years); Etapas para a realização de uma reunião de pais no nível da aldeia (Steps of carrying out a parenting meeting at village level); Cuidado materno e início saudável (Maternal care and healthy beginnings); Prestação de cuidados responsivos (Responsive care giving); Envolvendo os cuidadores masculinos na estimulação precoce: como envolver os pais (Engaging male caregivers in early stimulation: How to involve fathers); Compartilhando planos de ação (Sharing action plans).*

*Durante estas sessões trabalhamos sobretudo em grupos, a partir do toolkit e também em grande grupo. Fizemos igualmente treinos de como conduzir uma sessão de intervenção com os pais/cuidadores. Nota de campo (resumo) dos dias 11 a 15 de fevereiro de 2019.*

A minha inclusão na Save the Children procurou ter sempre um papel ativo em todas as circunstâncias em que essa inclusão me foi permitida, tendo em conta a natureza do projeto. O processo de implementação de um projeto ECCD implica diferentes passos e o estabelecimento de contatos e reuniões entre os membros da Save The Children responsáveis pelo projeto e elementos do governo do Uganda, especificamente do Ministry of Health (MoH) ou Ministry of Gender, Labour and Social Development (MoGLSD), que nem sempre me foram permitidos acompanhar, ou que nem sempre fariam sentido acompanhar.

Contudo, foram muitas outras as situações e não menos importantes, onde a minha participação foi ativa, com um comportamento como o referenciado anteriormente, de *colega em relação aos outros elementos do grupo*, observando, dialogando, questionando, procurando sempre compreender as circunstâncias que me envolviam. Esta participação aconteceu muito particularmente nas sessões de treino com os profissionais de saúde e Village Health Teams (VHT) voluntários no projeto.

A diversidade de mundos de vida da Infância, das Infância no Mundo, a sua riqueza e complexidade que caracterizam as vidas das crianças, têm exigido a opção de uma abordagem multidisciplinar e o uso de uma pluralidade de instrumentos de investigação (Woodhead, 2009; Ferreira & Sarmiento, 2008; Punch, 2002).

O objeto de estudo deste meu trabalho surgiu do fato de me encontrar num país onde as ONG's estão muito presentes, trabalhando em diversos níveis de intervenção. Percebi que seria um contexto interessante para desenvolver o meu estudo, procurando entender que tipo de trabalho desenvolvem e como o fazem. E à medida que fui mergulhando neste mundo e estabelecendo contatos, cheguei até à Save the Children e ao projeto "A Boost for the Youngest".

Aquando a elaboração do meu projeto de dissertação, a minha ideia seria a de focar o meu estudo na faixa etária dos 3 anos 6 anos, eventualmente até outras faixas etárias, mas depois do contato com a SC, percebi que o caminho seria outro.

O foco deste projeto são as crianças, a melhoria das suas condições de vida, o seu desenvolvimento pleno, o direito a um bom começo de vida. O objeto de estudo são os bebés/crianças

de tenra idade (faixa etária 0-3 anos), e para conseguir atingir tudo isto é necessário “chegar” até aos seus pais, cuidadores, até à comunidade que as envolve.

Por outro lado, e tal como referi anteriormente, percebi que abordar a Primeira Infância deste ponto de vista sociológico (através do trabalho de uma ONG), se poderia constituir como um novo desafio.

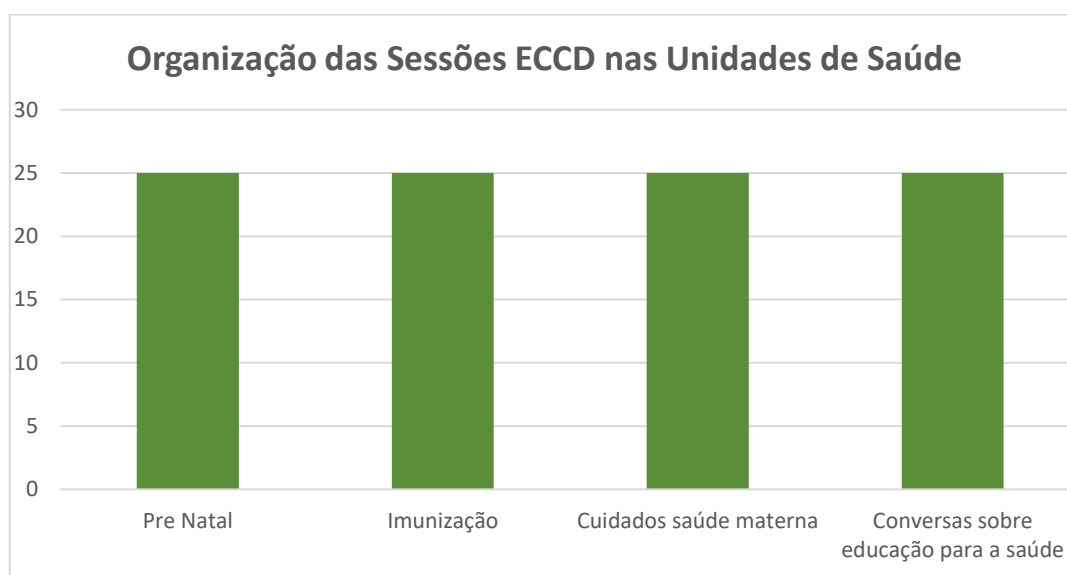


### 3.2. A pesquisa: o projeto (objeto), objetivos e contexto.

Sendo que Objeto de Investigação pode ser qualquer âmbito da realidade suscetível de ser investigado: uma experiência, um conceito, um ambiente, um grupo de pessoas ou um aspeto das suas atividades quotidianas (Richards & Morse, 2009), no caso deste trabalho, o objeto é a Primeira Infância no Uganda e os Direitos da Criança neste país, abordados através Projeto BFY. É a oportunidade de seguir este projeto, procurando identificar que benefícios e que diferenças projetos desta natureza fazem na vida das crianças, na sua Primeira Infância. Os resultados a seguir dão-nos conta do que foi atingido e dos contextos abordados ao longo de 4 anos de implementação do projeto. Como referi anteriormente, os dados trabalhados e aqui referidos, têm por base as informações que me foram disponibilizadas e o que segui com a Save the Children.

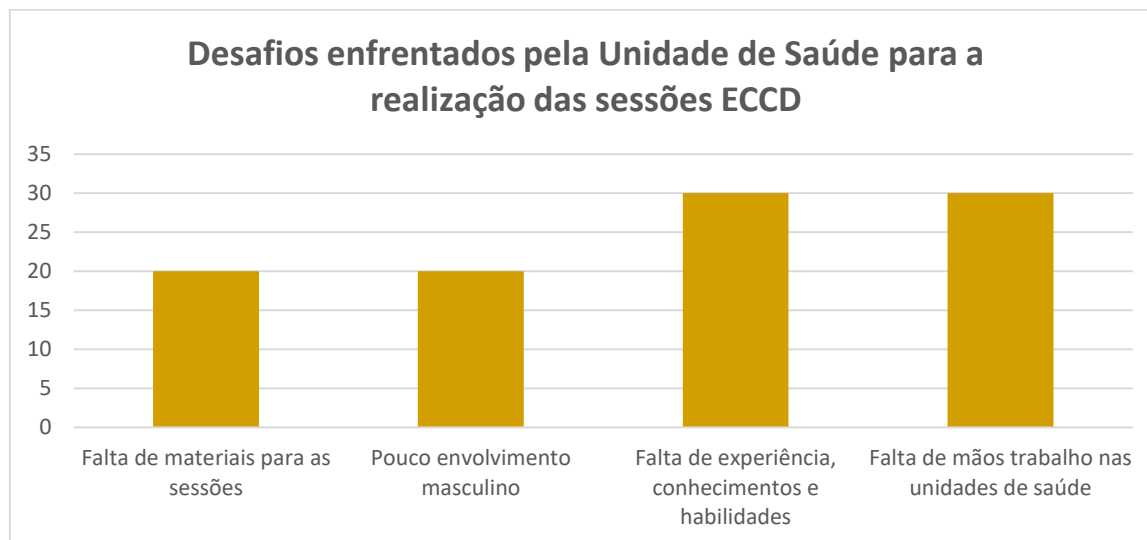
#### ➤ 2.º ano do Projeto *A Boost for the Youngest*

No seu 2.º ano de implementação, o projeto BFY beneficiou um total de 5000 crianças (0-3 anos); 5000 pais de crianças (0-3 anos); 2000 pais (mães grávidas); 100 profissionais de saúde de aldeia (facilitadores de ECCD) e 10 000 membros da comunidade. Os dados seguintes mostram alguns dos resultados do 2.º ano do projeto.



**Gráfico 1:** Percentagem de sessões ECCD nos diferentes departamentos nas unidades de Saúde: Pré-natal, imunização, ponto de atendimento a cuidados maternos e conversas sobre educação para a saúde. Fonte: Save the Children, 2017b.

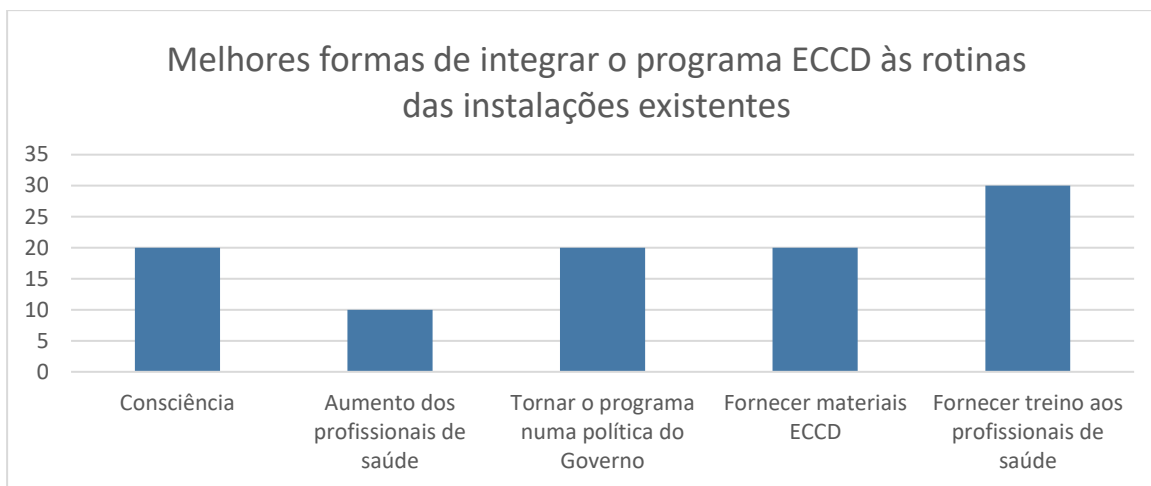
O quadro acima referente às diferentes sessões que ocorreram nas instalações de saúde existentes dos diferentes distritos de intervenção, mostram um número de sessões equilibradas, em 25%, indicando que as sessões ECCD pretenderam atingir uma organização uniforme em todos os departamentos.



**Gráfico 2:** Percentagens relativas aos principais desafios enfrentados nas Unidades de saúde durante as sessões.

Fonte: Save the Children, 2017b.

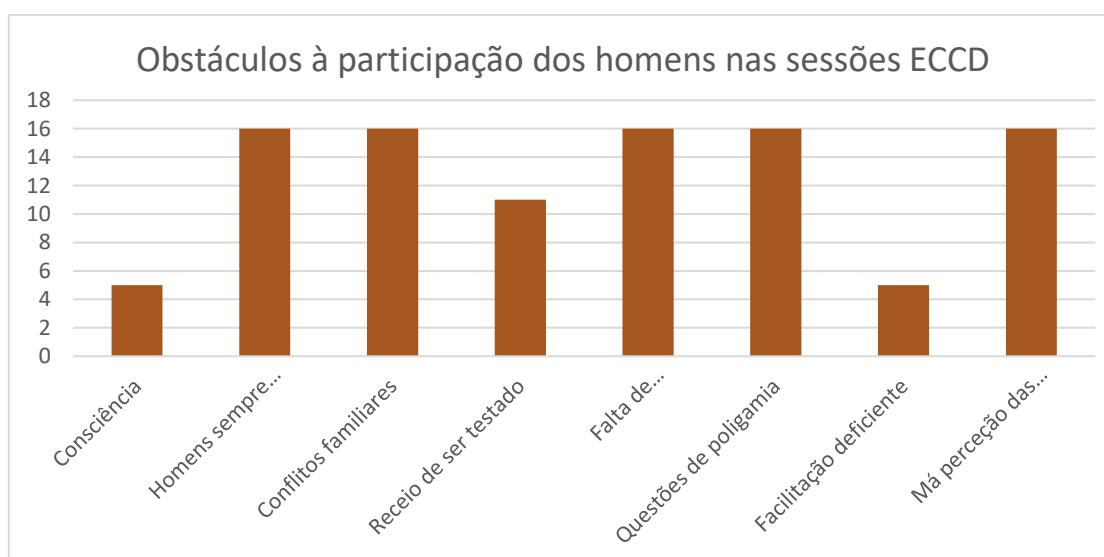
O gráfico acima dá-nos conta dos principais desafios enfrentados neste 2.º ano do projeto, durante as sessões realizadas nas unidades de saúde. A falta de habilidades, de experiência e de conhecimentos e a falta de mãos de trabalho (mão-de-obra) nas instalações de saúde, com uma percentagem de 30%, foi a principal reclamação, pois muitos dos profissionais que trabalham nas instalações de saúde não são treinados para o programa em questão. Seguem-se a falta de materiais ECCD nas instalações e a falta de envolvimento masculino nas sessões de treino, o que leva a uma consequente limitação dos programas de estimulação infantil ao nível domiciliar. Face às dificuldades enfrentadas durante o trabalho do 2.º ano, os intervenientes no projeto chegaram a algumas conclusões com o sentido de melhorar as condições existentes:



**Gráfico 3:** Melhoras formas de integrar o programa ECCD às rotinas das instalações existentes. Fonte: Save the Children, 2017b.

O gráfico acima dá-nos conta das conclusões tiradas após a implementação do 2.º ano do programa, relativamente às medidas que deveriam ser tomadas no futuro para melhorar as intervenções do projeto BFY. O fornecimento de treino aos profissionais de saúde que trabalham nas instalações alvo do programa é uma das ações a melhorar, seguindo-se o fornecimento de materiais ECCD, tornar o programa uma política do Governo, mais consciência relativamente à problemática em questão e o aumento dos profissionais de saúde, são outros aspetos que necessitam de uma maior atenção e cuidado, para o sucesso das intervenções.

Os dados a seguir dão-nos conta de uma das maiores dificuldades ao pleno sucesso do programa *A Boost for the Youngest* e que é a participação masculina.

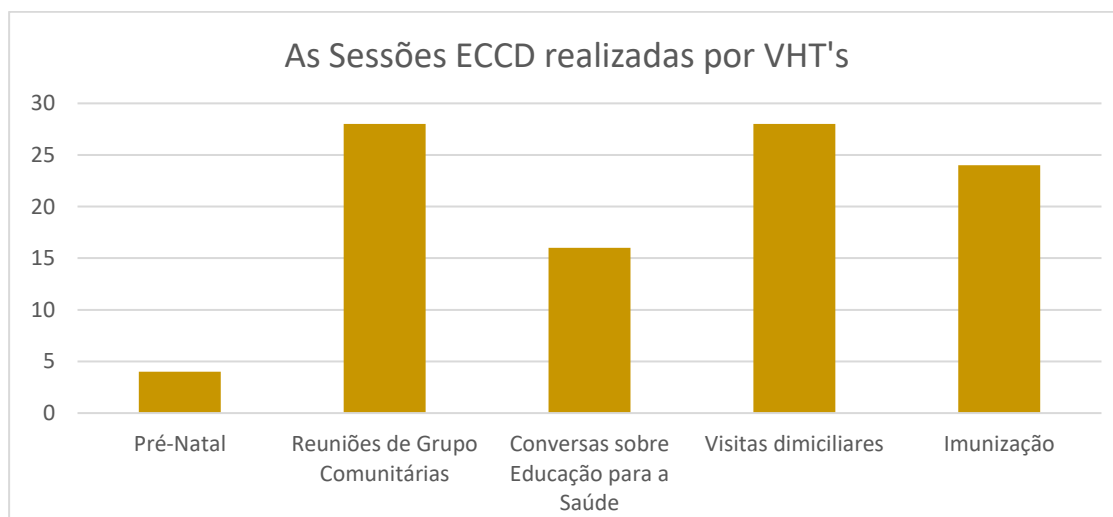


**Gráfico 4:** Percentagem dos principais obstáculos à participação masculina nas sessões. Fonte: Save the Children, 2017b.

Os dados acima indicam claramente as razões pelas quais os homens não participam ativamente, ou não participam de todo nas sessões de ECCD nas Unidades de saúde. As principais razões apontadas são: os homens estarem sempre ocupados; os conflitos familiares; a falta de comprometimento por parte dos homens; a poligamia (onde um homem tem mais do que uma mulher); e a má perceção relativamente às sessões, uma vez que os homens viam as mesmas como uma questão de controlo ou pressão social e não como um apoio para o futuro dos seus filhos. Os homens alegam muitas vezes que não têm tempo para as sessões.

### **Sessões com os VHT's**

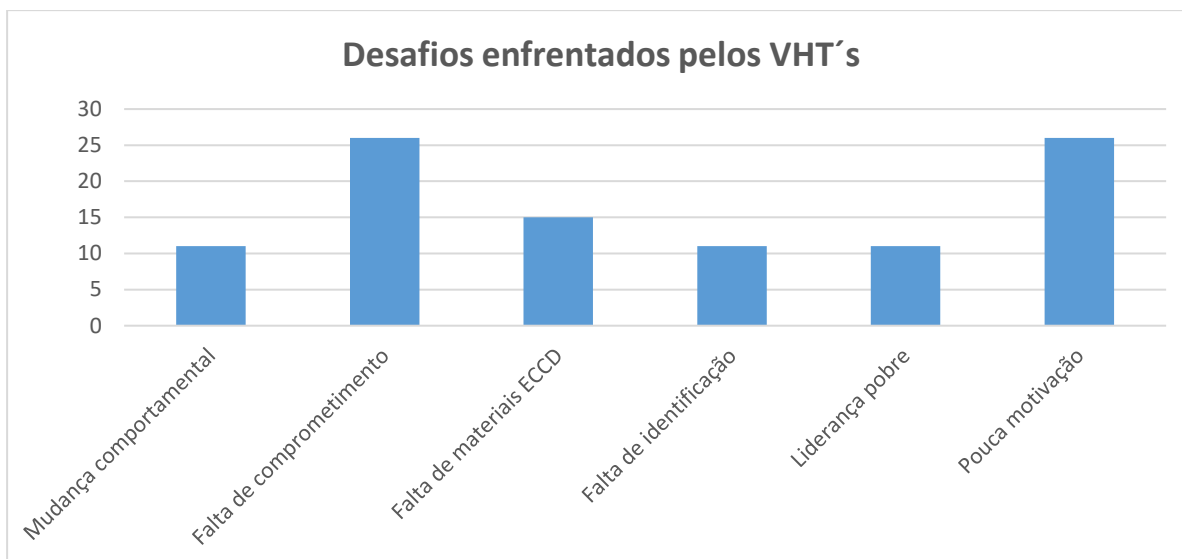
Como são conduzidas estas sessões ao nível das aldeias/ comunidades:



**Gráfico 5:** Percentagem de sessões ECCD realizadas pelos VHT's. Fonte: Save the Children, 2017b.

O gráfico acima refere-se às reuniões realizadas pelos grupos ao nível comunitário. Neste segundo ano de implementação do programa foram realizadas, em maior número reuniões de grupo comunitárias e visitas domiciliárias, ambas com 28%, seguidas das sessões de imunização (24%), das sessões de conversação sobre educação para a saúde (16%). As sessões de apoio pré-natal aconteceram em menor número, com 4% de realização.

Os VHT's no decurso das suas intervenções deparam-se igualmente com alguns desafios. Entre os principais desafios estão a falta de comprometimento e a pouca motivação por parte de alguns dos elementos das equipas, como se pode constatar pelos dados apresentados a seguir.



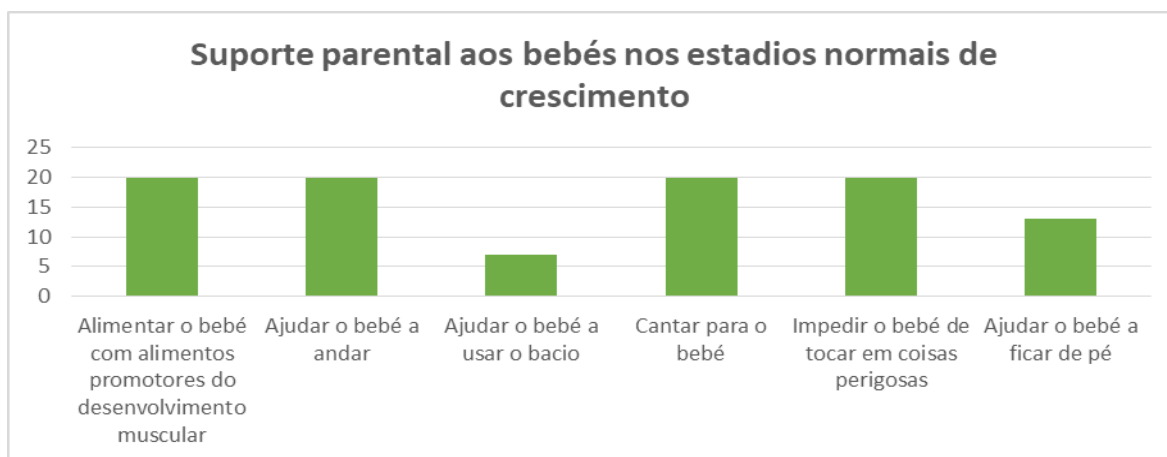
**Gráfico 6:** Desafios enfrentados pelos VHT's na sua rotina diária de trabalho. Fonte: Save the Children, 2017b.

Esta falta de comprometimento e a pouca motivação (26%) devem-se em grande parte ao fato do pouco apoio que recebem no que respeita a transporte pois necessitam de, muitas vezes, de percorrer longas distâncias. Segue-se a falta de materiais (15%) necessários para usar durante as sessões.

A maioria dos VHT's entrevistados reclamou igualmente dos baixos subsídios de motivação que obtinham, uma vez que é necessário se distanciarem um pouco mais para educar os pais/ cuidadores nas áreas de residência cobertas pelo programa ECCD.

### **Os resultados com os pais e cuidadores**

Os dados do gráfico seguinte indica-nos onde incidiram os principais cuidados parentais durante as sessões neste ano de intervenção, aquilo que os pais/cuidadores mais retiveram nessas mesmas sessões, as suas aprendizagens, dirigidas a um melhor cuidado dos seus bebés/crianças.



**Gráfico 7:** Suporte parental dos pais/ prestadores de cuidados. Fonte: Save the Children, 2017b.

Os resultados obtidos indicam-nos que estes prestadores de cuidados colocaram muito cuidado e esforço para garantir que os seus filhos cresçam bem.

### ➤ **O 3.º Ano do Projeto *A Boost for the Youngest***

O 3.º ano de implementação do projeto encontrava-se na fase de discussão de resultados quando tive o meu primeiro contato com a Save the Children.

Com a conclusão da National Integrated EDC (Política Nacional Integrada e a formação do Secretariado Nacional Integrado - NIECD<sup>16</sup>) em Março de 2016, surgem as oportunidades para envolver o projeto neste plano de política de ação.

No 3.º ano, a Save the Children planejou posicionar-se de forma a contribuir com evidências e materiais para apoiar os processos nacionais de implementação nos setores da educação, saúde e género, trabalhando com e através do Secretariado do NIECD.

A política do NIECD proporciona à Save the Children desafios e a oportunidades. Os desafios residem nas burocracias que atrasam a validação e a institucionalização do Kit de ferramentas, enquanto que as oportunidade estão no fato de o secretariado do NIECD procurar parceiros para popularizar a política a nível distrital e apoiar o seu processo.

Outro dos importantes investimentos da Save the Children no seu 3.º ano de implementação foi o envolvimento com o Comité Técnico do Programa ECD. Era objetivo da Save the Children impulsionar esta área especificamente de forma a popularizar esta política (ECD) durante a disseminação das intervenções do programa *A Boost for the Youngest*, em particular, através do trabalho com o Comité Técnico de Programas ECD (programas de desenvolvimento na 1.ª Infância) para disseminar descobertas, mapeamento dos principais atores e membros do Comité Nacional Técnico de ECD, participação no desenvolvimento do currículo nacional de ECD e nos processos políticos em setores como Educação, Saúde e outros.

Colaborar com o Comité Técnico ECD proporcionou à Save the Children oportunidades de utilizar as evidências geradas para institucionalizar o seu modelo e programas de trabalho no contexto do Uganda.

---

<sup>16</sup> National Integrated Early Childhood Development Policy é uma abordagem abrangente de políticas e programas para as crianças do Uganda desde a concepção até aos 8 anos de idade, com vista a apoiar o seu crescimento e desenvolvimento em todo potencial.



**Fotografia 2:** Mãe e bebê durante sessão de sensibilização. Fonte: Save the Children (2019a).

No seu 3.º ano de trabalho com este projeto, a Save the Children expandiu a cobertura geográfica, com base no trabalho desenvolvido no ano anterior, criando grupos de cuidadores em 40 aldeias adicionais, nos 20 municípios. Estes continuaram a ser apoiados pelos profissionais de saúde e VHT's treinados que proporcionaram uma vez mais o suporte, supervisão e monitorização nas instalações de saúde, nos centros de ECD, aos grupos de cuidadores e estagiários, garantindo o uso adequado e efetivo das estratégias do Kit de ferramentas no ensino de cuidadores e VHT's.

De forma a aumentar o público-alvo do uso do Kit de ferramentas BFY, a Save the Children, neste 3.º ano de projeto, traduziu o Kit de ferramentas do inglês para o Luganda, principalmente (idioma falado no centro do Uganda), onde o projeto tem sido implementado.

O foco específico do 3.º ano de projeto foi, essencialmente, o fortalecimento do significativo envolvimento com os ministérios relevantes do Governo do Uganda e instituições locais, visando a institucionalização dos programas ECCD.

O papel dos pais e cuidadores como âncoras de apoio às crianças que vivem em ambientes com poucos recursos foi também aprimorado. O alvo do trabalho foi expandido, com base no que foi alcançado nos anos anteriores. A SC manteve os mesmos objetivos, na medida em que o fluxo de trabalho de 3 anos foi projetado para contribuir e consolidar a meta e os objetivos gerais do projeto.

A figura a seguir faz referência ao alcance total do projeto durante o 3.º ano de implementação, durante o ano de 2018.

<b>Categorias</b>	<b>Número</b>	<b>Referências</b>
VHT Treinados	100	Mulheres 71; Homens 29
Trabalhadores nas Unidades/Instalações de Saúde	16	Mulheres 11; Homens 5
Número de crianças beneficiadas (até à data)	2895	Meninas: 1445; Meninos: 1450 (Este n.º exclui os dados das Instalações de Saúde)
Mulheres grávidas	434	
Mulheres beneficiadas, com crianças menores de 3 anos	2202	
Homens beneficiados, com crianças menores de 3 anos	274	
Número de grupos de cuidadores	100	Há um grupo de cuidadores formado em cada comunidade/ aldeia
Freguesias	20	
Foco geográfico do trabalho até o momento	1 Distrito (Wakiso); 4 submunicípios (Namayumba, Masulita, Kasanje e Ndejje)	

**Quadro 1:** Alcance total do projeto no 3.º ano de implementação. Fonte: Save the Children, 2018b.



**Fotografia 3:** Sessão de grupo na divisão de Sabbagabo Makindye. Fonte: Tirada pela investigadora.



➤ **O 4.º ano de implementação do Projeto *A Boost for the Youngest***

Entrando no seu 4.º ano de implementação, o projeto estendeu-se a mais submunicípios. Há um total de 20 freguesias alcançadas em 100 aldeias. O projeto funciona também em 4 instalações de saúde, incluído Namayumba HC IV, Masulita HC III, Kasanje HC HCIII e Ndejje HC IV para integrar no projeto mensagens de estimulação nas plataformas de saúde infantil e materna que ocorrem nas unidades de saúde (Save the Children, 2019a).



**Fotografia 4:** Preparação para reunião comunitária em Wakiso Health Center IV

Fonte: Tirada pela investigadora.

Os objetivos do programa mantiveram-se neste 4.º ano de implementação, sendo que a cada novo ano são reforçados e melhorados os aspetos do ano anterior, havendo um novo foco também. No 4.º ano de implementação o projeto BFY pretendeu reforçar o envolvimento masculino na educação dos pais, através da formação de grupos masculinos separados dos grupos femininos. Esta é uma questão muito sensível na medida em que o homem ugandês se demite muito das questões da parentalidade, colocando na mulher toda essa responsabilidade. A gravidez é encarada como uma questão/problema da mulher.

Em seguida foco alguns dos principais impactos e resultados deste 4.º ano de implementação:

- Alcance total do projeto;
- Atitudes e respostas masculinas;

## Project total reach

TABLE SHOWING BFY INDICATOR PERFORMANCE AND PERCENTAGE						
Performance Indicator	Target	Actual	Male	Female	Total	Percentage
# of (Village Health Teams) VHTs trained to conduct child stimulation messages.	40	40	16	24	40	100
# of Health workers trained to conduct child stimulation messages.	16	71	22	49	71	443.8
# of Health Facilities receive monthly support	6	6			6	100
# of groups formed in the new Sub-Counties	40	39			39	97.5
# of direct caregivers reached by VHTs and Health workers at community level	5,000	4,285	1,230	3,055	4,285	86
# of Children reached who are < 3 years of age.	5,000	4,997	1,976	3,021	4,997	99.94
# of feedback meetings held	11	10			10	91
# of pregnant mothers reached.	3,000	2,475			2,475	83
# of male groups formed	8	8			8	100

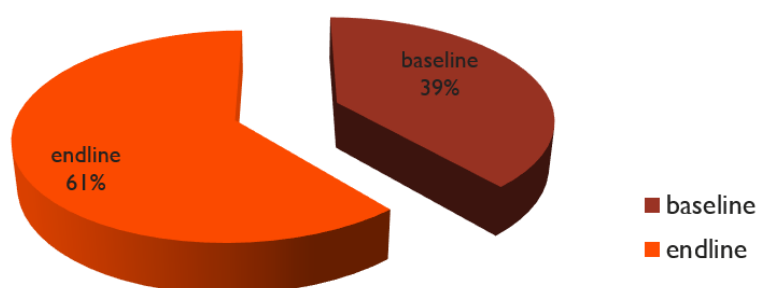


Save the Children

Amend presentation name in Footer and Apply to All

13

**Quadro 2:** Alcance total do projeto no seu 4.º ano de intervenção. Fonte: Save the Children, 2019a.



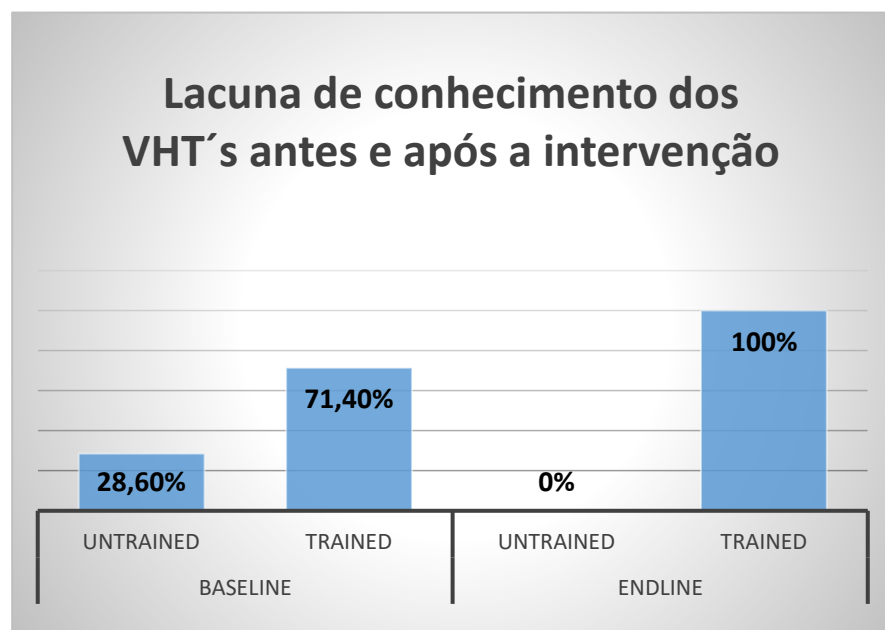
**Gráfico 8:** Atitudes e respostas masculinas perante o projeto. Fonte: Save the Children, 2019a.

Os dados acima referem-se ao alcance total do projeto e à participação masculina no mesmo. Tendo em conta o público-alvo/objetivos que pretendiam atingir, pode dizer-se que os homens

apresentaram uma atitude positiva em relação às sessões de aprendizagem em grupo. Os grupos masculinos incluíam principalmente Boda Bodas <sup>17</sup> e grupos religiosos.

Alguns dos homens que participaram neste 4.º ano de projeto encontravam-se em grupos mistos.

No que respeita às equipas no terreno neste 4.º ano de trabalho e suas lacunas de conhecimento antes e após a intervenção:



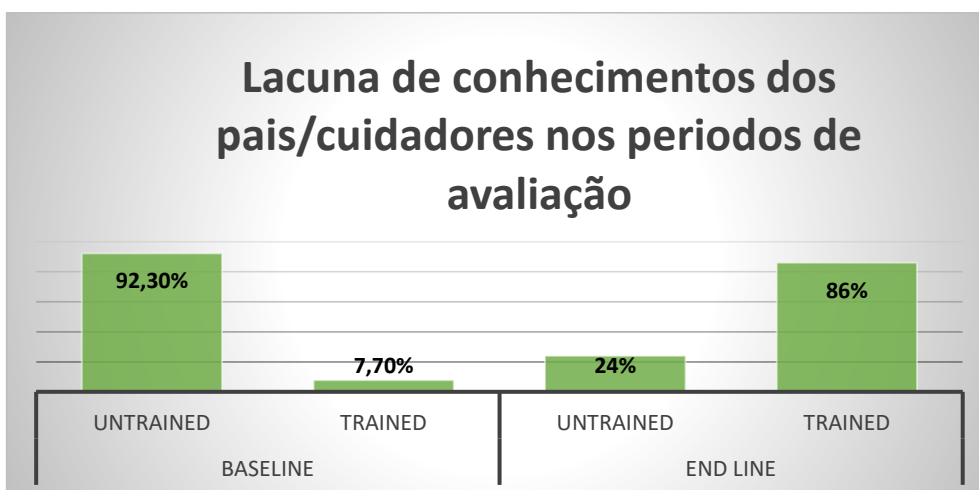
**Gráfico 9:** Lacuna de conhecimento dos VHT's, antes e após intervenções.

Fonte: Save the Children, 2019a.

O gráfico acima, como referido, dá-nos conta da lacuna de conhecimento existente entre os VHT's, de 28,6%, que foi coberta após a implementação do projeto. Isto significa que todos os VHT's foram treinados e adquiriram o conhecimento para uma adequada estimulação infantil. Este é um dos exemplos dos investimentos que são feitos na melhoria do projeto de ano para ano.

O gráfico 9 mostra-nos o gráfico de barras representativo da lacuna de conhecimentos dos pais/cuidadores antes e após a implementação do projeto. Na linha de base, a lacuna de conhecimentos era de 92,3%, sendo que na linha final, a percentagem de pessoas ainda com falta de conhecimentos era de 24%. O projeto atingiu os 86% de pais e cuidadores treinados no final da sua implementação.

<sup>17</sup> Os Boda Boda são um tipo de Táxi mota muito comum no Uganda. É uma das atividades masculinas mais comuns, na sua maioria são trabalhadores por conta própria não legalizados.



**Gráfico 10:** Lacuna e aquisição de conhecimentos por parte dos pais/cuidadores.

Fonte: Save the Children, 2019a.

O gráfico 10 acima dá-nos conta da lacuna de conhecimentos dos pais/cuidadores antes e após a implementação do projeto. Na linha de base a lacuna de conhecimentos das pessoas era de 92,3% e na linha final, a lacuna de conhecimento é de 24%. Assim, o projeto atingiu 68,3% das pessoas após a implementação do programa (Save the Children, 2019<sup>a</sup>).

**Principais mudanças nos comportamentos e nas atitudes dos pais/cuidadores criadas como resultado do conhecimento adquirido ao longo das sessões levadas a cabo pelo Projeto:**

- Mais preocupados com os direitos e necessidades da criança na sua comunidade;
- Práticas de alimentação aprimoradas para mães grávidas;
- Higiene melhorada ao nível do agregado familiar;
- Mudanças de atitude em relação ao brincar com as crianças.
- Mulheres/mães menos cruéis e briguentas com as crianças e outros membros da família, incluindo maridos.

*"I did not know that when you are going to breastfeed a baby you first have to wash your hands and your breast because in some cultures like Baganda, they keep telling us that they do not wash hands when they are going to carry a baby."*

("Eu não sabia que quando você amamenta um bebê, primeiro você tem que lavar as mãos e o peito, porque em algumas culturas como Baganda, eles continuam nos dizendo que não lavam as mãos quando vão carregar um bebê.") Testemunho de uma mãe. *Nota de campo de 20/03/19*

*"For me i was so tough to children. I would not allow a child to just come close to me and make noise. I would chase them away but now since i learnt that the child's work is play, these days I am free with my children and I take time and play with them".*

("Para mim, eu era tão dura com as crianças. Eu não permitiria que uma criança se aproximasse de mim e fizesse barulho. Eu as afugentava, mas agora que soube que o trabalho da criança é brincadeira, hoje em dia estou livre com meus filhos e passo tempo e brinco com eles.") Participante do projeto. *Nota de Campo 20/03/2019.*

*"I used to beat my children whenever they would make mistakes but this changed when i got to learn from the training that there better ways of disciplining a child".*

("Eu costumava bater nos meus filhos sempre que eles cometiam erros, mas isso mudou quando aprendi com o treinamento que existem maneiras melhores de disciplinar uma criança.") "Participante no projeto". *Nota de Campo 20/03/2019.*

### **Outros conhecimentos e benefícios adquiridos: Profissionais de Saúde/ VHT's:**

- Preparação para a gravidez;
- Sobre a importância de uma parentalidade mais positiva;
- Estimulação do bebê para o desenvolvimento motor, cognitivo e auditivo;
- A importância do brincar para o desenvolvimento da Primeira Infância;
- Como ter uma gravidez saudável (reduzir o stress e evitar o transporte de cargas pesadas);
- Importância do envolvimento masculino no desenvolvimento da Primeira Infância.

**Alterações de comportamento observadas nas crianças relatadas pelos pais/cuidadores:**

Os relatos das mães referiram que as crianças demonstravam menos medo dos seus pais/cuidadores. E no que respeita ao desenvolvimento social, as mães relataram crianças mais brincalhonas, alegres e felizes.

*"I have a child these days he can come from maybe out and begins to dance for me without any shame."*

*("Eu tenho um filho... hoje em dia ele pode vir de fora e começar a dançar para mim sem nenhuma vergonha.")* Participante no projeto. *Nota de campo (recolhida por VHT 's, abril 2019).*

*"...children now come and tell you something when they are more relaxed and you are able to listen to them."*

*("... as crianças agora vêm contar uma coisa quando estão mais relaxadas e você é capaz de ouvi-las.")* Participante no projeto. *Nota de campo (recolhida por VHT 's, abril 2019).*

Perceber de que forma os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação de um projeto desta natureza foram aplicados e utilizados, ajuda a perceber o sucesso do mesmo e também o que poderá ser feito para melhorar em futuros projetos e intervenções.

### Utilization of acquired knowledge by caregivers, VHTs and Health workers.

Health Workers	VHTs	Caregivers
Immunisation of children is key to the children's health.	The approach builds strong relationships and unity with in group members because they always come together.	It s very important for men to support their pregnant wives with heavy house work. e.g. fetching water, fire wood, washing clothes.
Involvement of children in light housework like sending them to bring home objects like cups, plates and brooms etc. to make them active which stimulates the children's brains.	The group members act exemplary to the community through implementation of the information from the toolkit therefore the behavioral changes are observed.	Family planning and child spacing is very import in the family
Health workers also were not used to the preparing themselves during pregnancy which was advocated for by the project.	The messages are spread faster using the group approach since many people are trained during the group sessions.	Taking, touching, playing and listening to the baby by the father increases the connection btñ the father and the unborn baby.
They also learnt to emphasis men's involvement in parenting education.	Both people within and outside the reproductive ages are trained within the group sessions thereby transferring the information to the next generation for sustainability.	Proper feeding of the pregnant mother helps the unborn baby grow well
The toolkit also stimulated their brains on health care and behaviour among children for social life and wellbeing.		Playing with your child strengthens bonding between the parents and children.
		Avoiding family conflicts btn the parents in the family.
		Maintaining proper hygiene and sanitation at home, mothers are encouraged to wash their hands and breasts with loupe warm before breast feeding.

**Quadro 3:** Utilização do conhecimento adquirido por cuidadores, profissionais de saúde e VHT's. Informação cedida pela Save the Children. Fonte: Save the Children, 2019a.

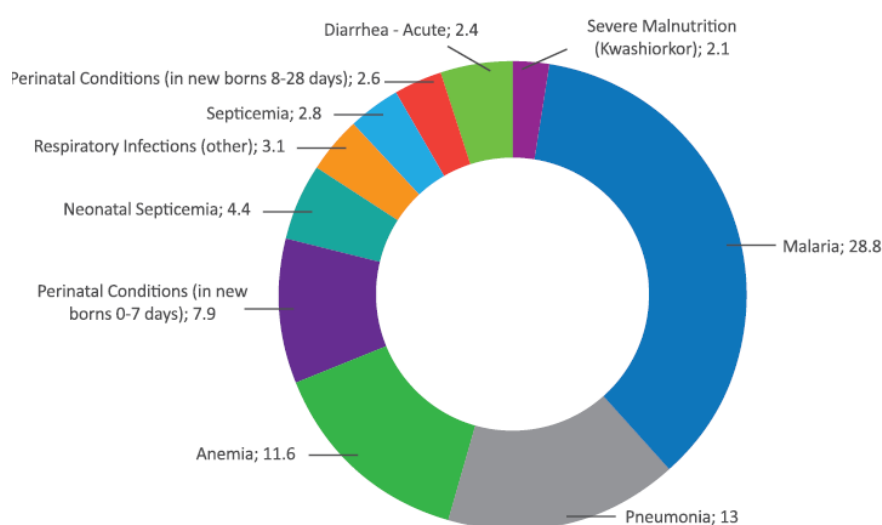
O quadro acima mostra em que medida os intervenientes neste projeto fizeram uso dos conhecimentos adquiridos ao longo da implementação do mesmo.

A aquisição de conhecimentos que levou a uma mudança de comportamentos em pais/cuidadores é notória. As mudanças no comportamento masculino em situações como ir buscar água, lenha, lavar roupas, que são tarefas domésticas pesadas e sempre atribuídas às mulheres e a crianças, é um dos exemplos, numa sociedade extremamente patriarcal onde as mulheres são frequentemente abandonadas, criando os filhos sozinhas.

Compreender a importância de um planeamento familiar e que o espaçamento entre crianças são questões muito importantes na família, num país onde a taxa de fertilidade é alta, de 6,2 filhos por mulher, sendo que 4,4 milhões de crianças vivem em famílias de baixa renda (*Government of Uganda, 2015; MGLSD & UNICEF, 2015*).

Conversar, tocar e ouvir o bebê por parte do pai aumenta o vínculo entre o pai e o bebê, ainda mesmo no útero materno, é outro dos conhecimentos adquiridos e colocados em prática. Atos simples e que para muitos de nós são hoje entendidos como naturais, mas que para a realidade de África representam aprendizagens novas e essenciais. A alimentação adequada da grávida como determinante para o nascimento de um bebê saudável; o brincar com o filho que ajuda a fortalecer os laços com os pais; evitar conflitos familiares entre os pais; manter uma higiene e saneamento adequados em casa (as mães são igualmente incentivadas a lavar as mãos e os seios antes da amamentação), são outros dos conhecimentos adquiridos e colocados em prática pelas famílias alvo do projeto.

A aquisição destes conhecimentos colocá-los em prática e partilhá-los com outros membros da comunidade, são de extrema importância em contextos como África e aqui especificamente no caso do Uganda onde os fatores subjacentes às altas taxas de mortalidade neonatal, infantil e de menores de 5 anos, estão relacionados ao mau comportamento da procura de cuidados maternos entre as mães, assim como aos maus serviços de saúde materna (*The State of the Ugandan Child: An Analytical Overview, 2015*). A cidade de Kampala e duas regiões centrais têm taxas de mortalidade infantil relativamente mais baixas, enquanto as regiões Karamoja e sudoeste têm as mais altas (mapa Fig. 4). Estas taxas de mortalidade mais baixas, em Kampala e na Região central 2, podem ser explicadas por um melhor acesso aos serviços de saúde materna, particularmente na cidade de Kampala, assim como pelos níveis de escolaridade mais altos das mães na capital e igualmente no distrito periurbano adjacente de Wakiso (onde tem sido implementado o projeto) e na região central 2.



**Gráfico 11:** Causas de morte entre as crianças menores 5 anos (dados de 2013/14). Fonte: Uganda Ministry of Health (MoH), 2014



O gráfico 11 permite perceber quais as principais causas diretas de morte entre crianças menores de 5 anos, no Uganda, sendo a malária, as infecções respiratórias agudas e a anemia, exacerbadas pela desnutrição subjacente.

Entre os Village Health Teams (VHT's) os conhecimentos adquiridos são também de extrema relevância. Estas pessoas são escolhidas pelo Ministério da Saúde (Ministry of Health - MoH) e treinados para trabalharem junto da população. São estas pessoas que estão na primeira linha de acompanhamento, fazendo a ponte entre a população das aldeias e vilas, explicando como proceder, apoiando em situações como é o caso das vacinações. São, por norma, pessoas de confiança nas vilas e aldeias. A S.C treina também estes VHT's, na medida em que, como se pôde constatar nos resultados de implementações do projeto de anos anteriores, nem sempre têm os conhecimentos adequados ou estão sensibilizados para muitas questões determinantes, neste caso específicos, relacionados com gravidez, nascimento, Primeira Infância.

Assim, as pessoas dentro e fora das idades reprodutivas são treinadas nas sessões de grupo, transferindo as informações para a próxima geração em busca de sustentabilidade. As mensagens são espalhadas mais rapidamente usando a abordagem de grupo pois muitas pessoas são treinadas durante estas mesmas sessões.

Este tipo de abordagem, através das sessões em comunidade, cria fortes relacionamentos e união entre os membros do grupo.

Ao nível das instalações de saúde, com os profissionais participantes no projeto, os conhecimentos adquiridos foram igualmente colocados em prática:

- ✓ A imunização de crianças é fundamental para a sua saúde;
- ✓ Envolvimento das crianças em tarefas domésticas leves, como pedir-lhes que tragam objetos domésticos simples como xícaras, pratos e vassouras etc., para torná-las ativas, o que estimula o cérebro das crianças;
- ✓ Os profissionais de saúde também não estavam habituados ao processo de preparação para uma gravidez, como preconizado pelo projeto;
- ✓ Aprenderam igualmente a enfatizar o envolvimento dos homens na educação parental;
- ✓ O kit de ferramentas foi também um estímulo no que respeita aos cuidados com a saúde e no comportamento das crianças, para a vida social e o bem-estar.

## **As atitudes e percepções dos VHT's ao usar a abordagem de educação em grupo para pais/cuidadores:**

Os aspetos positivos:

- ✓ A abordagem em grupo permite ensinar mais pessoas, economizando tempo e recursos;
- ✓ Os pais/ cuidadores podem partilhar ideias, experiências e aprender uns com os outros;
- ✓ Dá oportunidade a quem é mais inibido de fazer as suas perguntas através dos colegas;
- ✓ Cria uma atmosfera propícia para a concentração total dos membros participantes;
- ✓ É interessante treinar pessoas em grupo, pois permite obter pontos de vista e contribuições diferentes.

### **Os constrangimentos:**

- ✓ Caro em termos de tempo e recursos para mobilizar pais/cuidadores em grupos;
- ✓ Irregularidade na assiduidade por parte dos pais/cuidadores e má gestão do tempo;
- ✓ Participantes faladores que por vezes perturbam as sessões de treino.

### **Benefícios do uso da abordagem de educação em grupo de pais/cuidadores:**

Os benefícios:

- ✓ Conhecer pessoas novas/ fazer novos amigos;
- ✓ Aprender muito através de experiências partilhadas em grupo, ideias sobre cuidados com a infância;
- ✓ Alguns participantes revelaram que a abordagem em grupo os ajudou a construir sua autoestima e confiança;
- ✓ As sessões em grupo ajudaram a reduzir o *stress* das rotinas domésticas;
- ✓ Melhorou também a higiene pessoal, porque geralmente os participantes necessitam tomar banho antes de irem para as sessões de grupo;
- ✓ Os grupos ajudaram a criar um carácter positivo entre os cuidadores / pais.

Constrangimentos:

- ✓ Má gestão do tempo por parte de alguns participantes;
- ✓ Sessões limitadas pela agricultura durante as estações chuvosas;

- ✓ Recusa dos maridos em participarem nas sessões;
- ✓ Dificuldade em participar regularmente nas sessões semanais.

No que respeita à integração do Kit de Ferramentas e às razões que conduziram a uma boa aceitação do mesmo:

- ✓ Possui imagens que facilitam um fácil entendimento da mensagem;
- ✓ Exercícios/ mensagens com perguntas e respostas;
- ✓ Versão traduzida do Kit (do inglês para Luganda<sup>18</sup>);
- ✓ A fácil aplicabilidade do Kit;
- ✓ O facto de possuir notas resumidas.

**Os principais desafios enfrentados durante este 4.º ano de implementação do projeto:**

**VHT'S**

- Baixa participação masculina em grupos mistos;
- Acusações erradas dos membros do grupo de que os VHT's usam indevidamente o seu dinheiro;
- Perceção errada sobre o programa ECD como sistema para culturas ocidentais;
- Outros compromissos da organização parceira e do distrito local;
- Mau tempo (chuvas fortes, por exemplo) e mudança de membros das equipas intervenientes no projeto;
- Caro no que respeita à mobilização.

**Pais/ Cuidadores**

- Má gestão do tempo por alguns membros;
- Compromisso limitado de alguns membros do grupo e VHT's;
- Número limitado de material do BFY para levar para casa e partilhar a mensagem;
- Recusa pelos maridos em participar nas sessões de treino. Alguns solicitaram alguma facilitação para os treinos.

---

<sup>18</sup> O Luganda é uma língua bantu e a mais falada no Centro do Uganda, onde se inclui a capital Kampala e o distrito do Wakiso onde se desenvolve o projeto. Contudo, o Uganda possui mais de 40 línguas nativas, dependendo das influências tribais nas diferentes regiões do país. O inglês ficou definido como língua oficial do país após o fim da ocupação britânica, sendo o Suáli a 2.ª língua "estrangeira" mais falada.

### **Profissionais de Saúde**

- Falta de pessoal, o que afeta o melhor desempenho;
- Transferências frequentes dos profissionais de saúde para outras unidades;
- Falta de documento final do projeto de trabalho;
- Falta de espaço suficiente para o canto do programa ECD.

Os resultados anteriores resumem quatro anos de implementação do projeto *Boost for the Youngest*, que com os seus sucessos e contrariedades tem proporcionado a muitas famílias, voluntários e profissionais de saúde um outro olhar sobre a Primeira Infância, preenchendo lacunas de informação sobre estimulação e desenvolvimento, da gravidez aos 3 anos de idade. Tem permitido a aquisição de conhecimentos vitais para conhecer e identificar problemas motores, cognitivos e auditivos que possam surgir nas crianças, por meio da estimulação.

Este constitui-se igualmente de extrema relevância na medida em que, ao longo destes 4 anos de trabalho tem vindo a aprimorar as plataformas de saúde existentes, fornecendo informações e treinos para que os profissionais de saúde incluam a estimulação infantil precoce nas suas práticas quotidianas, tem promovido a aprendizagem em grupo, favorecendo novas amizades, partilha de experiências e conhecimentos entre os pais/cuidadores e também entre os profissionais e voluntários.

O projeto abordou algumas áreas de ECD negligenciadas e prejudicadas e que são sensíveis ao crescimento e desenvolvimento das crianças, e que têm posteriormente um grande reflexo no desenvolvimento da sociedade.

Estes são os principais aspetos que fundamentam a relevância deste projeto, que como se pôde constatar, passou por diferentes níveis de desenvolvimento e melhoramentos ao longo dos quatro anos.

Os cuidados e intervenções no desenvolvimento da Primeira Infância desempenham um papel importante, senão fundamental, no desenvolvimento das crianças e fornecem um apoio valioso às famílias com crianças pequenas. Portanto, é importante entender o impacto desses serviços e garantir sua qualidade e acessibilidade. Os testemunhos seguintes dão-nos o exemplo de como este projeto “A Boost for the Youngest” contribuiu para mudanças na vida de famílias alvo das suas intervenções.

## **Testemunhos de pais/cuidadores sobre como este projeto influenciou as suas vidas**

*“I did not know about preparations before conceiving. I learn that you have to visit the health center for blood tests. I use to think one just conceives. We also learn how to communicate with our babies.*

*We had limited knowledge about it, now we have learnt a lot about it and all its benefits. It helped in involving husbands in supporting pregnant mothers. They appreciated the importance of playing with unborn babies. Husbands never used to appreciate their role.*

*I work in a salon. I have so many friends. I have told them about this project. Some have joined and they are learning”.* (Women/ mother participant in the project).

(“Eu não sabia sobre os preparativos antes de conceber. Aprendi que você precisa visitar o centro de saúde para fazer exames de sangue. Costumava pensar que alguém apenas concebe. Também aprendemos a nos comunicar com nossos bebês.

Tínhamos conhecimento limitado sobre isso, agora nós aprendemos muito sobre isso e todos os seus benefícios. Ajudou a envolver os maridos no apoio às mães grávidas. Eles apreciaram a importância de brincar com bebês por nascer. Maridos nunca costumavam apreciar o seu papel. Eu trabalho num salão. Eu tenho muitos amigos. Eu contei a eles sobre este projeto. Alguns se juntaram e estão aprendendo”). Testemunho de uma mulher/mãe participante do projeto. *Nota de campo 06/05/2019*



**Fotografias 5 e 6:** Mulheres/ mães participantes no projeto em sessões de aprendizagem com VHT. Fonte: Tirada pela investigadora.

*“Like visiting the hospital with your husband before pregnancy, to do HIV tests. Then on return you can go ahead and prepare to conceive. The second lesson was about pregnancy. We learn how to communicate with the unborn baby. The third lesson was about post birth practices. When ny baby was*

*2-3 months old, I learnt how to check for sight. I used to move my finger to see if her eyes follow its movements.” (Women/ mother participant in the project).*

“Como visitar o hospital com seu marido antes da gravidez, fazer testes de HIV. Então, no retorno, você pode prosseguir e se preparar para conceber. A segunda lição foi sobre gravidez. Nós aprendemos a comunicar com o bebê ainda não nascido. A terceira lição foi sobre práticas pós-parto. Quando meu bebê tinha 2 a 3 meses de idade, aprendi a verificar a visão. Eu costumava mexer o dedo para ver se os olhos dela seguiam os movimentos.” (Mulheres/ mãe participante do projeto). *Nota de campo 06/05/2019*

*“The activity of bonding with the unborn child. I use to spare time to massage my wife’s belly. I would turn it. My wife was happy because she was not worried during pregnancy. She knew that I liked the fact that she was pregnant. There was a bond between my wife, my child and I. for example, a 2 weeks old child eyes should be able to see. We put different items with different colors in front of the baby. We monitor the baby’s eyes to see if they track the movement of these items. Parents in my community have benefited a lot from this project. They now know that it is their responsibility to be with their children. And have learnt ways of spending time with their children. (Man/ father participant in the project).*

“A atividade de se relacionar com o feto. Costumo poupar tempo para massagear a barriga da minha esposa. Eu ligaria. Minha esposa ficou feliz porque não ficou preocupada durante a gravidez. Ela sabia que eu gostava do fato de ela estar grávida. Havia um vínculo entre minha esposa, meu filho e eu. Por exemplo, os olhos de uma criança de 2 semanas de idade deveriam poder ver. Colocamos itens diferentes com cores diferentes na frente do bebê. Monitoramos os olhos do bebê para ver se eles rastreiam o movimento desses itens.



**Fotografia 7:** Pai participante no projeto com o seu bebê. Save the Children, 2019<sup>a</sup>

Os pais da minha comunidade beneficiaram muito com esse projeto. Agora eles sabem que é sua responsabilidade estar com seus filhos. E aprenderam maneiras de passar tempo com seus filhos”). (Homem/pai participante do projeto) *Nota de campo 06/05/2019*

*I thank Save the Children very much for this program. Save the children helped me very much. For my first born, husband did not give me any attention. He never minded about my feelings. This made me hate myself as well regret as to why I had conceived that baby. However, when I conceived my second baby, musawo (VHT) encouraged my husband and I to join parenting groups in our community. The teachings greatly changed my husband. He talked to my baby when I was pregnant, he escorted me when I went to give birth, and this has made me love my baby very much. I regret for not have shown my first born this love. He seems lonely most of the time. But I will work hard to show him love.*

(“Agradeço muito à Save the Children por este programa. A Save the Children ajudou-me muito. Para meu primogênito, o marido não me deu atenção. Ele nunca se importou com os meus sentimentos. Isso me fez odiar a mim mesma e me arrepender do porquê de ter concebido aquele bebê. No entanto, quando concebi meu segundo bebê, o Musawo (VHT) incentivou meu marido e eu a participar de grupos de pais em nossa comunidade. Os ensinamentos mudaram muito meu marido. Ele conversou com meu bebê quando eu estava grávida, ele me acompanhou quando fui dar à luz, e isso me fez amar muito meu bebê. Lamento não ter mostrado ao meu primeiro filho esse amor. Ele parece solitário a maior parte do tempo. Mas vou trabalhar duro para lhe mostrar amor”). (Mulher/mãe participante do projeto) *Nota de campo 06/05/2019*

## **Concluindo**

Este capítulo foca a metodologia que me acompanhou ao longo deste trabalho. A etnografia é o estudo das pessoas na vida cotidiana (Emerson et al., 1995) e como tal, é adequada ao estudo do cuidado infantil. Tradicionalmente, o foco do estudo etnográfico está num único cenário ou grupo e é de pequena escala (Corsaro, 1996). Tendo claro que a melhor maneira de entender a vida das pessoas é aceder a informações de várias fontes, a etnografia baseia-se em diferentes métodos de recolha de dados, incluído os quantitativos. Apesar de sua atenção ao contexto e à história, a característica marcante do método etnográfico é a observação participante.

Os métodos etnográficos são complementares à pesquisa sobre cuidados infantis, por várias razões e onde aqui se enquadra este estudo acerca da Primeira Infância no Uganda, que procura perceber quais são precisamente as preocupações e os cuidados existentes e o apoio que é dado a esta. Isto é, consequentemente, indissociável dos direitos da criança. A etnografia pode proporcionar aos profissionais de assistência à infância, uma compreensão mais íntima desse mesmo ambiente.

Este capítulo tenta, de alguma forma, resumir os resultados de 3 anos de intervenção deste projeto, os quais eu não acompanhei, mas com os quais procurei fazer um enquadramento para este 4.º ano (que acompanhei), que permitisse perceber o progresso, os melhoramentos e a continuidade que o mesmo foi sofrendo ao longo dos anos. Este capítulo dá-nos igualmente o enquadramento de como funcionam projetos desta natureza e qual a diferença destes na vida das pessoas, principalmente em países de média ou baixa renda. Projetos como este são fundamentais para melhorar a qualidade de vida de muitas famílias e crianças e fazem-nos refletir sobre a importância de perceber o estado da ciência na pesquisa de implementação no desenvolvimento da primeira infância e que direções futuras tomar. Há um longo caminho a percorrer, há muito para fazer e a Sociologia da Infância pode contribuir significativamente para este progresso no Desenvolvimento da primeira Infância.



## **Capítulo 4**

### **Conclusões finais e Reflexões**

Chegado o fim deste longo caminho é altura de retirar conclusões sobre o estudo desenvolvido. É a procura de respostas que nos ajudem e conduzam à compreensão da complexidade de vida das pessoas e nos permitam fazer mais e melhor.

Regressando ao objeto e objetivos que guiaram o percurso deste trabalho e que irão igualmente orientar a exposição das conclusões, percebe-se que a Primeira Infância em África e concretamente no Uganda, é um tema ainda pouco explorado no que respeita ao seu lado positivo, de conquistas e mudanças. Comummente se fala da infância e da primeira infância em África por razões negativas associadas à pobreza, à fome, violação de direitos que infelizmente não fogem à realidade, contudo África é muito mais que isto e há ainda muito para ser contado. O projeto “A Boost for the Youngest” é um exemplo do que de positivo se pode fazer pela vida das famílias e suas crianças e contribuir para um melhor curso de vida.

Estão aqui em foco a Primeira Infância no Uganda e os Direitos da Criança. Perceber como estes constituem uma preocupação para as políticas do país e o que é feito para que esta primeira infância tenha as devidas oportunidades, constituem o objeto de estudo desta tese.

O primeiro e segundo objetivos desta investigação incidiram no (i) conhecimento dos programas e políticas de apoio ao desenvolvimento da primeira infância no Uganda e (ii) no conhecimento das entidades governamentais e não-governamentais que apoiam o desenvolvimento da primeira infância no país.

Assim julgo ser relevante referir as principais leis e regulamentos que regem o ECD - Desenvolvimento da Primeira Infância (Early Childhood Development) no Uganda. Estas são as seguintes: a) a Lei da Criança (The Children Act, Chapter 59 of the Ugandan Constitution); b) Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança que o Uganda ratificou em 1990 (The United Nations (UN) Convention on the Rights of the Child); c) Protocolo opcional da ONU sobre venda de crianças e prostituição infantil e no envolvimento de Crianças em conflito armado (The UN Optional Protocol on the Sale of Children and Child Prostitution and on Involvement of Children in Armed Conflict); d) Convenção de Haia sobre os aspetos civis de Rapto Internacional de Crianças (The Hague Convention on the Civil aspects of International Child Abduction); e) A Convenção sobre a Proteção das Crianças no que respeita à adoção entre países (The Convention on the Protection of Children in Respect of Inter-Country Adoption); f) a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da criança africana (The African Charter on the Rights and Welfare of the African Child); g) Leis nacionais adotadas, incluindo: A Lei da educação, 2008 (the Education Act 2008), Lei do Emprego (the Employment Act), a Lei de Registro de Nascimentos e Mortes (Capítulo 309)

(the Births and Deaths Registration Act (Chapter 309), o Lei do Conselho Nacional da Criança, Capítulo 60 (National Council for Children Act (Chapter 60), Lei de Governos Locais, Capítulo 243 (Local Governments Act, Chapter 243).

Somente ONG's legítimas são autorizadas a operar no Uganda. Existem atualmente 13.000 ONG's registadas no país, de acordo com o registro no Bureau das ONG's. A Save the Children está entre as principais e mais notáveis ONG's internacionais presentes no Uganda.

A UNICEF (The United Nations Children's Fund) é presença forte no Uganda. Iniciou as suas operações no início dos anos 60, no entanto em 1962, devido a distúrbios políticos, as suas operações foram transferidas para Nairobi, deixando para trás um pequeno escritório de ligação. Após a guerra de libertação em 1979, a UNICEF uniu-se aos esforços para ajudar a colocar o país de pé novamente, iniciando um programa de reconstrução e reabilitação.

Através das pesquisas bibliográficas efetuadas constata-se que o Governo do Uganda (GoU) estabeleceu leis e regulamentos nacionais para promover a prestação de serviços de Desenvolvimento na Primeira Infância (ECD), e reconhece a importância crítica de uma estrutura de Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância (Integrated Early Childhood Development IECD) que garanta os direitos das crianças à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação (Uganda, 2016). A política de IECD do Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social (Ministry of Gender, Labour and Social Development, MoGLSD) inclui uma variedade de estratégias e serviços que procuram fornecer cuidados básicos de saúde, nutrição e estímulo, dentro de um ambiente de cuidado, seguro e limpo para as crianças e suas famílias. A política de Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância apela assim, à colaboração multissetorial para atender às necessidades das crianças.

O Governo do Uganda como signatário das estruturas e normas globais e regionais sobre os direitos da criança está comprometido em garantir que todas as crianças do país realizem todo o seu potencial. Esse compromisso reflete-se, por exemplo, na formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Integrado (National Integrated Early Childhood Development Policy NIECD) da Primeira Infância e do Plano de Ação do Uganda (Action Plan of Uganda), que representam um passo crucial no estabelecimento de um ambiente propício, eficaz e um sistema abrangente de ECD.

A ciência mostra-nos o que as crianças devem ter e do que precisam ser protegidas, a fim de promover o seu desenvolvimento saudável. Relacionamentos estáveis, recetivos, estimulantes e experiências ricas em aprendizagens, nos primeiros anos de vida, proporcionam benefícios ao longo da vida para a aprendizagem, para o comportamento e para a saúde física e mental (Shonkoff,2009).

A visão da Política NIECD, que trabalha igualmente com parceiros como a United Nations International Emergency Fund (UNICEF), é a de que todas as crianças do Uganda, desde a concepção até aos 8 anos de idade, cresçam e se desenvolvam em todo o seu potencial. Foi para este fim que este plano nacional foi desenvolvido. O Plano de Ação (Action Plan of Uganda) é um documento complementar da política de NIECD que traça um curso de ação de forma a ajudar a alcançar as ações desta política, na busca de melhoria contínua de qualidade.

A legislação Children's Act, Chapter 59 (Lei da Criança, capítulo 59 da Constituição do Uganda), entrou em vigor a 1 de Agosto de 1997 com o objetivo de reformar e consolidar a lei relativa às crianças, promover o cuidado, proteção e a sua sobrevivência, fornecer o apoio das autoridades locais às crianças, estabelecer um tribunal de família e filhos, tomar providências para as crianças acusadas de crimes e outros fins relacionados (The Children Act, 2016).

Sendo o desenvolvimento na Primeira Infância um processo multidimensional, para chegar às diversas necessidades das crianças nos seus primeiros anos, é essencial a coordenação do governo, no que respeita aos diferentes setores, quanto aos níveis nacional e local. Focando o objetivo (iii) deste trabalho, de acordo com as pesquisas realizadas, a política multisectorial de ECD no Uganda encontrava-se ainda em forma de rascunho, a aguardar finalização e aprovação (The World Bank, 2012). A Política Nacional de Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância (NIECD) é a primeira do género no país que sinaliza o crescente compromisso com os seus cidadãos mais jovens. É uma política holística que inclui os sectores da educação, saúde, nutrição, cuidado infantil e proteção e água e saneamento. O governo central através do Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social (MoGLSD) é responsável por estruturar a política, contudo a responsabilidade de implementação cabe aos governos locais.

Para cumprir esta política multisectorial e holística foi criada uma *Taskforce* (Força tarefa) composta pelos ministérios governamentais relevantes: Ministérios da Saúde, Educação, Justiça, Género, Agricultura, Assuntos Internos e Autoridade da Cidade Capital de Kampala (Ministres of Health, Education, Justice, Gender, Agriculture, Internal Affairs and Kampala Capital City Authority).

Os investimentos em ECD podem gerar grandes retornos públicos, mas são muitas vezes insuficientes sem apoios do governo. Os investimentos durante os primeiros anos de vida podem gerar retornos maiores do que os investimentos equivalentes feitos posteriormente no ciclo de vida de uma criança, e podem levar a benefícios intergeracionais duradouros. Os investimentos em Desenvolvimento na Primeira não geram apenas retornos altos e persistentes, como podem também aumentar a eficácia de outros investimentos sociais e ajudar os governos a abordar várias prioridades com investimentos únicos (The World Bank, 2012).

O ECD (Early Childhood Development – Desenvolvimento na Primeira Infância) foi definido como uma abordagem abrangente das políticas e programas para crianças, dos 0 aos 8 anos de idade, seus pais, cuidadores e comunidades. O seu propósito é defender os direitos da criança no sentido de esta se desenvolver em todo o seu potencial cognitivo, emocional, social e físico.

Um forte argumento para os investimentos em ECD é feito com base em dados que mostram que aproximadamente um terço das crianças no mundo com menos de 5 anos (218 milhões de crianças) falham no cumprimento dos indicadores básicos de desenvolvimento (sofrendo de atrofia ou de exposição à pobreza absoluta). O custo da diminuição da saúde, produtividade e bem-estar apenas por falta de acesso à educação pré-escolar em países de baixa renda foi estimado em 33 bilhões de dólares (Yoshikawa & Kabay, 2014). Os serviços de apoio ao Desenvolvimento na Primeira Infância, sua acessibilidade e qualidade, garantem uma base sólida para a aprendizagem futura de uma criança (Csibira, 2010), moldando a sua felicidade, o seu crescimento, saúde, conhecimento e o alto desempenho nos anos letivos posteriores.

Os serviços de ECD abrangem cinco grandes áreas: saúde, nutrição, educação e saneamento. Programas de Desenvolvimento na Primeira Infância bem-sucedidos, económicos e benéficos exigem a colaboração de todas as partes interessadas para o benefício da criança (Vargas-Baron, 2012). O projeto “A Boost for the Youngest” cumpre estes requisitos, abrangendo estas áreas fundamentais e indo ao encontro das quatro categorias ou eixos fundamentais em que incide a Convenção para os Direitos da Criança (direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção, à participação), procurando contribuir com um melhor começo de vida para as crianças e conseqüentemente para as suas comunidades.

“Intervenções precoces podem alterar as trajetórias de vida das crianças que nascem pobres ou são privadas das oportunidades de crescimento e desenvolvimento disponíveis para os mais afortunados” (Young, 2014).

Na base das intenções deste projeto está o fato de o Uganda estar entre os dez principais países do mundo que mais cresce, ocupando o 5.º lugar do mundo em fertilidade, com uma taxa de 5,97 filhos nascidos por mulher. O Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social do Uganda (MoGHSD) com a sua Política Integrada de Desenvolvimento na Primeira Infância (IECD) anteriormente referida, procura garantir a prestação coordenada de serviços e intervenções na primeira infância do país, desde a gravidez até aos 8 anos de idade. Esta estrutura orienta e regula a prestação de serviços e atividades de diferentes setores governamentais responsáveis pelo desenvolvimento na primeira infância (Save the Children, 2015). No Uganda e no Projeto BFY os Village Health Teams - VHT's (equipas de saúde da

aldeia), do governo nacional (normalmente duas pessoas de cada comunidade) fornecem apoio comunitário em educação e saúde para mulheres grávidas. Esta estratégia ofereceu e oferece uma oportunidade única de integrar a educação precoce sobre estimulação cognitiva para as mães num esforço de saúde comunitário já existente. A Save the Children teve e tem aqui um papel fundamental no enriquecimento da formação destes VHT's e igualmente através do desenvolvimento e criação de um conjunto de ferramentas de qualidade, abrangentes como parte dos programas de saúde materno-infantil que cheguem às mulheres grávidas e às crianças até aos 3 anos de idade. O projeto BFY fornece informações básicas e etapas práticas com as quais a equipa de ECD de primeira linha da frente de saúde da comunidade pode apoiar os pais de forma a maximizar o potencial dos seus filhos. Acompanhar o trabalho deste projeto permitiu perceber que o mesmo procurou, ao longo destes quatro anos de trabalho, reconhecer os pontos fortes existentes nas comunidades para apoiar o crescimento das crianças e a necessidade de melhorar ainda mais as capacidades dos pais.

À medida que os campos de desenvolvimento infantil, saúde e educação crescem, cresce igualmente a noção de que os pais são um ingrediente indispensável para garantir a sobrevivência, desenvolvimento e as aprendizagens da criança (Evans, 2006).

O trabalho levado a cabo pelos VHT's é determinante e é igualmente importante que estes integrem práticas positivas de estimulação infantil no seu trabalho de saúde comunitária. São eles que fazem a ponte entre a população alvo do projeto e a Save the Children, que fornecem as informações a estes pais e cuidadores, que os incentivam a frequentar as consultas pré-natais, que os estimulam a participar nas sessões do projeto e as conduzem, e são eles que encorajam a inclusão dos bebés/crianças nos centros ECD.

O kit de ferramentas ou guia "A Boost for the Youngest" desenvolvido pela Save the Children em cooperação com o Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social (MoGHSD) para os facilitadores de profissionais de saúde, VHT's, profissionais da comunidade e outros facilitadores de sessões para pais, que trabalham em estreita colaboração com os prestadores de cuidados nas instalações e na comunidade durante as sessões sobre saúde e educação, é um instrumento de trabalho simples e direto de integração de práticas de desenvolvimento na primeira infância em qualquer programa de saúde materno-infantil existente, e complementa outros programas sobre a educação dos filhos na primeira infância. É utilizado pela SC para treinar os profissionais de saúde da comunidade (VHT's) nesta integração de habilidades parentais e práticas positivas de estimulação infantil no seu trabalho de saúde comunitária. Este pode ainda ser implementado como um programa autónomo de educação dos pais, e certos módulos podem também ser usados num modelo contínuo de divulgação

aos pais/cuidadores, por exemplo, em clínicas para bebês já estabelecidas pelas unidades de saúde (Save the Children, 2019b).

Os pais/ cuidadores alvo deste projeto são selecionados (constituídos como público-alvo) através de uma variedade de pontos de contato. Por exemplo, os profissionais de saúde ao nível dos centros de saúde e outras instituições de saúde têm como alvo os pais/cuidadores que comparecem nos seus espaços de trabalho, enquanto que os VHT 's e outros facilitadores de grupos comunitários organizam as sessões de aprendizagem ao nível comunitário.

Facilitada a pesquisa e análise deste kit/guia, a mesma permitiu perceber que este fornece informações relevantes, acompanhadas de ilustrações claras e adequadas ao contexto africano e à realidade cultural do Uganda, assim como à realidade diária da vida destas pessoas, pretendendo auxiliar a aprendizagem destes pais/cuidadores nas comunidades e em casa.

Este guia está organizado em 5 módulos, abordados em 18 sessões, com o objetivo de compartilhar ações e atividades simples que estes podem fazer com os bebês durante suas rotinas diárias em casa:

- Módulo 1: *Maternal Care* (Cuidado Materno)
  - Sessão 1: *Having a healthy pregnancy and a healthy baby* (Ter uma gravidez e um bebê saudáveis).
  - Sessão 2: *Family support during pregnancy and child birth* (Apoio à família durante a gravidez e o nascimento da criança);
  - Sessão 3: *Birth Plan* (Plano de nascimento).
- Módulo 2: *Healthy beginnings* (Começos saudáveis)
  - Sessão 1: *Growth monitoring* (Monitoramento/acompanhamento do crescimento);
  - Sessão 2: *Health and hygiene for the baby* (saúde e higiene para o bebê);
  - Sessão 3: *Feeding with care* (Alimentando com cuidado).
- Módulo 3: *Responsive care giving* (Atenção responsiva)
  - Sessão 1: *Bonding and attachment* (Vínculo e ligação);
  - Sessão 2: *Calming and soothing your baby* (Acalmando e tranquilizando o seu bebê);
  - Sessão 3: *Positive discipline* (Disciplina positiva);
  - Sessão 4: *Forming routine* (Formação de rotina).
- Módulo 4: *Play for learning & sensory stimulation* (Brincar para aprender & Estimulação sensorial).
  - Sessão 1: *Playing with our whole body* (Brincando com o nosso corpo todo);

Sessão 2: *Playing with house hold items* (Brincando com os objetos de casa);

Sessão 3: *Playing outside the house* (Brincando fora de casa);

Sessão 4: *Making homemade play materials* (Fazendo brinquedos caseiros).

- Módulo 5: *Language & Literacy* (Linguagem e Literacia)

Sessão 1: *Singing and talking to your baby* (Cantando e conversando com o seu bebé);

Sessão 2: *Storytelling and reading* (Contar histórias e ler);

Sessão 3: *Naming your world* (Nomeando o seu mundo);

Sessão 4: *Making a book* (Construir um livro).

Este guia é um suplemento aos serviços de saúde já existentes nas unidades de saúde e nas comunidades e concentra-se numa integração e não numa intervenção autónoma.

As atividades e estratégias de estimulação precoce sugeridas baseiam-se em práticas positivas, como canto, narração de histórias, brincadeiras já praticadas pelas comunidades, enquanto explicam a sua relevância para a estimulação precoce e o desenvolvimento do cérebro, que estabelecem as bases para as aprendizagens e realizações futuras.

Chegados ao objetivo (iv) deste estudo de investigação, de como programas como este influenciam a vida das crianças, famílias e das comunidades envolvidas, é importante realçar o cariz de nível comunitário do projeto. Assume toda a relevância enaltecer aqui a importância desta dimensão, na medida em que a forma como estes projetos influenciam e modificam a vida de um bebé/criança e suas famílias, influencia toda uma comunidade e envolve toda essa comunidade.

Nas sessões comunitárias em que participei (Exemplo: nota de campo de 17/01/2019, pág. 90) foi possível perceber a quantidade de intervenientes que se mobilizam para um bem comum (líderes de aldeia, profissionais de saúde, outros líderes comunitários). Programas como o “A Boost for the Youngest” desenvolvem e aprimoram as práticas da comunidade. Capacitam estas comunidades e o seu público-alvo com conhecimentos determinantes para um melhor futuro. Ao envolverem os membros das comunidades, promovem igualmente a apropriação comunitária nas decisões relativas aos programas de ECD, nos processos de implementação dos mesmos e no desenvolvimento dos recursos necessários.

E é muito importante realçar aqui esta questão, positiva e determinante, na minha perspetiva, de capacitar um povo, uma comunidade um país de conhecimentos e estratégias que os tornem cada vez mais autónomos e independentes de um mecanismo “salvador”.

“By “rescuing” a hungry nation with imported food aid  
(where the threat of famine is not extreme), the Rescuer



can decrease demand for food produced in the region with detrimental impacts to local and national farmers. Where demand decreases, local supply will follow, as returns on production become too low to justify farmers' investment in terms of time or resources. Thus, when the next famine occurs, there will be even fewer local supplies to abate the crisis, and starving people will be in even greater need of a *Rescuer*" (Toomey, 2011, p.184).

Este excerto é fundamental para compreendermos que uma história semelhante pode aqui ser contada quando nos referimos ao ECD (Desenvolvimento na Primeira Infância) ou outros serviços. O fornecimento de bens "estrangeiros" (como materiais, recursos e abordagens filosóficas para cuidados e educação das crianças) pode fazer muito para minar a confiança, capacidade e iniciativa locais (Hayden & Wai, 2013).

Os direitos da criança e de que forma estão aqui acautelados (v) tanto a nível nacional como no projeto aqui analisado é outro dos objetivos ou pontos de reflexão essenciais deste trabalho.

Apesar das realizações políticas e dos crescentes compromissos do Uganda com as metas nacionais e internacionais com o objetivo de melhorar o acesso aos cuidados e à educação na Primeira Infância, a intensa pesquisa levada a cabo para a realização deste trabalho permite concluir que ainda grande parte destes serviços estão nas mãos de privados, que cobram taxas pelos seus serviços, deixando à margem os mais pobres da sociedade que ficam barrados ao acesso a estímulos tão importantes nesta determinante etapa do desenvolvimento cognitivo.

Quando em 2007 o Ministério da Educação e Desportos do Uganda (Ministry of Education and Sports – MoES) desenvolveu a sua política, os seus esforços e recursos foram direcionados para alcançar a meta de matrícula universal para o ensino primário e secundário (Ejuu, 2012). No entanto, dada a escassez de recursos públicos, o MoES entregou a responsabilidade ao setor privado e manteve apenas um papel regulatório limitado.

Os direitos relativos ao desenvolvimento, onde se insere o direito à educação, estão aqui claramente postos em causa.

Safaa El Kogali<sup>19</sup> refere que o foco no ensino primário não é suficiente se os alunos provavelmente falharem ou não o concluírem porque não alcançaram o ensino pré-primário. O governo pode decidir

---

<sup>19</sup> World Bank Education Practice Manager for East Africa

oferecer o ensino pré-primário àqueles que não podem pagar, como o faz para o ensino primário universal (UPE – Universal Primary Education) e deixar o ensino privado para aqueles que o podem pagar (PML Daily 2019).

Não querendo mergulhar numa análise profunda no que respeita à forma com a Convenção para os Direitos da Criança é tida em conta e como os direitos são acautelados pelas entidades governamentais e não-governamentais do país (vi), é essencial perceber o estado em que se encontram, e um dos direitos que não posso deixar de realçar, apesar de falarmos de crianças de tenra idade, são os direitos à participação. A CDC veio alicerçar esta nova visão sobre a criança, atribuindo-lhe direitos próprios e a Sociologia da Infância veio dar-lhe um novo olhar e um novo estatuto, olhando-a como protagonista, como um cidadão no seu sentido holístico e não desgarrada do mundo.

O direito à participação consiste em garantir à criança, com capacidade de discernimento, o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe dizem respeito, de serem tomadas em consideração as suas opiniões na resolução dos problemas que a afetam, de acordo com a sua idade e maturidade. As crianças entre os 0 e os 3 anos de idade não conseguem ainda fazer valer este direito por razões óbvias, mas este seu direito também jamais poderá fazer parte das suas vidas se ao nascerem não forem registadas. A nossa participação no mundo começa no dia em que nascemos e este deve ser um direito fundamental de todas as crianças.

O registo de nascimento além de um direito de toda criança é um fator importante no acesso a outros direitos, como o acesso à saúde e educação. A sua ausência continua a ser um dos obstáculos à proteção das crianças contra a violência, abuso, negligência e exploração. No Uganda, o registo de nascimentos de crianças com menos de 5 anos de idade é de 32%. Processos de registo e certificação demasiado centralizados e complicados, os custos e a falta de consciencialização das pessoas para a importância do registo contribuem para as baixas taxas do mesmo (UNICEF, 2019b).

Para os direitos relativos à proteção há também ainda um longo caminho a percorrer. Apesar da Constituição do Uganda prever a proteção da vida, liberdade, propriedade e família, entre 2016 e 2017 27% das crianças do país estiveram expostas ao crime, 19% das crianças multidimensionalmente pobres (privadas em duas ou mais dimensões de privação) trabalham quer em tarefas domésticas quer em tarefas remuneradas e não remuneradas, 40% das crianças ugandesas vivem em casas superlotadas ou em residências não duráveis (com piso de lama), 74% não tem a sua própria cama, 66% não tem o seu próprio cobertor, 80% das famílias têm recursos insuficientes para atender às necessidades básicas de roupas dos seus filhos. Estes números são apenas alguns exemplos das privações que ameaçam um crescimento e desenvolvimento saudáveis ou até mesmo a sobrevivência (UNICEF, 2019b).

É neste contexto que projetos como o “A Boost for the Youngest” fazem todo o sentido e marcam a diferença na vida destas crianças, destas famílias e destas comunidades.

De um estudo de investigação surgem naturalmente muitos desafios, e um deles foi o não conseguir todas as informações sobre o progresso do projeto deste o primeiro ano de implementação. A equipa mudou e os dados (entendi eu) não estavam também disponíveis a quem teve a gentileza de os partilhar comigo. Mas como referi este foi apenas um desafio e os desafios ultrapassam-se. Estes dados acerca dos progressos ao longo dos 4 anos de implementação configura-se importantes para compreender a evolução do projeto, mas não determinam as conclusões e reflexões alcançadas.

Através da análise dos relatórios de resultados da Save the Children (que podem ser analisados ao longo das págs. 94 a 110) e das conversas/entrevistas com os colegas técnicos do projeto foi possível concluir que cada ano se demarcou por algo concreto. Os objetivos do programa mantivera-se ao longo dos 4 anos contudo, a cada ano a SC procurou melhorar os anos precedentes através dos ganhos e melhorias garantidas a cada ano de trabalho. O segundo ano procurou demonstrar a viabilidade do kit de ferramentas e a sua importância no treino dos VHT's. Este foi amplamente melhorado ao longo dos dois anos seguintes, passou por sucessivas burocracias e aprovações por parte do Governo do Uganda (GoU) até à sua aprovação final no início do 4º ano de implementação do projeto. O terceiro ano demarca-se pela oportunidade de envolver o projeto no plano de política de ação do NIECD (National Integrated Early Childhood Development) e assim contribuir em processos nacionais de implementação nos setores da educação, saúde e género. Este ano demarca-se ainda pelo seu envolvimento no Comité Técnico do Programa de ECD, popularizando assim a importância do Desenvolvimento na Primeira Infância durante a disseminação das intervenções do projeto. O segundo e terceiros anos expandiram igualmente a sua cobertura geográfica.

A análise dos anos anteriores leva-nos a concluir igualmente sobre a fraca participação masculina, que foi sempre uma das mais marcadas preocupações deste projeto. Envolver os homens e quebrar estas barreiras foi o foco mais evidente para o quarto ano do projeto, discutido constantemente nas reuniões realizadas com a finalidade de encontrar soluções que fossem atrativas à participação masculina. Apesar de esta participação ter continuado baixa neste quarto ano, as melhorias e as participações aumentaram. Sendo o Uganda marcado por uma sociedade extremamente patriarcal, é necessário dar tempo às pessoas para que percebam as implicações positivas que projetos como este podem trazer para as suas vidas.

Concluo que a Save the Children tem conseguido, aos logo destes anos de trabalho com o “A boost for the Youngest”, atingir os objetivos a que se propôs e é notória a diferença que tem feito na vida

destas comunidades. Os testemunhos (seguir págs. 114 a 116) demonstram isso e o que senti do contato que estabeleci com os envolvidos dá-me essa convicção.

E Aqui chegada é preciso refletir sobre o trabalho desenvolvido e até onde ele me trouxe. Mais do que chamar a este ponto final do trabalho “conclusões”, prefiro referir-me a ele como “reflexões”, ou seja, aquilo que retiro após todo o caminho percorrido. A reflexão pressupõe a “análise de um comportamento, fato, ou pesquisa” e este trabalho é isso mesmo, a análise de um projeto específico, levado a cabo por uma ONG, não pressupondo concretamente uma conclusão, ou conclusões. Considero este tema muito vasto e complexo, poderia ter-me levado por tantos outros caminhos, e as minhas conclusões ou reflexões seriam completamente diferentes. Prefiro portanto refletir, e proporcionar também a reflexão e talvez até despertar noutros o interesse, ampliando o foco dos Estudos da Infância.

Assim, é importante refletir sobre o que me trouxe até aqui, o que me guiou e levou a escolher este percurso investigativo, tendo em conta todos os pressupostos desta investigação.

Porquê o Uganda? Porquê a Primeira Infância e o Porquê do Projeto “A Boost for the Youngest? Três perguntas e uma só resposta! As circunstâncias ditaram o caminho a seguir e por vezes, na vida, temos de agarrar a “boleia” dessas circunstâncias. Porque umas vezes somos nós que fazemos o caminho, outras é o caminho que nos faz. E este caminho fez-me, sobretudo, aprender muito. Aprender muito mais sobre África, sobre o Uganda em particular, onde vivo há 3 anos, aprender que a vida aqui, apesar de muito diferente da nossa vida Ocidental ou daquilo que consideramos certo, ou que consideramos normal, tem a sua razão de ser, pois tem as suas raízes e alicerces construídos em fortes questões culturais, sociais, históricas e políticas, por vezes muito duras de encarar. África tem o poder de nos conseguir dar a conhecer o melhor e o pior do Ser Humano.

Mas o foco aqui é o que se faz de bom, o que se pretende de melhor, e neste caso específico, o que se pretende de melhor para a Primeira Infância de um dos países mais pobres do mundo.

Também, tanto quanto me foi dado a perceber, estudos desta natureza sobre o estado da infância e especificamente sobre a Primeira Infância no Uganda não existem, ou o que existe provém dos relatórios realizados pelas entidades governamentais e pelas organizações não-governamentais que operam no terreno, a propósito de alguma situação específica, de acordo com o trabalho necessário sobre alguma problemática.

Assim, a Primeira Infância (o Porquê a Primeira Infância?), porque é o foco deste Projeto que encontrei ao procurar uma ONG que me abrisse portas em Kampala e porque a Primeira Infância, os primeiros anos de vida são determinantes para toda a vida do indivíduo. Não há razão mais válida que

esta para que se tenha em consideração que é aqui que devemos dar o nosso melhor no que se refere à infância. E se pretendemos um mundo mais equilibrado do ponto de vista humano é necessário considerarmos aqueles que nasceram com menos oportunidades e procurar intervir na altura certa, para que mais tarde aquilo que se pretende melhorar não leve a mais custos e a resultados mais demorados. Isto está em total harmonia quando se fala em Direitos da Criança e no seu direito à sobrevivência e desenvolvimento. O artigo 6.º da CDC diz-nos que *todas as crianças têm o direito inerente à vida, e o Estado tem obrigação de assegurar a sobrevivência e desenvolvimento da criança.*” Também a ciência tem vindo a demonstrar cada vez mais que promover um desenvolvimento saudável, relacionamentos estáveis e ricos em experiências e aprendizagens, promovem benefícios permanentes para a aprendizagem, para o comportamento e para uma saúde física e mental. Proporcionar um desenvolvimento saudável e estimulante na Primeira Infância (do nascimento aos 5/6 anos), *cria os alicerces de uma sociedade próspera e sustentável.*<sup>20</sup>

Nos designados países de 3.º mundo, pobres economicamente e mais dependentes da ajuda externa, como é o caso do Uganda, é necessário pensar mais além. Quando são feitos investimentos em grávidas e mães de crianças pequenas, o risco de morte de crianças com menos de 5 anos de idade é reduzido e estas crianças terão mais probabilidades de se saírem bem na escola e de conseguir quebrar o ciclo intergeracional de pobreza.

Contudo, no Uganda, apenas 1/10 das crianças entre 3 e 5 anos estão matriculadas no ensino pré-escolar formal, na medida em que as pré-escolas são predominantemente privadas e localizadas nas áreas urbanas. Os centros comunitário de ECD recebem muito pouco financiamento do governo, estão mal equipados, carecendo do essencial, como água potável nas casas de banho e normalmente são geridos por voluntários não treinados.

As crianças muito pequenas perdem também serviços sociais essenciais nas suas comunidades. O Uganda tem uma das taxas mais baixas de imunização na África Oriental. Um em cada quatro nascimentos ocorre fora das instalações de saúde e 30% das crianças menores de 5 anos não têm acesso a água potável. Como consequência, centenas de milhares de crianças não são registadas no nascimento, impedindo-lhes o acesso a serviços e privando-as de uma identidade oficial.

Investir nos primeiros anos não é apenas no melhor interesse das crianças, é fundamental para o desenvolvimento do capital humano. O futuro do Uganda como país de renda média depende do fornecimento de ferramentas para a mobilidade ascendente e da construção de uma força de trabalho

---

<sup>20</sup> National Scientific Council on the Developing Child. *Excessive stress disrupts the architecture of the developing brain*. Cambridge, MA: National Scientific Council on the Developing Child; 2005.

educada e qualificada. O Desenvolvimento da Primeira Infância (ECD) é a maneira mais eficiente de atingir esse objetivo. E atingir este objetivo pode passar por um maior interdisciplina entre os campos de Desenvolvimento na Primeira Infância e a Sociologia da Infância. A sociologia da infância pode se tornar uma "sociologia pública" (Btirawoy, 2008), socialmente implicada e com intervenção na vida das crianças.

Países como o Uganda são classificados como países do “Mundo Maioritário” ou como são ainda referidos, “países do terceiro mundo”, uma classificação que se estende ao que é a norma de Ser Criança globalmente, isto é, o tipo mais comum de “infância é, portanto, o de crianças do "terceiro mundo" (muitas das quais trabalham). As infâncias do Terceiro Mundo tendem a ser consideradas “desviantes” quando examinadas dentro do modelo globalizado de infância, baseado em ideais ocidentais de que as crianças devem brincar e estudar, mas não trabalhar (Boyden, 1990). Mas quando analisamos fatos como este devemos olhá-los à luz da cultura do país e considerar a diversidade de mundos de vida e de formas de ser criança e não com um olhar “ocidentalizado”. Pois atualmente é amplamente conhecido que a infância é uma construção social e cultural e que existe uma diversidade de infâncias entre e dentro de diferentes culturas (Punch, 2003). Aos projetos de ECCD impõe-se ter isto presente aquando a sua elaboração. E o “A Boost for the Youngest” contempla isso em todos os aspetos. Desde a equipa da Save the Children que treina os VHT’s ser constituída por técnicos ugandeses que entendem o contexto no qual intervêm e falam Luganda, os VHT’s que são pessoas que fazem parte das comunidades nas quais intervêm e sabem melhor que ninguém as necessidades das mesmas, partilham os mesmos hábitos, rotinas, tradições e cultura e finalizando com o *toolkit* que foi elaborado nunca descurando todas estas questões, onde está bem presente a preocupação de conter ilustrações adequadas a quem se dirige. Está longe de ser um instrumento de trabalho com um aspeto ou formatos “ocidentalizados” e que desta forma foi bem aceite pelo seu público-alvo.

É um projeto que pretende proporcionar claramente melhores circunstâncias de vida e um melhor começo de vida aos bebés do Uganda. Pretende diminuir desigualdades em aldeias e comunidades cujos distritos estão mais afastados da capital, contribuir para romper com ciclos crónicos de pobreza reforçando a importância da educação e procurando garanti-la. Projetos como este contribuem para a proteção à infância, evitam o trabalho e a exploração infantil. Estes são os males que devem ser quebrados e que não devem fazer de todo parte de qualquer que seja o “mundo”, maioritário ou minoritário. Ajudar os pais nas tarefas domésticas, no campo (nas zonas rurais é parte da rotina diária das crianças), cuidar dos irmãos, são exemplos de atividades muito presentes e enraizadas na cultura africana em geral e na cultura ugandesa também. É notoriamente difícil definir 'brincar' e 'trabalhar'

porque eles incluem uma ampla gama de atividades e são conceitos construídos social e culturalmente (...) (James et al., 1998: 90). O fundamental e o foco de países como o Uganda e de projetos como o da Save the Children deve ser o de garantir que os Direitos fundamentais das crianças estão assegurados e que trabalham para os assegurar. As diferenças entre os países do mundo majoritário e do mundo minoritário deverão esbater-se através da cooperação e não numa imposição de normatividade. Os Direitos da Criança objeto de estudo deste trabalho, documentados na Convenção para os Direitos da Criança, o documento de direitos humanos mais ratificados do mundo, que se tornou numa das expressões mais significativas da globalização política e cultural de um certo modelo de infância (Sarmiento et al., 2018), não deve colidir e sim colaborar com as realidades vividas e expectativas das crianças não ocidentais (Crewe, 2010; Nieuwenhuys, 2013; Balagopalan, 2014).

Este estudo de natureza etnográfica não se constitui como uma crítica ou pretende apresentar soluções. A investigadora é uma aprendiz que mergulhou com leve profundidade na compreensão desta realidade do ECCD (Desenvolvimento da Primeira Infância) e que pretende sobretudo contribuir para a reflexão acerca dos Estudos da Infância. Pesquisas que possam produzir conhecimento detalhado sobre a vida das crianças e propor mudanças para melhorá-las são necessárias para mudar a condição social da infância. Nesse sentido, o conhecimento pode ser colocado ao serviço de projetos de intervenção social (Sarmiento et al., 2018) e assim contribuir para um melhor conhecimento e para mudanças na infância por todo o mundo.

## Referências Bibliográficas:

ANSELL, Nicola, IMOH, Afua Twum-Danso (2014) *Children 's Rights lives in a Era of Children 's Rights: The Progress of the Convention on the Rights of the Child in Africa*. Routledge Research in Human Rights Law. Routledge. Copyrighted material.

BARRA, Sandra Marlene Mendes (2016). A Infância na latitude Zero: as brincadeiras da criança “global” africana. Tese de Doutorado em Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância. Instituto de Educação. Universidade do Minho.

BOYDEN, J., & Ennew, J. (1997). *Children in focus: a manual for participatory research with children*. Stockholm: Save The Children.

BUCHBINDER, M., Longhofer, J., Thomas, B., Lawson, P, Floersch, J. (2006). *Ethnographic approaches to child care research: a review of the literature*. Journal of Early Childhood Research 4 (1):45-63.

CALMAN, L.J. & Tarr-Whelan, L. (2005) *Early Childhood Education for All: a wise investment*. Recommendations arising from ‘The Economic Impacts of Child Care and Early Education: financing solutions for the future’, a conference sponsored by Legal Momentum’s Family Initiative and the MIT Workplace Center. <http://web.mit.edu/workplacecenter/docs/Full%20Report.pdf>

CHAN, M (2013). *Linking child survival and child development for health, equity and sustainable development*. *The Lancet*. 381, 1514-1515. In *Young Children as a Basis for Sustainable Development* (2014). Prepared by the Thematic Group on Early Childhood Development, Education and Transition to Work. Sustainable Development. Solutions Network. A Global Initiative for the United Nations.

COLONNA, Elena (2012). *“Eu é que fico com a minha irmã”*. *Vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo*. Tese de Doutorado em estudos da Criança. Especialidade em Sociologia da Infância. Instituto de Educação. Universidade do Minho.

CORSARO, W. 2005. *The Sociology of Childhood*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications.

CUNNINGHAM, Hugh (2006). *The invention of childhood*. Random House Books. BBC Books.



DAGGS, E. (1970). Uganda: Republic of Uganda. In E. Daggs, *All Africa: All its political entities of independent or other status* (pp. 508-523). New York, NY: HastingsHouse.

DOWDEN, R. (2009). *Africa: Altered states, ordinary miracles*. New York, NY: Public Affairs.

DUNCAN, G. J., & Magnuson, K. (2013). *Investing in preschool programs*. *Journal of Economic Perspectives*, 27, 109-132; Lawrence Schweinhart et al., *Lifetime Effects: The High/Scope Perry Preschool Study Through Age 40* (Ypsilanti: High/Scope Press 2005); Frances Campbell et al. (2002). *Early Childhood Education: Young Adult Outcomes from the Abecedarian Project*. *Applied Developmental Science*, 6, 42-57. Kagıtcıbası, C., Sunar, D., & Bekman, S. (2001). Long-term effects of early intervention: Turkish low-income mothers and children. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 22, 333-361.

EJUU, Godfrey (2012). *Early Childhood Development Policy Advances in Uganda*. Early Childhood section. Faculty of Education. Kyambogo University Uganda.

FOSTER, D. (2002). The East: Kenya, Tanzania, Uganda, Rwanda, and Burundi. In D. Foster, *The global etiquette guide to Africa and the Middle East: Everything you need to know for business and travel success* (pp. 199-224). New York, NY: John Wiley and Son.

FREEMAN, M. (1998). "The Sociology of Childhood and Children's Rights. *The International Journal of Children's Rights* 6 (4): 433 – 444.

FREEMAN, Michael (1998). Culture, Childhood and Rights. <http://din-online.info/pdf/fam5-2.pdf>

GRAUE, M. Elizabeth & Walsh, Daniel J (2003) *Investigação Etnográfica com Crianças: Teorias, Métodos e Ética*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

HAKKARAINEN, Pentti; Cole, Michael; Bredikyte, Milda (2010) *Contexto cultural e aprendizagem na Primeira Infância*. Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na primeira Infância. University of Califórnia, EUA, University of Oulu, Finlândia.

HAYDEN, J.; Wai, S. (2013). *Community-Based Approaches to Early Childhood Development* In Handbook of early Childhood development Research and its Impact on Global Policy. Published to Oxford Scholarship Online Jan. 2013.

HECKMAN, J. & Masterov, D.M. (2004) *The Productivity Argument for Investing in Young Children*. Working Paper 5, Invest in Kids Working Group, Committee for Economic Development, October.  
[http://jenni.uchicago.edu/Invest/FILES/dugger\\_2004-12-02\\_dvm.pdf](http://jenni.uchicago.edu/Invest/FILES/dugger_2004-12-02_dvm.pdf)

HOLMARSDDOTTIR, Halla B; Biseth Heidi (2013). *Human Rights in the Field of Comparative Education. Comparative and International Education: A diversity of Voices*. Sense Publications.

HORNBURGER, J. M. & Whitney, A. (1981). Uganda, republic of. In J. M. Hornburger and A. Whitney, *African countries and culture: A concise illustrated dictionary* (pp.187-188). New York, NY: David McKay Company.

HYDE, K.A.L. & Kabiru, M.N. (2003) *Early Childhood Development as an Important Strategy to Improve Learning Outcomes*. ADEA Quality Study.

INVERNIZZI, Antonella (2011). *The Human Rights of Children. From visions to implementation*. Edited by James Williams.

JAGIELSKI, Wojciech (2012). *The Night Wanderers. Uganda 's Children and the Lord 's Resistance Army*. Seven Stories Press. (Um livro que me ensinou muito sobre a história do Uganda).

JAMES, A., C. Jenks, and A. Prout. 1998. *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press.

JENKS, C. (1982). *The Sociology of Childhood: Essential Readings*. London: Batsford.

MACGREGOR-HASTLE, R. (1967). *The position in East Africa: Tanganyika's independence; the problems in Uganda; difficulties in Kenya; the Kikuyu; Mau Mau; independence gained*. In R. MacGregor-Hastle, *Africa: Background for today* (pp. 153-165). New York, NY: Criterion Books.

MALINGA, F. (2000). *Education for All: the year 2000 assessment report for Uganda*.

<http://www.unesco.org/education/wef/countryreports/uganda/contents.html#cont>

MINISTRY OF EDUCATION AND SPORTS (2005). *The National Report on the Development of Education in Uganda in the 21st Century*. Report to the 47th session of the International Conference on Education, Geneva. Switzerland.

MARCHI, R. (2007). *Os Sentidos (paradoxais) da Infância nas Ciências Sociais: um Estudo de Sociologia da Infância Crítica sobre a “Não-Criança” no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

MATTOS, CLG. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

MAYALL, B. (2000) *The Sociology of Childhood in Relation to Children's Rights*. *The International Journal of Children's Rights* 8 (3): 243–259.

NIELSON, Julia Sloth (2008). *Children's Rights in Africa. A Legal Perspective*. Routledge.

NKOMO, Novuyo (2018). *Ecosystemic factors influencing the accessibility of ECD services for young children with disabilities in Zimbabwe*. Faculty of Education. University of Pretoria. South Africa.

OBUA-OTOA, Y. (1996) *Development of Early Childhood Education in Uganda*. Unpublished report, Kampala.

OLIVEIRA, C. (2008). *Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características*. In *Travessias. Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte*, v.2, n.º3. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459>

ORSOLINI, Alba Valéria Penteado, Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta (2012). *Estudo de Caso como Método de Investigação Qualitativa: uma abordagem bibliográfica*. [www.rco.ups.br/index.php/rco/article/download/299/230](http://www.rco.ups.br/index.php/rco/article/download/299/230).

PENCE, A. (2004) *ECD Policy Development and Implementation in Africa*. Early Childhood and Family Policy Series No. 9. Paris: UNESCO.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001375/137564e.pdf>

PENCE, A. (2008). *Background to and Planning Paper for African International Conferences on ECD*. Conference concept note, University of Victoria, British Columbia.

PML DAILY (2019). *World Bank faults Uganda govt for leaving nursery education to 'exploitative' private proprietors*.  
<https://www.pmldaily.com/news/2019/12/world-bank-faults-uganda-govt-for-leaving-nursery-education-to-exploitative-private-proprietors.html>

PUNCH, Samantha (2002) *Research With Children. The same or different from research with adults?* SAGE Publications. London, Thousand Oaks and New Delhi, Vol. 9(3): 321– 341.

PUNCH, Samantha (2003) *Childhoods in the Majority World: Miniature Adults or Tribal Children?* SAGE Publications, London, Thousand Oaks. New Deli. Volume 37 (2): 277– 295.

PUNCH, Samantha (2008) *Cross-World and cross-disciplinary dialogue: A more integrated, global approach to childhood studies*. In *Global Studies of Childhood*. Vol. 6 (3) 352-364.

QUENNERSTEDT Ann & Quennerstedt Mikael (2014). *Researching children 's rights in education: sociology of childhood encountering educational theory*. *British Journal of Sociology of Education*, 35:1, 115-132, DOI:[10.1080/01425692.2013.783962](https://doi.org/10.1080/01425692.2013.783962). Routledge.

KAJUBI, S. (1987). *The Uganda Education Policy Review Commission*. Kampala: Ministry of Education and Sports.

RAKE, A. (1999/2000). Uganda. In A. Rake (Ed.), *New African yearbook: 1999/2000* (pp. 492-503). London, UK: IC Publications Ltd.

RAYMENT, Chris; Nyeko Jolly; Bilson Andy; Baskott Joanna (2013) *Developing Social Care and Support Services in Uganda. A Literature Review of International Experience in Implementing Social Care and Support Services: Considerations for the Ugandan Context*. Oxford Policy Management. Oxford. U.K

REPUBLIC OF UGANDA. (2016). *The Children (Amendment) Act*.

<https://ulii.org/ug/legislation/consolidated-act/59>

ROLNICK, Arthur J., Grunewald, Rob (2003). *Early Childhood Development: Economic Development with a High Public Return*. Federal Reserve Bank of Minneapolis.

<https://www.minneapolisfed.org/article/2003/early-childhood-development-economic-development-with-a-high-public-return>

RICHMOND, Y., & Gestrin, P. (2009). *Into Africa: A guide to sub-Saharan culture and diversity*. Boston, MA: Intercultural Press.

RODRIGUEZ, Eileen T; Tamis-LeMonda, Catherine S. (2014). *Parent´s Role in Foresting Young Children´s Learning and Language Development*. CEECD/SKC-ECD PARENTING SKILLS. Encyclopedia on Early Childhood Development.

ROGOFF, Barbara (2005) *A Natureza Cultural do Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre. Artmed.

ROGOFF, Barbara; Paradise, Ruth; Correa-Chávez, Maricela; Arauz, Rebeca Mejía; Angelillo, Cathy (2003) *Firsthand Learning Through Intent Participation*. Annu. Rev. Psychol. 2003. 54:175-203.

ROLNICK, A. & Grunewald, R. (2003) *Early Childhood Development: economic development with a high public return*. Minneapolis: Federal Reserve Bank of Minneapolis.

ROSEMBERG, Fúlvia; Mariano, Carmen Lúcia Sussel (2010). *A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e Tensões*. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.693-728, set./dez.

SARMENTO, M. J., & Pinto, M. (1997). *As Crianças. Contextos e Identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

SARMENTO, M. J. (2004). *As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade*. In M.J. Sarmento, & A. B. Cerisara, *Crianças e Miúdos*. Porto: Edições ASA

SARMENTO, Manuel Jacinto; Marchi, Rita de Cássia; Trevisan, Gabriela. (2018). *Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições contemporâneas*. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. ° 141, p. 951-964, out-dez.

SAVE THE CHILDREN (2015). *Year 1 Boost for the Youngest Commonwealth Proposal*. Save the Children Uganda. Unpublished report.

SAVE THE CHILDREN (2016). *Early Childhood Care and Development (ECCD). Various Modalities of Delivering Early Cognitive Stimulation Programs for 0-6 year olds*.  
<https://resourcecentre.savethechildren.net/library/early-childhood-care-and-development-eccd-various-modalities-delivering-early-cognitive>

SAVE THE CHILDREN (2017a). *A Boost for the Youngest year 3 proposal report*. Save the Children Uganda. Unpublished report.

SAVE THE CHILDREN (2017b). *Early Child Stimulation Pilot Assessment Report. A Boost for the Youngest Project*. Save the Children Uganda. Unpublished report.

SAVE THE CHILDREN Uganda (2017c). *Annual Report*. <https://uganda.savethechildren.net>

SAVE THE CHILDREN (2018a). *Activity report The Boost for the Youngest End Line Meeting. Save the Children Uganda*. Unpublished report.

SAVE THE CHILDREN (2018b). *A Boost for the Youngest Project Brief*. Unpublished document.

SAVE THE CHILDREN (2018c). (Informação recolhida em 2018). *Our History*.  
<https://www.savethechildren.org/us/about-us/why-save-the-children/history>

SAVE THE CHILDREN (2018d). (Informações recolhidas do site a 04/09/2018)  
<https://uganda.savethechildren.net/>

SAVE THE CHILDREN (2019a). *Dissemination of "A Boost for the Youngest". Evaluation findings report*. October 2019. Save the Children Uganda. Unpublished document.

SAVE THE CHILDREN (2019b). *A Boost for the Youngest Toolkit. From Pregnancy to three years. Early Child Stimulation Facilitators' Guide*. Save the Children Uganda. Unpublished document.

SAVE THE CHILDREN (2019c). *New Global Childhood Report shows progress in Uganda, but a long way to go*. <https://uganda.savethechildren.net/news/new-global-childhood-report-shows-progress-uganda-long-way-go>

SHONKOFF JP, Garner AS; Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health; Committee on Early Childhood, Adoption, and Dependent Care; Section on Developmental and Behavioral Pediatrics (2012). *The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress*. *Pediatrics*. 2012; 129(1):e232-e246. doi:10.1542/peds.2011-2663

SHONKOFF JP (2018). *How Brain Architecture Develops*. The Best Start in life: Early Childhood Development for Sustainable Development. SDGA Academy (online course of study).

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak (2005) *Metodologias de Investigação com crianças: outros mapas, novos territórios para a infância*. Revista Educação Sociedade. Educ. Soc. Campinas, vol. 26, n.º 91, p.351-360, Maio/Agosto.

TAMIS-LE MONDA, Catherine S., BORNSTEIN, M.H, BAUMWELL, L. (2001) *Maternal responsiveness and Children 's achievement of language milestones*. *Child Dev*. 72:748-67.

TAMIS-LE MONDA, Catherine S. (2018). *Child Development: Pre Natal to Age 3. Development in Culture & Context*. The Best Start in life: Early Childhood Development for Sustainable Development. SDGA Academy (online course of study).

THE CHILDREN ACT (2016). *As Amended by the Children (Amendment) Act*

United Nations Conventions on the Rights of the Child.

<https://ulii.org/system/files/legislation/act/2019/59/The-Children-Act-Cap-59-as-amended-2016.pdf>

THE WORLD BANK (2012). Uganda: *Early Childhood Development. Systems Approach for Better Education Results (SABER) country report*, 2012. Washington, DC. World Bank.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17516>

THE WORLD BANK (2016). *Uganda Poverty Assessment 2016: Fact Sheet*.

<https://www.worldbank.org/en/country/uganda/brief/uganda-poverty-assessment-2016-fact-sheet>

TIRA, Sara (2018). *Trabalho Infantil, Educação e garantia dos direitos da infância: desafios do projeto Escola em Uganda*. Iniciativa Horizonte (ONG). <https://www.escolaemuganda.com/trabalho-infantil-educacao-e-garantia-dos-direitos-da-infancia-desafios-do-projeto-escola-em-uganda-sara-tironi/>

TOMÁS, Catarina Almeida; Delgado, Ana Cristina Coll; Barbosa, Maria Carmen Silveira (2016) *Estudos da Infância, Estudos da Criança: Quais campos? Quais teorias? Quais Questões? Quais métodos?* Inter-Ação, Goânia, V. 41, nº1, p. 1

TOMASELLO, M. (1999). *The cultural origins of human cognition*. Harvard University Press.03-122. Jan/Abril 2016.

UGANDA (2007). *The Uganda Early Childhood Development Policy*. Ministry of Education and Sports (MoES). Kampala.

UGANDA (2008). *The National Child Participation for Uganda creating Environment for children to be heard UCRNN - Uganda Child Rights NHG Network and UNICEF (Uganda Office), Ministry of Gender, Labour and Social Development*.

UGANDA (2015). *Millennium Development Goals Report for Uganda. Special theme: Results, reflections and the way forward*. Ministry of Finance, Planning & Economic Development. Support from UNDP. Republic of Uganda.

[https://ug.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/42/2016/07/UGANDA-MDG\\_2015-FINAL-REPORT.pdf](https://ug.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/42/2016/07/UGANDA-MDG_2015-FINAL-REPORT.pdf)

UGANDA (2016). *The National Integrated Early Childhood Development Policy Action Plan of Uganda (2016-2021)*, Ministry of Gender, Labour and Social development.



[http://health.go.ug/sites/default/files/FINAL\\_National\\_Integrated\\_ECD\\_ACTION\\_PLAN\\_Approved.pdf](http://health.go.ug/sites/default/files/FINAL_National_Integrated_ECD_ACTION_PLAN_Approved.pdf)

UGANDA (2019a). *The State of Uganda Population Report 2019*. Ministry of Finance, Planning and Economic Development. National Population Council (NPC). Kampala. Uganda.

<http://npcsec.go.ug/wp-content/uploads/2013/06/2019-SUPRE.pdf>

UGANDA BUREAU OF STATISTICS (2017). *The National Population and Housing Census 2014 – Area Specific Profile Series*, Kampala, Uganda. Wakiso District.

<https://www.ubos.org/wp-content/uploads/publications/2014CensusProfiles/WAKISO.pdf>

UNICEF (2012). *Integrating Early Childhood Development (ECD) activities into nutrition Programmes in Emergencies. Why, What and How*.

[https://www.unicef.org/earlychildhood/files/Integrating\\_ECD\\_into\\_Nutrition\\_in\\_Emergencies\\_-\\_Final\\_June\\_2012.pdf](https://www.unicef.org/earlychildhood/files/Integrating_ECD_into_Nutrition_in_Emergencies_-_Final_June_2012.pdf)

UNICEF (2015) *Situation Analysis of Child Poverty and Deprivation in Uganda*. Report

<https://www.unicef.org/esaro/2014-UNICEF-Uganda-Child-Poverty-and-Deprivation.pdf>

UNICEF Uganda (2015). *Situation Analysis of Children in Uganda*. Ministry of Gender, Labour and Social Development and UNICEF Uganda.

<https://www.unicef.org/uganda/media/1791/file/Situation%20analysis%20of%20children%20in%20Uganda%20.pdf>

UNICEF Uganda Annual Report (2018). <https://unicef.org/uganda/reports/unicef-uganda-annual-report-2018>

UNICEF Uganda (2019a). *Keeping Children Alive, Learning and Safe*. Country Programme 2016-2020 Overview. InvestIn UG Children: Realize Uganda 's Vision 2040.

<https://www.unicef.org/uganda/media/4656/file/UNICEF%20Uganda%20Overview%20Booklet%202019.pdf>

UNICEF Uganda (2019b). *Situation Analysis of Children in Uganda*.

<https://www.unicef.org/uganda/reports/situation-analysis-children-uganda-2019>

VALSINER, J. (2000). *Culture and Human Development: An introduction*. London. Sage.

YVOTSKY, L.S. ((1978). *Mind in Society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA:Harvard University Press.

WAKISO District Development Profile/ Investment Plan (2016).

<http://wakiso.go.ug/tourandinvest/wakiso-district-profile>

[http://wakiso.go.ug/sites/default/files/Wakiso%20District%20Profile\\_0.pdf](http://wakiso.go.ug/sites/default/files/Wakiso%20District%20Profile_0.pdf)

WAKISO District Local Government (informações recolhidas em 2018) <http://wakiso.go.ug/about-us>

WALAKIRA, Betty N; Nalule, Sarah (2012). *Working meaningfully with communities to improve children 's physical environments in Uganda*. In *Living Conditions: The influence on Young Children 's Health*. Early Childhood Matters. June 2012/118. Bernard Van Leer Foundation.

[https://earlychildhoodmatters.online/wp-content/uploads/2019/06/ECM118-2012\\_Living-conditions-The-influence-on-young-childrens-health.pdf](https://earlychildhoodmatters.online/wp-content/uploads/2019/06/ECM118-2012_Living-conditions-The-influence-on-young-childrens-health.pdf)

WALAKIRA, E.J., D. Muhangi, S. Munyuwiny, F. Matovu, E. Awich, I. Ddumba Nyanzi, J. Kayiwa, J. Akellot, P. Mubiri, J. Majugo, A. Mutebi, M. Ruiz-Rodriguez, (2016). *The State of the Ugandan Child – An Analytical Overview*. Kampala/Washington DC: USAID/QED

WODON, T. Quentin, Walker, Vargas-Barón, Emily, Susan P., Shiffman, Jeremy, Shavar, Yusra R., Fink, Gunther, McCoy, Dana C., Fernald, Lia C H., Grantham-McGregor, Sally, Chunling, Lu, DiGirolamo Ann M., Black, Maureen M., Andersen, Christopher T. (2017) *Early childhood development coming of age:science throught the life course*. *Advancing Early Childhood development: from Science to Scale* 1. Series. 77-90.

YOSHIKAWA, Hirokazu, Kabay Sarah (2014). *The Evidence Base on Early Childhood Care and Education in Global contexts*. Background Paper for the UNESCO 2015 Education for ALL GLOBAL MONITORING REPORT. New York University, Steinhardt School of Culture, Education and Human Development. . In

The Best Start in life: Early Childhood Development for Sustainable Development. SDGA Academy, 2018 (online course of study).

YOUNG, Mary Eming. *Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano. Investindo no futuro das nossas crianças*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo. 2010.

YOUSAFZAI, Aisha (2018). *Nutrition and parenting programs*. In The Best Start in life: Early Childhood Development for Sustainable Development. SDGA Academy (online course of study).

YOUSAFZAI, Aisha K., Aboud, Frances E. (2015) *Global Health and Development in Early Childhood*. *Annu. Rev. Psychol.* 66:433-457. [www.annualreviews.org](http://www.annualreviews.org)